

**As populações tradicionais e a carcinicultura no capitalismo contemporâneo: uma análise da questão socioambiental na luta pelo território**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ANDRÉA LIMA DA SILVA**

**AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS E A CARCINICULTURA NO CAPITALISMO  
CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA  
LUTA PELO TERRITÓRIO**

**RECIFE - PE**

**2009**

**ANDRÉA LIMA DA SILVA**

**AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS E A CARCINICULTURA NO CAPITALISMO  
CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA  
LUTA PELO TERRITÓRIO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção de Título de Doutora.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá

**RECIFE - PE**

**2009**

Catálogo na Fonte  
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586p

Silva, Andréa Lima da

As populações tradicionais e a carcicultura no capitalismo contemporâneo: uma análise da questão socioambiental na luta pelo território / Andréa Lima da Silva, 2009.

207 folhas : il. 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá.  
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2009.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Direito ambiental. 2. Política ambiental. 3. Colônias de pescadores.  
4. Propriedade territorial - Legislação. I. Mustafá, Maria Alexandra da Silva Monteiro (Orientadora). II. Título.

361.1 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2017 – 185)

ANDRÉA LIMA DA SILVA

**AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS E A CARCINICULTURA NO  
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO  
SOCIOAMBIENTAL NA LUTA PELO TERRITÓRIO**

Tese de Doutorado apresentada por  
Andréa Lima da Silva e submetida à  
Banca Examinadora como requisito  
parcial para obtenção de Título de  
Doutora pelo Programa de Pós-  
Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal de Pernambuco.

Aprovada em: 29/05/2009.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá  
Orientadora

---

Profa. Dra. Sâmia Rodrigues Ramos  
Examinadora Externa

---

Profa. Dra. Eliana Costa Guerra  
Examinadora Externa

---

Profa. Dra. Ivanete Salete Boschetti  
Examinadora Externa

---

Profa. Dra. Ângela Santana do Amaral  
Examinadora Interna

Dedico este trabalho ao meu pai (*in memoriam*), marinheiro de profissão e que talvez explique o meu fascínio pelo mar... Meu pai não era pescador, mas foi o primeiro que me ensinou uma das tradições autóctones: depois de uma boa pescaria, partilhava todos os peixes com a vizinhança. Com isso, meu “velho do mar” me ensinou a ter fome de “coletivo”. Era um homem que pescava peixes, sonhos, dignidades e generosidades... Obrigada por “tecer em nós manhãs desejadas” com amor, pão, trabalho e fé na vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Silvana Mara, minha companheira da vida pelo amor, dedicação e amizade que transcende a finitude óbvia. Obrigada por tudo. E como diz Drummond: “o amor antigo tem raízes fundas, feitas de sofrimento e de beleza. Por aquelas mergulha no infinito, e por estas suplanta a natureza”. Que possamos renascer sempre do e por amor.

Ao Déo, que despertou em mim a infância, alegria de ser sempre criança e se doar livremente. Obrigada, meu amor puro e amigo.

A minha família (minha doce e imprescindível mãe, meu pai (*in memoriam*), minhas amadas irmãs e meus irmãos amados e meu exército de sobrinhos e sobrinhas que amo). Pessoas que me definem e completam a essência mais pura, complexa e necessária: o amor. Sem vocês os dias seriam mais cinzas e “normais”.

Agradeço a minha segunda família, “Morais dos Santos”, que construiu pelo fio oblíquo da vida uma relação de amor, respeito, amizade e muita felicidade. Obrigada pela acolhida e pelo afeto que se tece e fortalece cotidianamente.

Agradeço a minha orientadora, Alexandra Mustafá, pela confiança, diálogos importantes e, sobretudo, pela troca de saberes e carinhosa relação. Minha parceira incontestante deste processo.

Agradeço imensamente à banca, que foi precisa, profunda, afetiva e que possibilitou (re)arranjos profícuos e pertinentes para a composição final deste trabalho.

Aos/Às professores/as do Programa de Pós-Graduação da UFPE (em especial a Anita Aline), o meu profundo agradecimento por compartilharem conhecimentos e vivências tão importantes para o meu aprendizado.

Aos/Às amigos/as da vida, da academia, da boemia, do trabalho, do partido e dos corações partidos que trazem “alívios” para minha alma e constroem lirismos nos escombros da barbárie. Valeu pela amizade! Espero que vocês se vejam aqui.

## LISTA DE SIGLAS

ABCC – Associação Brasileira de Criadores de Camarão

ANA – Agência Nacional das Águas

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

APA – Área de Proteção Ambiental

BASA – Banco da Amazônia S.A.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BB – Banco do Brasil

BIRD – Banco Mundial

BN – Banco do Nordeste

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CNPT – Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONAPE – Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca

CPT – Centro Pastoral da Terra

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

ELETOBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESEC – Estação Ecológica

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FENACAM – Feira Nacional do Camarão

FLONA – Floresta Nacional

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNATURA – Fundação Pró-Natureza

GT – Grupo de Trabalho

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAFTA – North American Free Trade Agreement

ONG – Organização Não Governamental

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PE – Parque Estadual

PARNA – Parque Nacional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNMA – Programa Nacional de Meio Ambiente

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RESEC – Reserva Ecológica

RESEX – Reserva Extrativista

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SEMACE – Secretaria de Meio Ambiente do Ceará

UC – Unidade de Conservação

WWF – World Wildlife Fund (Fundo Mundial para a Natureza)

ZEE – Zona Exclusiva Econômica

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Principais Exportadores Mundiais de camarão (2005/2007).....	80
<b>Tabela 2</b> - Produção de Camarão no Nordeste .....	83
<b>Tabela 3</b> - Principais fazendas de carcinicultura do RN.....	87
<b>Tabela 4</b> - Principais fazendas de carcinicultura do CE .....	89
<b>Tabela 5</b> - Povo ou comunidade tradicional .....	128

## RESUMO

Esta pesquisa analisa o processo de degradação socioambiental como expressão da produção destrutiva do capital considerando a carcicultura como parte constitutiva desta produção perversa que se encontra em acelerado desenvolvimento na região nordeste, em particular nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, com implicações na vida social das chamadas populações tradicionais. O crescimento da carcicultura no litoral nordestino está pautado na lógica do hidronegócio: lucro e acúmulo de capital. Buscamos, ainda, analisar as mudanças geradas pela implementação da carcicultura nas condições de vida e de trabalho das populações tradicionais, evidenciando o papel do estado, as ações de resistência dos sujeitos que vivem do extrativismo marinho no litoral e que resistem à degradação do meio ambiente e à expropriação do seu território. Os resultados de nossa pesquisa permitem afirmar que a carcicultura representa hoje a negação de direitos socioambientais dos/as ribeirinhos/as, marisqueiros/as, pescadores/as artesanais e catadores/as de caranguejo. Direitos que dizem respeito ao meio ambiente, ao acesso de bens e serviços coletivos, ao direito ao território, ao financiamento do Estado para suas atividades produtivas e de subsistência. O desenvolvimento da carcicultura revela contradições que se expressam nas lutas cotidianas das populações tradicionais em defesa do acesso e da regulamentação dos direitos do trabalho e de proteção socioambiental e, simultaneamente, evidencia a força econômica, política-cultural dos limites estruturais que aviltam o cotidiano das populações tradicionais.

**Palavras-chaves:** Questão socioambiental. Populações tradicionais. Carcicultura. Produção destrutiva do capital.

## **ABSTRACT**

This research analyzes the process of socioenvironmental degradation as an expression of the destructive production of capital considering shrimp farming as a constituent part of this perverse production that is in rapid development in the northeast region, particularly in the states of Ceará and Rio Grande do Norte, with implications for social life Of so-called traditional populations. The growth of shrimp farming on the northeastern coast is based on the logic of hydro-business: profit and capital accumulation. We also sought to analyze the changes generated by the implementation of shrimp farming in the living and working conditions of traditional populations, showing the role of the state; The actions of resistance of the individuals who live from the marine extractivism on the coast and who resist the degradation of the environment and the expropriation of its territory. The results of our research allow us to affirm that shrimp farming today represents the denial of social and environmental rights of the riverside inhabitants; shellfish; artisanal fishermen and crab scavengers. Rights relating to the environment, access to collective goods and services, to the right to the territory, to the financing of the state for its productive and subsistence activities. The development of shrimp farming reveals contradictions that are expressed in the daily struggles of traditional populations in defense of access and regulation of labor rights and socio-environmental protection and at the same time shows the economic, political and cultural strength of the structural limits that degrade the daily lives of the populations traditional.

**Keywords:** Socio-environmental issue. Traditional populations. Shrimp farming. Destructive production of capital.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
<b>1 QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: TENDÊNCIAS DESTRUTIVAS E ESTRATÉGIAS IDEOLÓGICAS DE DOMINAÇÃO BURGUESA.....</b>	<b>28</b>
1.1 A RELAÇÃO ENTRE NATUREZA E SER SOCIAL: DIMENSÃO ONTOLÓGICA E PARTICULARIDADES SOB O DOMÍNIO DO CAPITAL..	30
1.2 DA RELAÇÃO NATUREZA/INDIVÍDUO/SOCIEDADE AO RETORNO DO MITO DO “BOM SELVAGEM” .....	36
1.3 O SISTEMA DO CAPITAL E SUAS TENDÊNCIAS DESTRUTIVAS NO MEIO AMBIENTE .....	40
<b>1.3.1 A crise contemporânea do capital: principais características e             implicações na vida cotidiana .....</b>	<b>47</b>
1.4 OS LIMITES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL.....	55
<b>1.4.1 O desenvolvimento sustentável e a carcinicultura .....</b>	<b>66</b>
<b>2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E CARCINICULTURA: CONFLITOS SOCIAIS QUE ECOAM NO LITORAL NORDESTINO.....</b>	<b>74</b>
2.1 RECONSTITUINDO A TRILHA DESTRUTIVA DA CARCINICULTURA .....	74
<b>2.1.1 A carcinicultura no Nordeste brasileiro: as particularidades do Rio             Grande do Norte e do Ceará .....</b>	<b>82</b>
2.2 O ESTADO BRASILEIRO NAS POLÍTICAS PARA O MEIO AMBIENTE: “A MÃO QUE AFAGA É A MESMA MÃO QUE APEDREJA” .....	96
2.3 POPULAÇÕES TRADICIONAIS: POVOS DA TERRA E DO MAR .....	117

<b>3 A RESISTÊNCIA QUE VEM DO MAR.....</b>	<b>136</b>
3.1 O TERRITÓRIO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: ESPAÇO DE DISPUTA ECONÔMICA, POLÍTICA E IDEOLÓGICA .....	137
3.2 EXTRATIVISTAS MARINHOS E PESCADORES/AS ARTESANAIS: “OCUPAR, PESCAR E RESISTIR...” .....	147
<b>3.2.1 Jangadeiros: “minha jangada vai sair pro mar, vou trabalhar” .....</b>	<b>150</b>
<b>3.2.2 “Da lama ao caos” do caos à luta: o protagonismo das mulheres na mariscagem.....</b>	<b>152</b>
<b>3.2.3 Pescadores/as artesanais: a insistência de ser um eterno aprendiz .....</b>	<b>154</b>
3.3 A (RE)EXPROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS NO AMBIENTE COSTEIRO: O CASO DO CUMBE .....	164
<b>3.3.1 As condições de vida e de trabalho das populações tradicionais da Comunidade do Cumbe/Aracati-CE .....</b>	<b>168</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>178</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>186</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>195</b>



Pintura de Carlos Santal Santos (Artista plástico)

“A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta as pessoas e as coisas que não têm voz.” (GULLAR, Ferreira. Uma luz do chão. RJ: Avenir, 1978)

## INTRODUÇÃO

“(...) A luta não pode ser dosada em conta-gotas,  
presa nos diques da desesperança...  
Tenhamos, também, sonhos,  
fantasias, canções e poesias.  
Cada desejo de liberdade  
mesmo à revelia da tirania,  
nasce da cepa de nossas pelejas.  
Existem palavras que voam com o vento,  
células da própria história:  
rebeldia, ousadia, resistência...  
Lirismo das revoluções  
que tornaremos usuais  
e por mais que tardia,  
são esses sentimentos que renovam,  
aquecem, fortalecem, florescem as atitudes  
que farão nossos sonhos coletivos...”  
(Uma atitude, muitos movimentos – Andréa Lima)

Trata-se de uma pesquisa que tem como objetivo analisar de que forma as populações tradicionais<sup>1</sup> que sobrevivem do extrativismo marinho enfrentam a degradação socioambiental do seu território mediante a imposição da atividade produtiva da carcinicultura, que consiste na criação de camarão em cativeiro.

A carcinicultura apresenta-se como um elemento norteador e empírico para o entendimento de uma das formas atuais de como se desenvolve a reapropriação social da natureza em benefício dos imperativos da ordem do capital. Trata-se de apreendê-la como atividade econômica constitutiva da produção destrutiva. Neste sentido, nosso objeto de estudo particulariza a carcinicultura na perspectiva de analisar as condições de vida e de trabalho dos segmentos da população que estão sendo expropriados do seu território e o conjunto de relações econômicas, políticas e culturais que envolvem a ação empresarial, o papel do estado e a ação das populações tradicionais.

É somente nos anos de 1990 que a carcinicultura se efetiva e ganha visibilidade como atividade produtiva rentável no Nordeste e, em particular, no

---

<sup>1</sup> Populações tradicionais ou “sociedades tradicionais”, segundo DIEGUES & ARRUDA (1999, p. 22), “são grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos”.

Estado do Rio Grande do Norte e do Ceará, os dois maiores produtores da região<sup>2</sup>. O crescimento veloz e desordenado dessa atividade contou com a ausência de regulamentação estatal, com fortes incentivos governamentais e degradação socioambiental (IBAMA, 2005).

O interesse pelo estudo da questão socioambiental no contexto do capitalismo contemporâneo acompanha minha trajetória acadêmica desde a graduação. Iniciei a aproximação com esta temática com minha inserção em projetos de extensão, experiência de estágio curricular e elaboração da monografia no Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em que escolhi como objeto de estudo a relação entre o projeto de desenvolvimento sustentável local e as possibilidades efetivas para a educação ambiental em áreas de assentamentos rurais no estado do Rio Grande do Norte.

Em 2001, ao ingressar na Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde realizei o mestrado, dediquei-me ao estudo da questão socioambiental na área urbana, enfocando o protagonismo dos sujeitos coletivos que lutavam pelo direito à cidade no bairro de Mãe Luiza, em Natal/RN, bairro este caracterizado pela especulação imobiliária em virtude de sua localização e da paisagem que resguarda o seu entorno, tornando-o uma área valorativa para o capital. É observada a ineficácia da ação do Estado na proteção social e regulamentação legal do direito à cidade favorável aos segmentos do trabalho e pela presença dos movimentos sociais, entidades culturais e outros sujeitos individuais e coletivos que, ao lutarem pelo direito à moradia, agregaram a sua história, a luta pelo direito de pertencer a um bairro economicamente destinado às elites, por estar sitiado pela beleza da natureza com suas dunas e acesso à praia.

Num jogo político, em processo até os dias atuais, os/as moradores/as entraram em conflito e disputa com os interesses dos empresários locais e estrangeiros e seus projetos de expansão por meio, sobretudo, do investimento no turismo. Esses sujeitos coletivos de variados tipos e inserção político-cultural, com suas práticas de resistência, configuraram o que identifiquei, à época da dissertação de mestrado<sup>3</sup>, como sendo “a morada do teimoso”, porque ao insistirem em residir

---

<sup>2</sup> Dados relacionados até 2009, ano de defesa desta Tese.

<sup>3</sup> Cf: SILVA, Andréa Lima. “A morada do/a teimoso/a”: as práticas socioambientais de resistência dos/as moradores/as de Mãe Luiza/Natal – um território (in)sustentável. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. UFPE. Recife: Mimeo, 2003.

naquele bairro, descobriram o sentido de pertencimento coletivo e cultural, o que faz de Mãe Luiza um espaço que se tornou, nas últimas décadas, sinônimo de resistência à força econômica da especulação imobiliária.

Com a continuidade dos estudos, em nível do Curso de Doutorado, segui a trilha acadêmica iniciada na área socioambiental. No entanto, a inquietação imanente à atividade da pesquisa me chamou atenção por meio dos estudos teóricos e aproximações empíricas, produto de minha observação atenta à temática e de contatos com representantes dos movimentos ambientalistas locais e regionais de que algo muito intenso sinalizava mudanças econômicas e socioculturais na paisagem do litoral nordestino. Tratava-se do avanço da carcinicultura (produção de camarão em cativeiro), que despontava com intensidade no Rio Grande do Norte e no Ceará, mas, também, em outros estados da região, com menor produção do pescado.

O real é, pois, segundo o pensamento marxiano, no seu método de análise, síntese de múltiplas determinações. Esta acepção em torno do real constitui-se, sem dúvida, a chave heurística para a delimitação, apreensão do objeto e realização da pesquisa.

Foi no litoral do Rio Grande do Norte que apareceram as primeiras inquietações sobre o objeto desta pesquisa que começava a surgir mais fortemente na década de 1990. Ainda adolescente, já conhecia áreas de intensas paisagens do litoral potiguar, onde o mar, o sol e o céu límpidos eram elementos cativos de um cenário exuberante.

Neste ambiente “mágico” habitam homens e mulheres que vivem do meio ambiente marinho. Nas comunidades pesqueiras tudo parecia se complementar, o mar, o/a trabalhador/a, seus saberes tradicionais, as jangadas que descansavam à beira-mar, as redes sendo tecidas nos fins de tarde, os peixes trazidos em arrastões coletivamente ou nas pequenas embarcações que voltavam serenas do mar trazendo o pescado.

As lendas, as tradições, os mitos e as crenças envoltos nestes povos se transformaram em elemento identitário, prenhe de sentidos, o que fez brotar uma cultura única, emblemática. No entanto, esses sujeitos históricos que assumem no intercâmbio com a natureza uma forma particularizada de explorá-la com um manejo

de baixo impacto, não devem ser tomados como figuras folclóricas, como trabalhadores sazonais, de vida boa, contador de “anedotas”, em paz com a natureza e com a sociedade.

Não podemos analisar o *modus vivendi* das populações tradicionais sem capturar as múltiplas determinações que compõem o real. As contradições imanentes à sociabilidade capitalista integra, também, a vida social deste segmento populacional.

As belas praias não escondem as misérias humanas, a degradação do meio ambiente, a ausência do Estado na promoção de políticas públicas para os/as trabalhadores do mar e os projetos de desenvolvimento predatório que expropria os territórios das populações tradicionais para fins de expansão e acumulação do capital.

Assim, apreender o objeto de estudo exigiu a superação da aparência que circunda a vida social das populações tradicionais e do simulacro de um modo de vida construído em meio a paisagens paradisíacas, pictóricas, cheias de símbolos e da realização de um trabalho prazeroso, “autônomo” e “livre”.

Os problemas ocorridos no litoral nordestino com a chegada da carcicultura, como as modificações nas paisagens naturais, impactos sociais e ambientais na vida das populações tradicionais foram os motes que impulsionaram este estudo. Entretanto, as questões sobre o meio ambiente no contexto do capitalismo contemporâneo me acompanham há um certo tempo.

A carcicultura avançou rapidamente nas vastas terras de apicuns, salgados, matas ciliares, praias do litoral nordestino. Cenários que até anos atrás se destacavam por se constituírem em belos cartões postais, de identidades e culturas que se desenhavam na pesca artesanal, na cata do caranguejo, na atividade das mulheres na mariscagem que fomentavam a economia local.

Podemos afirmar que no habitat das populações tradicionais que, até então, viviam da pesca extrativista, chegava o “estranho”, representado pela carcicultura. E a partir daí, um conjunto de mudanças na vida cotidiana dessas populações, que por meio dos interesses econômicos dos/as empresários/as, foram implementadas outras modalidades de organização e gestão do trabalho, com implicações no modo de vida e na cultura dos povos tradicionais.

Assim, a carcinicultura se desenvolveu a passos largos no litoral nordestino, derrubando matas nativas, abrindo clareiras em pleno manguezal, em área considerada de preservação ambiental permanente, nicho de subsistência das populações tradicionais. O litoral nordestino jamais seria o mesmo, assim também o mangue e o povo que nele vive e trabalha.

“A força da grana que ergue e destrói coisas belas<sup>4</sup>” se constitui numa rima usual nos territórios das populações tradicionais após a chegada da carcinicultura do litoral nordestino. Os problemas socioambientais em decorrência da produção destrutiva da carcinicultura é uma realidade.

O conjunto dessas questões foi analisado à luz do referencial teórico-crítico, de uma perspectiva de totalidade, sobre o entendimento da questão socioambiental no contexto do capitalismo contemporâneo e sob uma perspectiva de totalidade.

A crise do capital posta em movimento em nível mundial a partir da década de setenta do século XX anunciou profundas mudanças nos processos de organização da produção, com alterações políticas progressivamente visíveis no mundo do trabalho, no papel do Estado, na relação com os sujeitos coletivos e suas reivindicações e nas relações complexas, dinâmicas e contraditórias entre Capital, Estado e trabalho.

As mudanças e contradições que se efetivaram nas décadas seguintes possibilitaram o desenvolvimento de estudos e pesquisas que caracterizaram as estratégias do capital para enfrentar sua crise.

Essas estratégias, dentre outras, podem ser sintetizadas na ascensão do neoliberalismo, nos processos de desregulamentação dos direitos e perdas de conquistas históricas da classe trabalhadora, nas mudanças na relação entre Estado e Sociedade, tanto por meio das contrarreformas do Estado, como na ingerência e direção do capital financeiro, via a introdução da política dos organismos internacionais, nos rumos sócio-políticos dos estados nacionais.

O que autoriza pesquisadores como Mézáros (2002) a considerar que o capital para garantir seu projeto de acumulação só poderia fazê-lo a partir daquele

---

<sup>4</sup> Trecho da música “Sampa” de Caetano Veloso.

momento sócio-histórico, com resultados regressivos em detrimento do atendimento às necessidades reais da classe trabalhadora.

Tratava-se da particularidade do sistema do capital em seu momento contemporâneo, ou seja, sua produção e mecanismos de gestão operam sob um tipo de metabolismo que é, necessariamente, destrutivo para o trabalho e para a humanidade. As explicações sobre a crise do capital e suas inflexões na sociabilidade caracterizam o quadro estrutural-conjuntural que se abre da década de 1970 aos dias atuais.

Considerando as particularidades da questão socioambiental no capitalismo contemporâneo, analisamos a tendência majoritária entre as décadas de 1980 a 1990 e ainda bastante disseminada e válida nos dias atuais que se refere ao investimento ideológico presente no ideário das propostas de desenvolvimento, tais como: o *Ecodesenvolvimento* (SACHS, 2000), o *Desenvolvimento como Liberdade* (SEN, 2000) e de *Desenvolvimento Sustentável* (RELATÓRIO BRUTLLAND). Estas propostas desqualificam ou não consideram devidamente as determinações estruturais.

Do ponto de vista teórico-metodológico, tratou-se, neste estudo de doutorado, de avançar na análise da questão socioambiental no contexto do capitalismo contemporâneo, com ênfase nas explicações e implicações da chamada “produção destrutiva”, considerando as particularidades do Brasil e da Região Nordeste e um dos seus mais notáveis projetos de desenvolvimento, no momento atual, que se refere à carcinicultura.

A apreensão do objeto de estudo que abrange um conjunto de dados empíricos possibilitou analisar o fenômeno em sua densidade histórica e podemos afirmar, como resultado de nossa pesquisa, que a carcinicultura envolve um território em permanente conflito, permeado por discursos ideológicos e práticas divergentes e antagônicas, mediadas por interesses de classes.

Os segmentos empresariais do setor e suas organizações coletivas, sob a mediação favorável do Estado, ostentam se tratar de novas formas de organização do trabalho e de empregabilidade no ambiente costeiro. No entanto, a pesquisa mostrou que as populações tradicionais vivenciam profundas mudanças em suas

condições de vida, de cultura e de trabalho que tendem à precarização e perda de autonomia, de direitos e ao próprio território.

Mas qual a relevância desse estudo no âmbito do Serviço Social? No contexto das crises societárias que afetam todas as dimensões da vida social, verifica-se a deterioração das condições socioambientais provocada pelo processo de produção destrutiva do capital. Para Antunes (2003, p. 30),

essa destrutividade se expressa de muitas maneiras: por exemplo, na destruição monumental da natureza e do meio ambiente. Nas chuvas torrenciais descontroladas pela adulteração climática, nas altas emissões de monóxido de carbono – capaz de destruir a camada de ozônio –, nos petroleiros que despejam toneladas de petróleo nas praias da Galícia, na Espanha. Essa destrutividade se expressa também quando se descarta, desemprega, precariza e torna supérflua parcela enorme da força humana mundial que trabalha, da qual enorme contingente encontra-se ou realizando trabalhos precários, parciais ou mesmo desempregada [...].

Essas mudanças são destrutivas para o gênero humano, para o meio ambiente e para as classes trabalhadoras. É neste sentido que a temática estudada interessa ao Serviço Social, que também sofre mutações no seu cotidiano profissional, tendo em vista as determinações mais profundas do cenário sociopolítico. Para Mota & Amaral (1998, p. 26),

a principal tarefa posta para o Serviço Social, na atual conjuntura, é a de identificar o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho, que estão subjacentes às exigências de sua refuncionalização.

Na contemporaneidade, os desafios postos à profissão são cada vez mais diversificados com o agravamento da questão socioambiental, por isso faz-se necessário entender os processos sociais que produzem e “agudizam” tal questão. Analisar as determinações que incidem na atividade produtiva da carcicultura é relevante para que o profissional possa responder à questão socioambiental para além da mera defesa da natureza. Trata-se de movimento complexo de apreender as determinações sócio-históricas, de localizar as condições e as vias de acesso aos direitos, “transitando da esfera da necessidade à da liberdade<sup>5</sup>”.

---

<sup>5</sup> Cf. Iamamoto, Marilda, 1998b.

Do nosso ponto de vista teórico, a questão ambiental não pode, de forma alguma, ser apartada da análise acerca da questão social, pois são entendidas como faces de uma mesma problemática, fomentada no bojo do processo metabólico do capital. Esta concepção possibilita um novo campo de pesquisa e trabalho para o assistente social.

Integra, portanto, a questão socioambiental à realidade da precarização da classe trabalhadora mediante o produtivismo do capital e sua tentativa de superação de crise, o aumento da pobreza e a insegurança alimentar nas regiões periféricas do mundo, o alto índice de doenças como malária, dengue e cólera na Índia, na África e no Brasil. Estas questões revelam a degradação do meio ambiente e o agravamento da questão social. Segundo Rousset (2000, p. 07),

a crise ecológica e social são, em ampla medida, alimentadas por mecanismos idênticos. Interesses de grandes lobbies econômicos, ditaduras cada vez mais exclusivas dos mercados, ordem mundial encarnada pela OMC, FMI, BM, G8<sup>6</sup>, etc... Contribuem para o esgotamento tanto dos seres humanos quanto da natureza. Fatores comuns operam nas crises sociais e ecológicas contemporâneas, remédios comuns podem e devem ser desenvolvidos.

Há no argumento de Rousset (2000) explícito direcionamento para a unificação em torno das lutas sociais e ecológicas ao articular as necessidades humanas à preservação do meio ambiente.

Neste sentido, o Serviço Social considerando as determinações mais gerais do capitalismo contemporâneo se lança prontamente no debate acerca da questão socioambiental na perspectiva de apreender o campo de lutas e demandas da classe trabalhadora nesta área.

O novo projeto profissional do Serviço Social remete ao movimento de reconceituação na década de 1960 e se consolida com mais ênfase no final da década de 1970, redefinindo o rumo da práxis profissional: defesa da democracia e dos direitos humanos; da justiça e equidade; valorização da liberdade e da autonomia dos sujeitos; dentre outros princípios que estão contidos no Código de Ética do Assistente Social, aprovado em 1993.

---

<sup>6</sup> Grifo meu.

Esta redefinição nos postulados teórico-ético-políticos da profissão tem como objetivo a construção de um perfil profissional crítico dotado de sensibilidade e competência analítica para captar as demandas postas na realidade e ambiente institucional, mantendo-se profundamente atento à dinâmica social, política e econômica da sociedade.

De acordo com lamamoto (1998a:27), “o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho”. Isto significa que a profissão se desenvolve mediante o processo de desenvolvimento capitalista que, ao produzir riqueza, produz miséria, tornando a pauperização tão atual e degradante quanto no século XIX, guardadas, é claro, as devidas particularidades sócio-históricas.

Ainda na análise de lamamoto (1998a), a Questão Social também significa rebeldia, identificada na ação cotidiana de segmentos das classes subalternas. Estes segmentos, apesar de estarem imersos na desigualdade, vivenciando as consequências nefastas da exploração da força de trabalho, da escassez dos serviços públicos, da corrupção na política e, sobretudo, da ineficácia da ação do Estado nas respostas às expressões da questão social, conseguem encontrar estratégias para não sucumbir em face deste acentuado processo de desumanização. Na perspectiva de objetivação de mecanismos de oposição ao Estado neoliberal, forja-se, no cotidiano da profissão, a luta pela garantia dos direitos.

Há muitos caminhos a serem trilhados para o entendimento da questão socioambiental. No debate do Serviço Social, lamamoto (1998a) chama atenção para os perigos de uma possível endogenia da profissão no tratamento das manifestações da questão social. Isso porque o caráter endógeno se constitui em mais um entrave para o enfrentamento da questão social que não pode ser entendida, exclusivamente, nos limites das instituições, campos de atuação do trabalho do/a assistente social.

Neste sentido, as demandas com as quais o/a assistente social, historicamente trabalha e as novas questões que surgem para o Serviço Social, no atual momento histórico, requerem, para o seu devido entendimento, uma conexão com os projetos societários.

O fato é que as transformações históricas correm num fluxo permanente e é, neste sentido, que o Serviço Social amplia sua atenção para um conjunto de elementos que também expressa a crise da sociabilidade capitalista e as estratégias do capital de superação desta crise.

Na atual conjuntura, as novas demandas colocadas para o Serviço Social ampliaram o campo de trabalho e a inserção do/a assistente social em outros espaços ocupacionais no mercado de trabalho, a exemplo das ONGs e trabalhos de assessoria e consultoria. Isto ocorre no mesmo espaço-tempo em que se observa alterações profundas dos postos de trabalho nas instituições públicas e nas empresas privadas.

Uma breve observação sobre os trabalhos apresentados nos encontros da categoria a partir da década de 1990, como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), foi possível identificar a diversidade de temas que englobam dimensões relacionadas aos direitos sociais, passando pela questão da diversidade sexual, raça e gênero, a problemática do lixo urbano, dentre outras questões, assinaladas como objeto de intervenção e reflexão do trabalho do/a assistente social.

Nesses congressos, a questão socioambiental vem merecendo cada vez mais destaque. São trabalhos que refletem a conexão do meio ambiente com questões já trabalhadas no cotidiano profissional: pobreza, desproteção social, injustiça, dentre outras. A questão socioambiental configura-se, assim, enquanto uma “nova” demanda para o Serviço Social.

A relevância em compreender a questão socioambiental no âmbito do Serviço Social surge no auge do esgotamento dos recursos naturais não renováveis, da tessitura esgarçada do tecido social, do endividamento dos países de economia periférica frente aos centros hegemônicos sob a regência do processo de produção destrutiva do capital. Neste sentido, a questão socioambiental é entendida como sendo mais uma “questão contemporânea” a ser discutida e enfrentada no limite de um padrão de desenvolvimento destrutivo, concentrador e privatista que ameaça não só o meio natural, mas torna precível e fragmentada a sociabilidade humana, o que torna esta pesquisa um tema relevante para o Serviço Social.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista teórico-metodológico, entendemos que o objeto de estudo só tem condições de ser apreendido em suas múltiplas determinações se analisado na perspectiva de totalidade. Isto implica análise criteriosa em busca do que Marx definiu como a distinção entre o método de investigação e exposição. Para Marx (1988, p. 16):

é mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de investigação. A investigação tem de apoderar-se da matéria em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real.

Nesse processo da investigação, a metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” em que estão reunidas as concepções teóricas, os instrumentos técnicos e o potencial criativo do pesquisador (MINAYO, 1994, p. 16).

Esse estudo aborda a questão do desenvolvimento da carcinicultura, tendo como pressuposto que esta consiste num tipo de atividade econômica constitutiva do processo de produção destrutiva do capital que revela, a um só tempo, acúmulo de capital e acirramento das desigualdades socioambientais com profundas redefinições nas condições de trabalho das populações tradicionais que resultam em degradação da sua condição de vida.

Desse modo, o objetivo central deste estudo foi analisar de que forma as populações tradicionais que sobrevivem do extrativismo marinho estão resistindo à degradação socioambiental do seu território.

Como parte da investigação, foi realizado um estudo exploratório para verificar a relevância do objeto de estudo. Partimos, então, das informações contidas nos documentos produzidos por entidades com atuação na área socioambiental e grupos empresariais da área da carcinicultura em que foi possível atestar a relevância da temática por duas questões fundamentais: por ser a carcinicultura uma

atividade recente que impulsiona o mercado, especialmente na Região Nordeste, e pelas mudanças nas condições de trabalho e de vida das populações tradicionais.

Em seguida, fizemos um levantamento e estudo bibliográfico que, além de facilitar a delimitação do objeto de estudo, sinalizou a necessidade de focar a análise nas implicações socioambientais da produção de camarão em cativeiro à luz das ciências sociais, pois o estado da arte revelou um enfoque predominante da dimensão biológica e econômica na análise do tema.

A partir das informações primariamente coletadas delimitamos como unidades de análise documental a Associação Brasileira de Criadores de Camarão – ABCC, com sede em Natal, que representa hoje os negócios e o mercado de camarão em cativeiro e análise de outros documentos e pesquisas governamentais sobre o tema.

Para facilitar o acesso às unidades de pesquisa e ao universo temático, definimos como estratégia complementar da investigação a participação em seminários, eventos e audiências públicas que abordaram diretamente o tema pesquisado, dentre eles a participação na Feira Nacional do Camarão – FENACAM na cidade do Natal - RN no ano de 2007.

Além do material selecionado no estudo exploratório, definimos como instrumentos para a coleta das informações: (1) análise documental de material produzido pela ABCC; (2) pelas entidades ambientais e legislações no plano federal e estadual dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte que versam sobre o objeto de estudo; (3) análise de teses e dissertações que tematizam o objeto de estudo em tela; (4) documentos, pareceres, dossiês e denúncias públicas das organizações e movimentos sociais representativos das populações tradicionais; (5) de modo complementar, a realização de entrevistas semiestruturadas e visita *in loco* na Comunidade do Cumbe, localizada no município de Aracati no Ceará. Tais instrumentos possibilitaram uma melhor compreensão do território habitado, de suas identidades, das possibilidades de resistência e organização comunitária, bem como um processo de degradação ambiental em curso no seu habitat.

Faz-se necessário afirmar que a nossa pesquisa analisou a carcinicultura e seus rebatimentos econômicos, sociais e ambientais como uma atividade que se desenvolveu no litoral nordestino, porém, nosso estudo ficou mais concentrado no

Estado do Rio Grande do Norte e no Ceará, principalmente por serem, respectivamente, segundo o último censo da carcinicultura (2004), os maiores produtores do “camarão cultivado”.

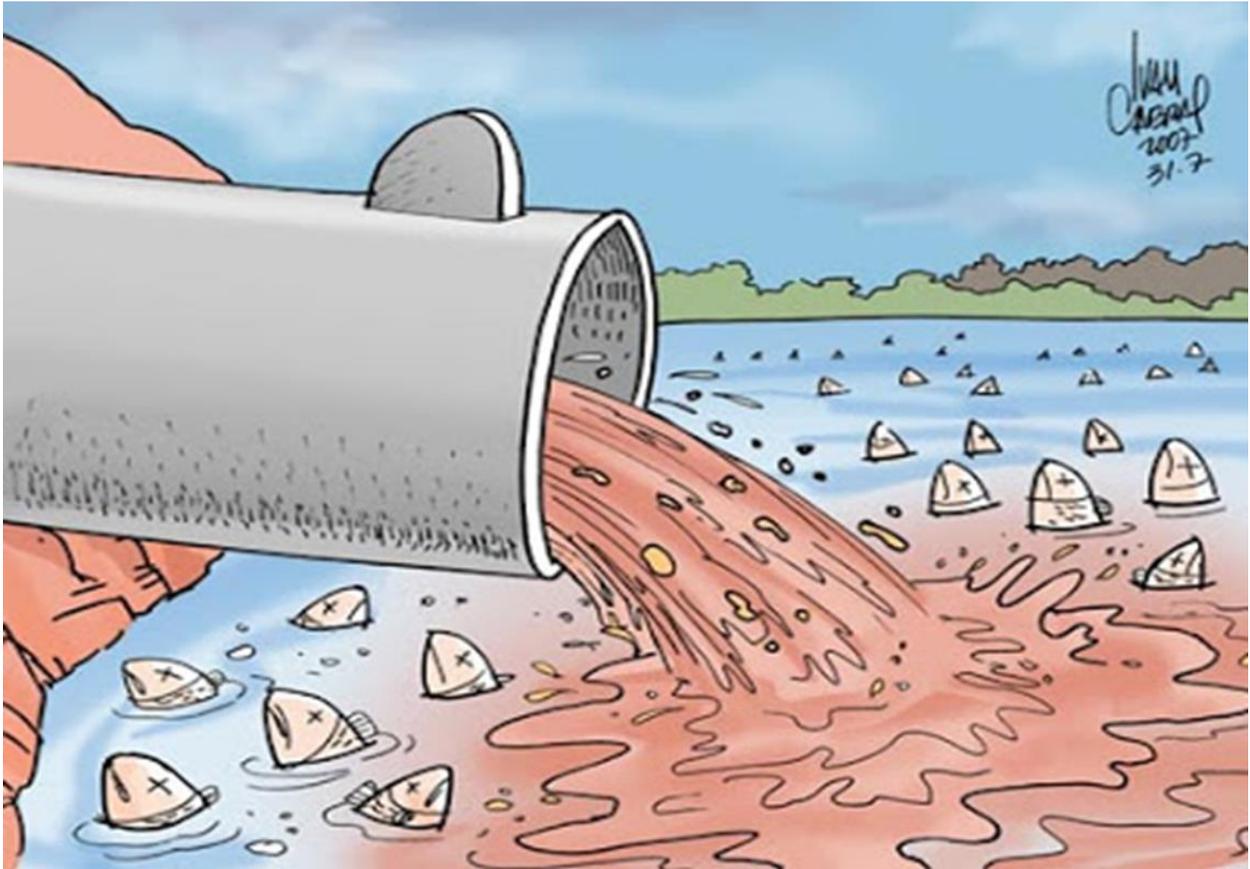
No processo de exposição, buscamos no capítulo 1 analisar a relação entre natureza e ser social em sua dimensão ontológica e nas suas particularidades sob o domínio do capital. Ainda, neste capítulo, nos empenhamos em compreender a crise do capital no seu momento contemporâneo e como ela afeta de forma global e estrutural a humanidade e a natureza em sua totalidade e os limites de efetividade do desenvolvimento sustentável.

No capítulo 2, procuramos demonstrar as tendências destrutivas do capitalismo para o enfrentamento da sua crise com a (re)apropriação da natureza e sua mercantilização generalizada que limita o seu uso por parte das populações tradicionais. A nossa análise se direciona criticamente para o cultivo de camarão em cativeiro no litoral do Nordeste brasileiro, especificamente no Rio Grande do Norte e no Ceará, pois consiste em uma atividade econômica predatória, insustentável e que acirrou os conflitos socioambientais nos territórios das comunidades tradicionais. No nosso estudo, procuramos conceituar e analisar as chamadas populações tradicionais, quantas são, quem são, quais os seus direitos, reivindicações.

No terceiro capítulo, analisamos as condições de vida e de trabalho das populações tradicionais; as suas lutas e estratégias de resistência mediante a expropriação do seu espaço pelo capital que (re)orienta o uso da natureza no território vivido e impõe uma nova forma de pensar, viver e trabalhar nas comunidades litorâneas com a chegada de tantos elementos "estranhos" e nocivos aos modos de vida tradicionais.

Trata-se, como consta na introdução deste trabalho, de uma opção pela abordagem histórica e de totalidade que procura reproduzir o objeto de estudo por um movimento racional. Nessa trajetória, a tarefa principal consiste em apreender e analisar o objeto em suas determinações e contradições mais profundas, que só é possível na relação com a sociabilidade vigente.

Esperamos que os resultados desta pesquisa possam contribuir para o entendimento crítico das condições de vida e de trabalho das populações tradicionais.



Charge: "Catástrofe anunciada", Ivan Cabral.

---

No dia 23 de julho de 2007a empresa de Carcinicultura foi acusada pelo Ministério Público de ser a principal responsável pelo maior destare ambiental da cidade do Natal. Cerca de quarenta toneladas de peixes e de outras espécie apareceram mortas no estuário do rio Potengi. A empresa lançou efluentes não tratados durante a despesca de um viveiro de 28 hectares no rio Jundiá, afluente do Potengi que continha principalmente amônia que contribuiu para a asfixia dos animais. A "conta" do desastre ambiental foi "paga" pelos ribeirinhos, pescadores, marisqueiras e pelo Rio Potengi que sofre com um processo de degradação ambiental histórico e com respado do Estado. E como diz Bertolt Brecht "do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem".

---

## **1 QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: TENDÊNCIAS DESTRUTIVAS E ESTRATÉGIAS IDEOLÓGICAS DE DOMINAÇÃO BURGUESA**

Vivemos uma época marcada por uma crise histórica sem precedentes. Nosso objeto de estudo assenta-se como uma das determinações, produto do projeto do capital em sua trajetória de acumulação geográfica expansível e intensificada (HARVEY, 2005). Neste sentido, torna-se relevante identificar os elos de determinação e as complexas relações e mediações entre a crise do capital e a vida cotidiana das populações tradicionais, trabalhadoras e trabalhadores do extrativismo marinho, no que se refere às suas condições de vida e de trabalho com o advento da carcinicultura.

Neste sentido, partimos da apreensão da questão socioambiental no contexto do capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista técnico, tal questão suscita grandes polêmicas que remetem ao pensamento marxiano e pós-moderno. Sob os fundamentos dessas matrizes, por meio de um conjunto de mediações, constrói-se, na vida cotidiana, o entendimento sobre a relação entre natureza/indivíduo/sociedade. Esse entendimento revela a apreensão da questão socioambiental no âmbito das forças sociais com atuação nesta área e desdobra-se no tratamento político dado às lutas em defesa do meio ambiente.

Assim, a partir das últimas décadas do século XX, movimentos sociais e diversas instituições democráticas se organizaram em torno da crítica ao projeto vigente de desenvolvimento que, ao produzir mercadorias, tem obstaculizado a preservação da natureza e colocado em risco o futuro da humanidade. No *front* da produção do conhecimento e da prática política, pós-modernos e marxistas travam um debate profundo e repleto de consequências práticas na vida social. Isto porque as lutas em defesa do meio ambiente se alicerçam numa dada concepção de mundo e na apreensão e análise sobre a relação entre natureza/indivíduo/sociedade. Analisaremos esta complexa relação no primeiro item do trabalho.

No segundo item deste capítulo, analisaremos o sentido histórico da crise contemporânea, considerando os fundamentos que justificam reconhecê-la como crise estrutural do sistema do capital e não como uma crise cíclica extensa como as

vividas no passado. E ainda neste item, trata-se de apreender que o alcance global desta crise afeta o conjunto da humanidade e, neste sentido, podemos afirmar que estamos diante de uma crise da sociabilidade com todas as implicações que isto representa na vida cotidiana.

No enfrentamento de sua crise, a burguesia cria e dissemina na vida social um conjunto de estratégias que resultam em dominação ideológica porque são justificadoras da desigualdade social e da perenidade das relações sociais vigentes. Essas estratégias se desdobram em formas de pensar e agir no universo das classes trabalhadoras e mostram muito bem que as ideias da classe dominante tendem a se constituir nas ideias dominantes de uma época.

O entendimento das particularidades desta crise e das estratégias de dominação da burguesia nos possibilita desvendar a função social e ideológica do desenvolvimento sustentável, tarefa esta tratada no terceiro item, no encerramento do capítulo. Analisar os limites do desenvolvimento sustentável configura-se relevante, pois a carcini-cultura se impõe, pelas forças dominantes, como atividade produtiva que supostamente asseguraria desenvolvimento com crescimento econômico e sustentabilidade.

O debate sobre o desenvolvimento sustentável remete à crise da sociabilidade, momento em que para garantir a restauração capitalista, o capital utiliza estratégias de racionalização ideológica, que em situações de crise se transformam na própria forma de ser da classe dominante, ou seja, de discurso se transmutam em práticas. É a classe dominante em seu movimento para assegurar que na vida cotidiana dos indivíduos haja reprodução ativa do pensamento dominante. Não é por acaso que a noção de desenvolvimento sustentável conquistou corações e mentes no senso comum da população, entre os militantes de diversos movimentos sociais e instituições democráticas no âmbito da luta socioambiental. Desenvolvimento sustentável funciona como “ópio” do tempo presente e nisso consiste sua força justificadora da desigualdade social.

Em síntese, a questão socioambiental só pode ser entendida em toda sua complexidade se considerarmos as profundas mudanças empreendidas pelo sistema do capital a partir da década do século XX para superar sua crise e continuar seu projeto de acumulação, hegemonia e desenvolvimento.

## 1.1 A RELAÇÃO ENTRE NATUREZA E SER SOCIAL: DIMENSÃO ONTOLÓGICA E PARTICULARIDADES SOB O DOMÍNIO DO CAPITAL

"Povo não pode ser sempre o coletivo de fome.  
 Povo não pode ser um séquito sem nome.  
 Povo não pode ser o diminutivo de homem.  
 O povo, aliás, deve estar cansado desse nome,  
 embora seu instinto o leve à agressão  
 e embora o aumentativo de fome  
 possa ser revolução"  
 (Afonso Romano De Sant'Anna)

O debate contemporâneo sobre a questão socioambiental é marcado por particularidades que remetem às divergências teóricas e políticas entre o pensamento marxista e pós-moderno. Nosso objetivo é elucidar a concepção natureza/indivíduo/sociedade a partir dessas duas matrizes de pensamento e extrair os elementos que norteiam as estratégias utilizadas na defesa do meio ambiente. Não se trata, portanto, de uma análise sobre os fundamentos da teoria social de Marx e nem da teoria pós-moderna ou, conforme Rouanet (1987), da ideologia pós-moderna<sup>7</sup>.

No âmbito do pensamento pós-moderno, a questão ambiental é situada no contexto da chamada "crise civilizatória", com ênfase na negação das principais idéias Iluministas e dos valores conquistados na modernidade e o que estes representam do ponto de vista teórico, ético/político e do atendimento das necessidades humanas.

Neste sentido, prevalece o entendimento quanto à necessidade de, no momento contemporâneo, os indivíduos buscarem o retorno à "natureza". Trata-se de promover a sacralização da natureza e a defesa da volta do mito do "bom selvagem". Assim, os indivíduos são destituídos das determinações classistas e, no

---

<sup>7</sup> Para Rouanet, a "pós-modernidade" não representa uma ruptura com a "modernidade". "Todas as tendências 'pós-modernas' podem ser encontradas de modo pleno ou embrionário na modernidade" (1987:22). Do ponto de vista econômico: o capitalismo já nasceu 'pós-industrial'; No campo político Rouanet (1987) afirma que não há nada de 'pós-moderno' no aparecimento de novos atores e movimentos sociais. "Se não há ruptura, há uma vontade de ruptura. Se tantos críticos e artistas perfeitamente inteligentes acham que estamos vivendo uma época 'pós-moderna', é porque querem se distanciar de uma modernidade vista como falida e desumana" (Rouanet, 1987:25). Para a análise da pós-modernidade Cf. dentre outros, Harvey (1999); Touraine (1988); Wood e Foster (1999); Lyotard (2004); Rouanet (1987).

lugar, prevalece o entendimento de que o desenvolvimento em si constitui-se num obstáculo à humanidade. É neste sentido que reivindicam atenção para a vida cotidiana e negação de compromisso com teorias que classificam de grandes narrativas e projetos de transformação societária, a exemplo do pensamento marxiano e da tradição marxista.

O pressuposto do pensamento pós-moderno no debate da questão socioambiental é a crítica à centralidade do trabalho na vida social e ao papel de sujeito histórico exercido pelos indivíduos na relação com a natureza. Trata-se portanto, de uma crítica à afirmação de que é pela mediação desses dois aspectos que o indivíduo é levado a transformar a natureza para o atendimento das suas necessidades por meio da criação de valores de uso, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e do conjunto das relações sociais.

Do ponto de vista dos ideólogos da pós-modernidade, o grande desafio do tempo presente é a reconciliação entre indivíduo e natureza. Ao indivíduo não compete o papel de transformar a natureza, mas de interagir com esta numa relação de contemplação e de transcendência em busca do autoconhecimento. Trata-se de estabelecer entre natureza e ser social uma relação de identidade, e entre indivíduo e sociedade uma relação de contraposição, em que o desenvolvimento de um implica na sujeição do outro.

No âmbito do pensamento marxista e, notadamente, numa dimensão ontológica, as complexas relações entre natureza/indivíduo/sociedade ganham entendimento radicalmente diverso se comparado com a abordagem pós-moderna<sup>8</sup>.

No pensamento marxiano, o indivíduo difere ontologicamente da natureza, ao tempo em que sua vida não pode prescindir desta. Entretanto, isso seria comum a todos os animais. A diferença consiste no fato de que o indivíduo dotado de consciência não se relaciona com a natureza somente pelo imperativo da necessidade física, mas ao se libertar de tais necessidades, consegue ir além dos castores, das abelhas e do João-de-Barro.

O indivíduo como ser social produz e transforma a própria natureza, que se torna no processo histórico meio para o desenvolvimento do seu potencial de

---

<sup>8</sup> De acordo com a finalidade deste estudo não pretendemos desenvolver a análise ontológica em sua abrangência conforme o pensamento de Lukacs. Para tanto, CF: dentre outros, Lessa (1995) e (2007); Antunes (2000); Barroco (2002) e Tonet (2001).

criação, pois, como sabemos, no pensamento de Marx, não há antinomia entre indivíduo e sociedade. O nível de autonomia entre esses dois complexos sociais é produto do desenvolvimento da sociabilidade. Sobre isso, é importante considerar que

a sociabilidade, entendida como produção e reprodução das relações sociais que têm na produção sua determinação central, da qual emanam possibilidades de realização do ser singular, em relação dinâmica e contraditória com a totalidade social (Santos, 2008, p. 66).

Segundo Lessa (1995, p. 87),

não há qualquer traço de ruptura, em nível do ser, entre a reprodução do indivíduo e a reprodução da sociedade como um todo [...] Todavia, por serem ontologicamente indissociáveis, não significa que não possuam especificidades, que entre a reprodução do indivíduo e a da sociedade não haja desigualdades e contradições.

De acordo com os fundamentos teórico-metodológicos que orientam nossa pesquisa, consideramos a existência de três esferas ontológicas distintas: a inorgânica, a biológica e o ser social. Entre estas esferas há diferenças, mas prevalece uma relação de profunda articulação, de modo que

sem a esfera inorgânica não há vida e sem vida não há ser surgiu a vida e, desta, o ser social. Essa social. Isto ocorre porque há uma processualidade evolutiva que articula as três esferas entre si: do inorgânico processualidade evolutiva é responsável pelos traços de continuidade que articulam as três esferas entre si (LESSA, 2007, p. 25).

As esferas, inorgânica e biológica constituem a dimensão da natureza que se diferencia ontologicamente do ser social pela ausência da mediação da consciência que só é possível desenvolver-se no ser social. Contudo, vale ressaltar que o indivíduo se desenvolve e se complexifica mediante permanente e ineliminável articulação com a natureza.

Sua existência e reprodução dependem da natureza e sem esta não pode haver ser social. Ainda que a sociabilidade receba determinações sociais cada vez mais intensas, prevalece, conforme a ontologia de Lukács, as diferenças ontológicas entre as três esferas, não existindo possibilidade para uma relação de identidade

entre sujeito e objeto. Trata-se do clássico fenômeno do “afastamento das barreiras naturais” que ocorre no processo de desenvolvimento das forças produtivas e da sociabilidade (LESSA, 2007; BARROCO, 2002; ANTUNES, 2000).

As relações entre natureza/indivíduo/sociedade são, fundamentalmente, mediadas pelo trabalho. O trabalho se constitui o processo definidor na relação dialética entre o ser humano/sociedade e a natureza. Segundo Lessa (1997, p. 24):

a reprodução social comporta e, ao mesmo tempo, requer outros tipos de ação que não as especificamente do trabalho. Todavia, sem a categoria do trabalho, as inúmeras e variadas formas de atividade humano-social não poderiam sequer existir.

O indivíduo, ao produzir e se reproduzir historicamente, estabelece, por meio do trabalho, as condições materiais e subjetivas necessárias para a sua existência. O trabalho é utilizado para a criação destas condições via transformação da natureza, e esta consiste num componente fundamental da atividade humana. No entanto, o ser humano, dotado de capacidade inventiva e criadora, elabora outras necessidades a partir do desenvolvimento técnico e social. Para Marx (1988, I, p. 50),

como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do ‘homem’, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre ‘Homem’ e natureza, e, portanto, da vida humana.

As necessidades humanas são precisamente históricas, pois se alteram e/ou se diluem para consolidação de outras. Não há, portanto, apenas um único caminho para resolução destas necessidades, pois elas se diferem, divergem, caminham entre o requinte e a brutalidade, entre o que explora e o que é explorado, das necessidades materiais mais básicas sentidas por amplos segmentos da classe trabalhadora ao consumo do supérfluo por alguns membros da burguesia: “A própria primeira necessidade satisfeita, a ação da satisfação e o instrumento já adquirido da satisfação, conduz a novas necessidades – e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico” (MARX; ENGELS, 1984, p. 32).

No âmbito do pensamento marxiano e na tradição marxista, a relação natureza/indivíduo/sociedade é, antes de tudo, uma relação de transformação e não de contemplação nem de transcendência. O indivíduo, consciente do que a natureza pode lhe prover, retira dela o que necessita e esta ação é, para ambos, transformadora.

É isso que diferencia o ser humano de outros animais: sua capacidade de pensar, criar e refletir sobre sua práxis com possibilidade efetiva de produzir respostas para as necessidades, considerando as condições sócio-históricas e subjetivas a que pertence. Suas necessidades são, portanto, históricas e as respostas dadas a estas também. Marx (2002, pp. 116-117) afirma que “o animal identifica-se prontamente com sua atividade vital. Não se diferencia dela. É a sua própria atividade. Mas o homem faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência [...]”.

Em sua dimensão ontológica, portanto, natureza e ser social são distintos e esta distinção integra a forma de ser de cada uma dessas esferas, portanto, é algo ineliminável. Entre indivíduo e sociedade prevalece a capacidade de desenvolvimento das relações sociais, de forma tal que em modos de produção anteriores houve uma diluição/identificação do indivíduo na sociedade em face da baixa complexidade e desenvolvimento da sociabilidade. É preciso considerar, no entanto, que a sociabilidade representa o momento predominante em termos das determinações que incidem no par indivíduo/sociedade.

De um ponto de vista sócio-histórico, portanto, sob as particularidades da sociabilidade do capital, esta relação dialética de transformação entre o ser humano e a natureza, tem, contraditoriamente, se revelado nociva para o meio ambiente, pois o processo de produção de mercadoria quando submetido aos interesses de acumulação do capital, exprime “a missão histórica da burguesia na fórmula acumulação pela acumulação, produção pela produção” (HARVEY, 2005, pp. 43-44).

Vale destacar que o objeto de análise de Marx não era a natureza, mas sim o metabolismo do sistema capitalista e seus desdobramentos sobre a classe trabalhadora: “Não obstante o seu método lhe permitiu ver mais além do seu objeto de estudo, assinalando os impactos concomitantes da produção capitalista sobre a natureza” (FOLADORI, 1997, p. 145). Neste caso, não podemos afirmar que Marx foi

um ecologista ou que se dedicou à análise das ações entrópicas do meio ambiente no seu tempo, porém, tanto Engels como Marx foram enfáticos ao alertarem para as implicações catastróficas que a produção pela produção, ou seja, o produtivismo provocaria na natureza e na vida social.

Marx, que foi acusado de produtivista<sup>9</sup>, anunciou, há um século, em sua análise acerca do sistema capitalista, os efeitos catastróficos e sistemáticos que a produção e reprodução social do capital provocavam na natureza. Na crítica feita por Marx a Feuerbach, que tinha uma visão idealista e abstrata a respeito da relação natureza/indivíduo/sociedade, Marx não só demonstrou a transformação dialética que se processava nesta relação, como também alertou para um fato tão comum na atualidade: o uso predatório da natureza em função da acumulação e reprodução do capital<sup>10</sup> (SILVA, 2003).

Esta constatação, no entanto, tem que ser entendida em sua determinação objetiva sem redundar em formas de determinismo econômico. Assim, requer superação da análise imediata para uma perspectiva de compreender a totalidade da vida social. Este movimento consiste num processo dinâmico, complexo e contraditório que pressupõe situar no horizonte teórico político a possibilidade de construção de alternativas anticapitalistas.

Tal formulação difere das propostas que tentam unir mercado e sustentabilidade, fundadas no ideário da sociabilidade do capital, a exemplo do reformismo ecológico, contido na proposta do ambientalismo romântico. Não dá para pensar na sustentabilidade sem problematizar a forma hegemônica da sociabilidade capitalista. Reorientar as práticas socioambientais para a crítica à sociabilidade vigente constituiria o “verdadeiro alvo da transformação emancipatória” (MÉSZÁROS, 2002, p. 451).

Atualmente, as consequências da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) ameaçam a preservação da natureza, colocando em xeque este patrimônio coletivo da humanidade. Em face da crise socioambiental que solapa o mundo inteiro, não faltam alternativas, modelos, receitas e estratégias de enfrentamento. As inúmeras tentativas de superação da crise do capital vêm acompanhadas, também, de tácitos instrumentos ideológicos mantenedores das relações sociais vigentes ou

---

<sup>9</sup> Cf. a crítica de Foladori, G. (1997, p.141) a esta acusação.

<sup>10</sup> Cf. Marx. A Ideologia Alemã, pp. 55-56. In: Mészáros, 2002, p. 988.

com “suavização” da produção produtiva contemporânea própria da realidade criando a ideia aparente quanto à possibilidade de existência de um “capitalismo verde”.

A concepção pós-moderna assume caráter funcional ao sistema do capital porque se afirma justamente num momento histórico em que é absolutamente necessário o entendimento do “sistema orgânico onabrangente” (MÉSZÁROS, 2007) e sua estrutura de dominação que se desenvolve como produção generalizada de mercadorias. Assim, tanto no debate teórico como na vida cotidiana, destacam-se os fundamentos pós-modernos para análise da relação entre natureza/indivíduo/sociedade, que remete à naturalização da exploração e à desconsideração da história real e concreta de homens e mulheres no tempo presente.

## 1.2 DA RELAÇÃO NATUREZA/INDIVÍDUO/SOCIEDADE AO RETORNO DO MITO DO “BOM SELVAGEM”

"Calo-me, espero, decifro.  
As coisas talvez melhorem.  
São tão fortes as coisas!  
Mas eu não sou as coisas e me revolto"  
(Carlos Drummond de Andrade)

Uma das alternativas emergentes que surge no contexto da produção contemporânea do capital é a adoção das técnicas de manejo da natureza e do modo de vida das populações tradicionais que ganha força no âmbito do chamado pensamento “pós-moderno” ambientalista reconhecido como “ambientalismo romântico”.

Na análise epistemológica acerca da relação natureza/indivíduo/sociedade, Foladori (2004) contribui para a desmistificação quanto à possibilidade de existência de uma harmonia eterna e divina entre a natureza e os indivíduos. Na contemporaneidade, existem muitas ações voltadas para o resgate dos laços harmoniosos mitificados no modo de vida das sociedades pré-capitalistas e identificá-los como prática cotidiana das populações tradicionais. De acordo com Foladori (2004, p. 326),

a revitalização contemporânea do mito da “sabedoria ambiental primitiva” tem várias explicações. Primeiro, uma falsa identificação entre práticas econômicas e rituais de grupos detentores de tecnologias de baixo impacto ambiental, de um lado, e as técnicas aparentemente similares descritas pelos modernos teóricos da agroecologia, de outro. Isso constitui uma bandeira política de grande apelo em sociedades com uma população rural significativa, tendendo a justificar as modernas propostas conservacionistas ou ecologistas de gestão ambiental, que incorporam populações nativas.

Aqui reside uma contradição acerca das práticas sociais, culturais e ambientais dos/as trabalhadores/as tradicionais que merece ser destacada. Embora esses segmentos sejam possuidores de conhecimentos botânicos, de uma engenharia própria de manejo dos recursos naturais que garantem o uso sustentável e de uma cultura passada de geração em geração, suas ações são práticas humanas e sociais tecidas pelo fio das relações sociais da produção vigente.

Neste sentido, são partes constitutivas da sociabilidade capitalista, mesmo que na sua organização territorial e no intercâmbio que desenvolvem com a natureza, prevaleça a cultura de subsistência, a dependência com o meio biótico é perpassado e mediado pelo projeto do capital.

A crítica que fazemos ao mito do “bom selvagem” e da desmistificação quanto à possibilidade de uma relação plenamente harmoniosa entre natureza/sociedade não anula a importância dos/as trabalhadores/as tradicionais, nem diminui o caráter imperativo de suas lutas pelo direito ao território, ao trabalho e à própria existência.

Nossa crítica recai sobre os modelos alternativos ambientalistas românticos que procuram suavizar os efeitos da produção destrutiva do capital no meio ambiente sem levar em consideração dois aspectos fundamentais. Primeiro, que a tendência do capital tem sido erradicar ou subordinar à sua dinâmica, relações pré-capitalistas de qualquer natureza, econômica, política ou cultural. Sobre isso, afirma Mészáros (2007, p. 56):

[...] libertando seus antiquíssimos componentes orgânicos das algemas dos sistemas orgânicos anteriores e demolindo as barreiras que impediam o desenvolvimento de novos componentes vitais, o capital como um sistema orgânico onívor pode afirmar sua vigência nos últimos três séculos como produção generalizada de mercadorias. Reduzindo e degradando os seres humanos à condição de meros ‘custos de produção’ como ‘força de trabalho necessária’, o capital pode tratar até mesmo o trabalho vivo como

nada mais que 'mercadoria comercializável', igual a qualquer outra, sujeitando-o às determinações desumanizadoras da coerção econômica.

O segundo aspecto refere-se ao fato de que embora os/as trabalhadores/as que vivem diretamente dos recursos marinho-costeiros, dentre outros segmentos, pratiquem um manejo sustentável dos recursos naturais, são as relações sociais capitalistas que determinam a produção, o consumo e a venda do pescado. Determinam, por exemplo, o destino do peixe, onde e a que preço as lagostas serão vendidas.

É o sistema do capital que define e comanda, portanto, o complexo circuito da produção, distribuição e consumo das mercadorias, aliado à definição que, também, faz do uso social, político e cultural do território. Foladori (2004) analisa que

qualquer processo de trabalho (a caça, a coleta também são formas de trabalho) é condicionado por uma pré-distribuição dos meios e objetos de trabalho. Em nossos exemplos: a apropriação coletiva da natureza por um lado, a propriedade privada do solo por outro. Dessa maneira, em qualquer momento, uma sociedade não apenas produz segundo nível de desenvolvimento tecnológico que herdou de gerações passadas (e que eventualmente pôde incrementar), mas também o faz segundo forma de distribuição dos meios e objetos de trabalho.

É imperativo saber que o debate contemporâneo envolvendo os/as trabalhadores/as tradicionais vem acompanhado de contradições e ambiguidades que se expressam no cotidiano dessas populações que não são possuidoras de uma natureza pura, "selvagem" ou de uma ação interventiva não entrópica.

O mito do "bom selvagem" é desfeito a partir das observações de vários estudiosos que ao analisarem o uso da natureza pelas sociedades pré-capitalistas identificaram processos de grandes impactos no meio ambiente, como a participação dos caçadores no paleolítico na extinção dos mamutes (MARTIN, 2002 *apud* FOLADORI, 2004, p. 324).

O pensamento ambientalista romântico ao identificar nas práticas socioambientais dos/as trabalhadores/as tradicionais uma estratégia de contenção para a degradação do meio ambiente resgatou o mito do "bom selvagem". Tal abordagem foi solapada pelo capital que, ancorado numa lógica expansiva de

caráter irrestringível, implacável e irracional (MÉSZÁROS, 2007), ameaça de extinção os ecossistemas, processo esse que se configura como destruidor dos espaços coletivos, do território da cultura e do direito ao uso da natureza e, no limite, a própria humanidade.

Os/as trabalhadores/as do mar, dos ecossistemas terrestres na sua relação com o meio natural desenvolveram e adquiriram práticas de manejo sustentável advindos de saberes autóctones. Possuem crenças e significações sobre a relação entre sujeito e natureza, considerando as particularidades do seu universo sociocultural. Mas nem de longe podemos analisá-los apartados das densas estruturas que conformam a sociabilidade capitalista. De forma alguma podemos tomá-los a partir de um referencial mítico, divino, de ritos sagrados que são forjados em uma natureza sacralizada, como sugere ideólogos da pós-modernidade.

Em nosso estudo, as chamadas populações tradicionais são entendidas na perspectiva de um enfoque crítico-dialético. Assim, partimos do reconhecimento das potencialidades das práticas sociais, culturais e ambientais desses povos e o manejo de baixo impacto que desenvolvem no uso dos recursos naturais como mantenedora da biodiversidade, ao tempo em que localizamos a realidade da exploração a que se encontram submetidas. Isto é bem diferente de admitir que esta população possa viver aquém do seu tempo histórico, ou seja, sem receber as determinações da sociabilidade vigente, na condição de neosselvagens.

No entanto, esta concepção se objetivou com força ideológica tão contundente que segmentos das populações tradicionais se apropriaram do ideário de “novos selvagens” como estratégia de sobrevivência. Sobre isso, Foladori (2004, p. 327) chama atenção para o uso contraditório que a população tradicional faz:

os próprios “nativos” têm visto, na divulgação de sua imagem como “protetores da terra”, uma ferramenta política e econômica para obter o apoio e financiamento de grupos ambientalistas de pressão em nível internacional, contra a marginalização e opressão por parte dos governos e burocracias nacionais.

Dado o acelerado processo de degradação do meio ambiente, os/as trabalhadores/as tradicionais enfrentam, além dos problemas ocasionados pela reestruturação produtiva do capital que atinge os seus nichos de trabalho, a reapropriação privada de espaços antes considerados coletivos. A chegada da carcinicultura no litoral nordestino, por exemplo, representa essa apropriação do território e, também, é marcada pela luta dos povos tradicionais pelo direito ao uso da natureza e ao trabalho, que se configura numa verdadeira busca pela sobrevivência.

A proposta romântica de enfrentamento da questão socioambiental concretamente se constitui numa estratégia ideológica funcional aos interesses dominantes no contexto do capitalismo contemporâneo. E neste jogo complexo da luta de classes, as forças dominantes buscam destituir a população tradicional da sua identificação como trabalhadores/as que vivem do extrativismo marinho e da pesca artesanal.

No lugar disso, a estratégia de valorizar a presença de seres de outro tempo histórico, uma espécie de “selvagens sobreviventes” que precisam de algum tipo de atenção para preservar seus costumes e suas práticas culturais, confronta-se com a realidade de homens e mulheres que reivindicam o direito ao trabalho.

No próximo item abordaremos as relações de determinação entre o sistema do capital e a degradação do meio ambiente. A ênfase recai no processo histórico desencadeado a partir do final da segunda guerra mundial, período em que o capital reinventa estratégias de acumulação e de dominação social que resultam, simultaneamente, em crescimento econômico e pilhagem da natureza.

### 1.3 O SISTEMA DO CAPITAL E SUAS TENDÊNCIAS DESTRUTIVAS NO MEIO AMBIENTE

“Há quem se deite em fogo para morrer. Pois eu sou como vagalume: só existo quando me incendeio.” (Mia Couto)

Após a Segunda Guerra Mundial o mundo foi dividido em dois grandes blocos, entre nações capitalistas e pós-capitalistas<sup>11</sup>. Essa bipolarização entre as nações coincide com “os anos dourados do capitalismo” que foram marcados, do ponto de vista econômico, pela expansão na produção de mercadorias; elevação da produção industrial, efetivação de um mercado consumidor e crescimento econômico.

De um ponto de vista político, trata-se de um momento histórico de intensa organização da classe trabalhadora em sindicatos e partidos políticos nos países da Europa ocidental e nórdica industrializada. Esta organização levou à valorização da participação no parlamento e do investimento na interlocução com o Estado para efetivação de um conjunto de reformas. No limite, a classe trabalhadora, por meio de seus principais instrumentos de organização nos países centrais, ao defender seus interesses por condições e acesso ao trabalho e à seguridade social, foi abrindo mão progressivamente de um projeto anticapitalista (MÉSZÁROS, 2002; CHESNAIS & SERFATI, 2003; ANTUNES, 2000).

Depois da Conferência de Potsdam, em 17 de julho de 1945<sup>12</sup>, o mundo não estava dividido somente pela via da política ou separado por muros, a polarização entre nações capitalistas e pós-capitalistas se fez sentir na arte, cultura e economia. A propaganda ideológica ocidental expressa no ideal do “American way of life”, que disseminava o estilo de vida norte-americano, como um modo de viver universal contra os países pós-capitalistas, assume função social estratégica na formação de uma classe trabalhadora servil aos interesses dominantes.

O não entendimento pelas forças políticas de esquerda de que o sistema do capital se orienta pela lei geral de acumulação, levou amplos segmentos da esquerda mundial a defender a tese de que o capitalismo pós-segunda guerra mundial apresentava-se sensível à consideração das necessidades humanas. Ao funcionar simultaneamente como um modo de produção e de dominação social, o sistema o capital reforçou o ideário do “fim das classes sociais”, investiu, como se

---

<sup>11</sup> Adotaremos aqui a noção de países pós-capitalistas utilizada por Mézáros (2002) para denominar o “sistema de capital pós-capitalista”, que teve vigência na URSS e nas outras nações do leste Europeu.

<sup>12</sup> Logo após a rendição incondicional da Alemanha na II Guerra Mundial, os Chefes-de-Estado dos Países Aliados se encontraram em Potsdam na Alemanha para decidirem o futuro desta país, o estabelecimento da paz e discutirem as consequências da guerra no mundo. Novas diretrizes econômicas e políticas foram definidas nesta conferência. Começava sem dúvida a política da guerra fria.

fosse possível, na destituição dos interesses classistas, confinando a luta pelos direitos a um perigoso jogo de colaboração entre capital e trabalho.

Esses aspectos, dentre outros, de ordem econômica, política e cultural e, especialmente os entraves referentes a não socialização da política nos países pós-capitalistas serviram para obstaculizar o avanço do “comunismo” no mundo. A chamada “Era de Ouro” se desenvolvia no campo minado da guerra ideológica, cultural, bélica, espacial e econômica que emergiu do conflito bipolar entre as duas maiores potências em nível mundial no pós-guerra. Mesmo envolto ao clima beligerante que pairava em todos os continentes, a “época de ouro” foi um marco na economia mundial.

Os resultados econômicos no decurso de quase três décadas foram de grande êxito para o capital e, de modo contraditório e bastante parcial, também, para o trabalho, por meio da política de intervenção do Estado na efetivação e garantia do acesso às políticas sociais, à seguridade social e ao pleno emprego.

Trata-se da efetivação do Estado Social nos países centrais, sob a orientação macroeconômica do pensamento keynesiano associada à organização da produção taylorista-fordista<sup>13</sup>. Segundo Boschetti (2008, p. 174), o padrão keynesiano

foi determinante para o desenvolvimento e expansão das políticas públicas e da seguridade social, porque preconiza que o Estado tem uma função-chave no desenvolvimento econômico por meio da ampliação das políticas sociais. Nesta perspectiva, o gasto público não é entendido como negativo e gerador de déficits, mas, ao contrário, integra uma política de desenvolvimento baseada na tese de que o gasto social tem a função de aumentar as demandas por bens e serviços de consumo, e pode gerar pleno emprego. Também defende a regulação dos mercados financeiros pelo Estado, de modo a canalizar recursos para investimento no setor produtivo e, assim, reduzir a circulação especulativa do capital.

Embora neste período de aproximadamente trinta anos não tenham deixado de ocorrer crises cíclicas, como as crises de 1949, 1953, 1958 e 1961, suas implicações na vida social foram controladas pela intensa regulação promovida pelo Estado e mediante as taxas favoráveis de crescimento econômico. É o que Mandel (1982, p. 85) caracterizou como sendo “uma onda longa expansiva”, na qual “os

---

<sup>13</sup> Para análise acerca do taylorismo-fordismo cf. dentre outros, Harvey (1999); Antunes (2000); Gounet (1999).

períodos cíclicos de prosperidade são mais longos e intensos, e mais curtas e mais superficiais as crises cíclicas”.

Desse modo, podemos afirmar que as “políticas keynesianas” e o denominado padrão produtivo taylorista-fordista tiveram êxito ao atribuir ao Estado papel central de indutor dos investimentos e no âmbito do setor produtivo e suas formas de gestão, garantir a produção em massa de mercadorias, com caráter homogêneo e vertical; desenvolvimento do trabalho de forma parcelar e fragmentado por meio da divisão e decomposição das tarefas. Antunes (2000, p. 36) analisa que:

esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, ‘suprimindo’ a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva.

Apesar das particularidades do Estado Social nos países centrais, vale considerar que o projeto de retomada de crescimento econômico do pós-guerra não se restringiu às nações capitalistas ocidentais. A expansão do capital, como observou Mészáros (2002), que é anterior ao próprio sistema capitalista, chegou a um ritmo acelerado na URSS. Embora esse país possuísse uma configuração pós-capitalista não foi capaz de promover a ruptura com as hierarquias intrínsecas ao metabolismo do capital, mantendo, assim, o seu eixo central, ou seja, a exploração do trabalho. Para Mészáros (2002, p. 16),

os países pós-capitalistas, com a URSS à frente, mantiveram intactos os elementos básicos constitutivos da divisão social hierárquica do trabalho que configura o domínio do capital, a expropriação dos expropriadores, a eliminação ‘jurídico-política’ da propriedade, realizada pelo sistema soviético, deixou intacto o edifício do sistema de capital.

É importante assinalar, ainda, que a expansão das políticas sociais e da seguridade social neste período se limitou aos países centrais. Nos países de capitalismo periférico não houve efetivação do Estado Social e considerando particularidades na periferia dos países centrais, a pobreza e a desigualdade social continuaram presentes.

Em relação ao nosso objeto de estudo, dois aspectos merecem destaque. Em primeiro lugar, é relevante o entendimento de que após essas três décadas de intenso crescimento “houve considerável aceleração do jogo dos mecanismos cumulativos, destruidores dos equilíbrios ecológicos, sob o efeito das formas de produção e de consumo” (CHESNAIS e SERFATI, 2003, p. 41). Ou seja, a produção em larga escala, que possibilitou à dinâmica capitalista obter ganhos econômicos e políticos, só foi possível com o mercado colocando-se em situação de expansão contínua. A consequência efetiva desse processo foi o produtivismo que resulta, necessariamente, em degradação socioambiental. Chesnais e Serfati (2003, p. 41) chamam atenção, também, para o fato de que diante desse quadro,

governos, empresas, partidos e sindicatos operários entenderam-se de forma tácita para silenciar as questões ecológicas [...]. Os trabalhos da comissão científica, criada pelas Nações Unidas para estudar as mudanças climáticas, estabeleceram que em certos domínios, tais como os recursos não-renováveis e, possivelmente, a biodiversidade, as degradações atingiram patamares de irreversibilidade ou, pelo menos, estão próximos a eles.

O segundo aspecto refere-se à constatação de que na trajetória histórica do modo de produção capitalista e nas formas sociais de dominação que lhe são inerentes, portanto, é desde suas origens, que o capital funciona como indutor de uma espécie de “direito à pilhagem da natureza”.

Isto significa que nunca, em toda a história da humanidade, o uso dos combustíveis fósseis foi tão intenso quanto no período supracitado. O rápido desenvolvimento das forças produtivas, sob o comando dos interesses do capital, agudizou o processo de destruição da natureza e as características que temos hoje foi em sua essência determinada pela lei geral da acumulação capitalista. Foi gestada, portanto, no decurso de desenvolvimento das relações sociais sob a égide do capital: “Tomada por este ângulo, a crise ecológica planetária é, pois, uma crise capitalista” (CHESNAIS e SERFATI, 2003, p. 41).

É nesta época que o livro da jornalista Rachel Carson, *Primavera Silenciosa* (1969)<sup>14</sup>, é lançado e o seu conteúdo se reveste de denúncia contra o processo de industrialização sem limites e o uso de biocidas usado na agricultura

---

<sup>14</sup> Data de edição do livro no Brasil.

logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. O alerta dado por Carson na década de 1960 sobre o envenenamento do mundo por pesticidas soou como “alarmista”. Interessante notar que no período que compreende a “Era de Ouro”, a preocupação com as consequências da produção industrial em relação à natureza era incipiente.

A discussão sobre os efeitos catastróficos do produtivismo não estava ainda na ordem do dia, ao contrário, o lema vigente era o avanço da produção sem limites, não importando se o custo fosse a própria natureza, fonte de toda a matéria-prima para o processo produtivo: “Na verdade, longe de se preocupar com o meio ambiente, parecia haver motivos de autossatisfação, pois os resultados da poluição do século XIX davam lugar à tecnologia e consciência ecológica no século XX (HOBBSAWM, 1995, pp. 257-258).

O autor observa que mesmo tendo proibido o uso do carvão como combustível em Londres no ano de 1953, ainda, assim, era possível visualizar no céu os efeitos dos gases poluidores por toda cidade. O advento da tecnologia, um dos traços marcantes do século XX não foi capaz de superar ou até mesmo de desacelerar o contínuo e sistemático processo de degradação ambiental. Hosbsbawm (1995, p. 258) analisa que:

um dos motivos pelos quais a Época de Ouro foi de ouro é que o preço do barril de petróleo saudita custava em média menos de dois dólares durante todo o período de 1950 a 1973, com isso tornando a energia ridiculamente barata e, barateando-a cada vez mais. Ironicamente, só depois de 1973, quando o cartel de produtores de petróleo, a OPEP, decidiu finalmente cobrar o que o mercado podia pagar, os ecologistas deram séria atenção aos efeitos da conseqüente explosão no tráfego movido a petróleo, que já escurecia os céus acima das grandes cidades nas partes motorizadas do mundo, em particular na americana. A poluição da atmosfera foi, compreensivelmente, a preocupação imediata. Contudo, as emissões de dióxido de carbono que aqueciam a atmosfera quase triplicaram entre 1950 e 1973, quer dizer, a concentração desse gás na atmosfera aumentou quase 1% ao ano.

O caráter incisivo de crescimento econômico deste período e os efeitos sentidos na natureza, ainda sob a tensão da Guerra Fria, estavam sendo paulatinamente denunciados pelos ambientalistas. Só mais recentemente tornou-se relevante no âmbito do pensamento crítico, retomar os fundamentos das relações sociais no capitalismo como condição para o entendimento de que o sistema capitalista é o maior responsável pela degradação ambiental planetária. Segundo

Foladori (2005), para se entender as causas da degradação devem ser observadas a distinção entre causas diretas, imediatas e estruturais dessa degradação.

O garimpeiro que peneira o cascalho e faz uso do mercúrio no seu labor contamina o rio degradando diretamente a natureza, mas o garimpeiro é parte de uma totalidade. A sua ação se reveste de uma imediatez inerente ao seu cotidiano e revela, ao mesmo tempo, a sua relação com a natureza e uma prática altamente predatória. Por outro lado, temos mineiros a serviço de uma empresa mineradora que faz uso de metais pesados no processo de separação de metais em que os dejetos são despejados em grande quantidade na natureza.

De uma forma ou de outra, houve poluição do meio ambiente, ambas as atividades são entrópicas, mas a causa direta da contaminação dos rios, da mortandade dos peixes, da contaminação dos solos é embrionária de uma estrutura complexa: “Degradações semelhantes podem ser resultados de motivações e mecanismos diferentes” (FOLADORI, 2005, p. 38).

O fato é que a lógica produtivista do capital estava suplantada nos dois blocos mundiais e a sua produção destrutiva sem precedentes se fez sentir em todas as dimensões da vida social. O desenvolvimento das forças produtivas e o avanço técnico-científico produziram, também, o desenvolvimento de uma “consciência ecológica”. De acordo com Mészáros (2002, p. 94),

nas últimas décadas, os movimentos de protestos – de modo notável, as diversas nuances do ambientalismo – emergiram de um cenário social bastante diferente, e até com uma orientação de valor distante da socialista. Esses movimentos procuravam estabelecer uma base de apoio político em muitos países capitalistas por meio da atuação dos partidos verdes de tendência reformista, que apelavam aos indivíduos preocupados com a destruição ambiental em andamento, deixando indefinidas as causas socioeconômicas subjacentes e suas conotações de classe.

Desse modo, podemos afirmar que as propostas e estratégias de controle do processo de produção do capital esbarram num fundamento central: a dinâmica da lei geral de acumulação. Impedir a degradação sistêmica do meio ambiente é obstaculizar o capital quanto a sua tendência de expansão e de acumulação, e isso, como afirma Mészáros (2002), é algo que as forças metabólicas do capital jamais permitirão.

### **1.3.1 A crise contemporânea do capital: principais características e implicações na vida cotidiana**

Nas últimas décadas do século XX em diante, verifica-se o agravamento da degradação ambiental. Isto ocorre no contexto da crise do sistema do capital a partir de final de 1960, num quadro de profundas mudanças impostas no processo de reestruturação produtiva do capital. Estas mudanças incidem na organização do processo produtivo, com as tentativas pelo capital para reorganizar suas estratégias de acumulação. Com isto, só consegue seus objetivos de lucro mediante um intenso processo de produção destrutiva da natureza.

A crise do sistema do capital se faz sentir em todas as dimensões da vida social por todo orbe. Esta crise afeta países e populações, em suas particularidades, mas nenhuma região do globo terrestre passa incólume aos efeitos da crise contemporânea do capital. Para Mészáros (2007, p. 57),

o século XX testemunhou muitas tentativas fracassadas voltadas à superação das limitações sistêmicas do capital, desde o keynesianismo até o intervencionismo estatal de tipo soviético, além das conflagrações políticas e militares a que deram origem. E, no entanto, tudo o que essas tentativas puderam alcançar foi somente a 'hibridização' do sistema do capital, comparado à sua forma econômica clássica – com implicações extremamente problemáticas para o futuro –, mas não soluções estruturalmente viáveis.

Para o referido autor, todas as demandas conquistadas pelas organizações sindicais no período da social-democracia foram “concedidas” pelo capital como estratégias para sua expansão, mas só foram possíveis mediante o consentimento das reivindicações da classe trabalhadora. Neste sentido, não há como negar o papel ativo do movimento sindical neste processo. Concordamos com Bihr (1998) que do ponto de vista político, em termos da organização da classe trabalhadora, o fundamental é fazer a crítica ao que ele denomina de “modelo social-democrata” do movimento operário.

Autores como Chesnais (1996), Bihr (1998), Harvey (2005) e Mészáros (2002) tendem a concordar em dois aspectos fundamentais. Primeiro, o caráter

destrutivo que assume a produção capitalista no momento contemporâneo e segundo, o entendimento de que qualquer tentativa de enfrentamento das condições sócio-históricas atuais de forma residual e fragmentária será frustrada pela complexa estrutura metabólica do capital. Afirmam que a superação da ordem produtivista que degrada o meio ambiente tem que vir das lutas de um movimento unificado, cuja centralidade repousa no segmento do trabalho, “única alternativa estrutural viável para o capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

A produção em franca expansão dos anos dourados de acumulação do capital começou a dar sinais de crise no início dos anos de 1970, que se evidenciaram na queda de taxa de lucros; nos altos custos cobrados pela mão de obra, pois houve significativa valorização do trabalho, conquista do movimento sindical trabalhista neste período; no desgaste dos modelos de produção Taylorista/Fordista e no ocaso do *Welfare State* (ANTUNES, 2000, pp. 29-30).

Esses eram sintomas de uma crise estrutural que solaparia todo o mundo; mudaria a arte, a cultura, a política, as idiossincrasias do cotidiano, a economia, enfim, o meio ambiente na sua totalidade, imprimindo a sua face cada vez mais perversa.

A resposta para a crise do capital partiu das suas próprias entranhas, por meio, dentre outros mecanismos e estratégias, da reorganização do seu sistema sociometabólico impresso em profundas mudanças no processo de produção das mercadorias, gestão da força de trabalho; na reconfiguração da relação entre capital e Estados nacionais e novas exigências subjetivas quanto ao perfil da classe trabalhadora, além da utilização, sob novas bases, dos seus instrumentos de controle e dominação: a política e a ideologia, que passaram com mais intensidade a contribuir na formação e disseminação da crise enquanto fenômeno natural e na existência de um único projeto societário, fundado em relações não classistas.

Para Antunes (2000, p. 31), o contorno mais evidente da crise do capital está expresso

no advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e de trabalho.

No limiar da crise e do contra-ataque do capital à vertiginosa queda na taxa de lucro, a classe trabalhadora foi a mais atingida. Os/as trabalhadores/as que por meio de suas lutas sindicais tinham conquistado alguns direitos trabalhistas foram ofensivamente atingidos pelas mudanças advindas do modelo de produção flexível, que significou, entre outras coisas, a precarização do trabalho e desemprego estrutural. A reconfiguração do capital como resposta para sua crise consolidou as bases e acelerou ainda mais o processo da produção destrutiva.

Chesnais (1996) chamou atenção para os efeitos ideológicos perversos para os segmentos do trabalho do uso realizado pelo capital da noção de globalização em sua dimensão econômica e cultural. O referido autor considera mais adequado caracterizar, de acordo com Marx, o momento contemporâneo como processo de mundialização da economia. Assim, no universo das estratégias de enfrentamento da crise do capital, e, tal como em outros momentos históricos de crise capitalista, o foco central é a busca da garantia da acumulação, porém, o diferencial deste momento, para outros, é que neste processo de reestruturação produtiva entra em cena a financeirização. De acordo com Chesnais (1996, p. 29),

a mundialização não diz respeito apenas às atividades dos grupos empresariais e aos fluxos comerciais que elas provocam. Inclui também a globalização financeira, que não pode ser abstraída da lista das forças às quais deve ser imposta a adaptação (irmã gêmea do ajuste estrutural) dos mais fracos e desguarnecidos.

A geopolítica mundial foi modificada para atender aos planos de expansão do capital, fronteiras territoriais foram diluídas e países inteiros foram excluídos do mapa da produção capitalista. As hierarquias urbanas já existentes como parte da questão urbana são ditadas, agora mais do que nunca, pelas empresas transnacionais e pelas agências multilaterais que “dividem” as cidades de acordo com os interesses do capital.

Essa é a lógica contumaz da sociabilidade do capital em seu momento contemporâneo: reprodução da política de desigualdade social; tentativa de cancelar as determinações classistas da vida cotidiana e investimento de dominação ideológica para que a classe trabalhadora reduza/simplifique suas reivindicações a

formas variadas de particularismos; que forneça apoio ativo à manutenção e avanço no uso estratégico do Estado na garantia da propriedade privada; exploração do trabalho; expropriação; desemprego estrutural e formas precárias, inseguras e momentâneas de inserção no mercado de trabalho, além da reprodução ampla da violência. Esse conjunto de questões incidem na vida cotidiana e são anúncios de que ao produzir de forma destrutiva, os resultados são bem concretos e anunciam a barbárie.

O processo de mundialização do capital aprofundou o fosso entre países centrais e os de economias periféricas e agudizou a degradação do meio ambiente. Para Antunes (2000, p. 34),

quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital.

A ordem sociometabólica do capital impõe um paradoxo no decurso da história. Ao mesmo tempo em que atinge o ápice do desenvolvimento técnico-científico para a sua manutenção, atinge, também, o seu momento de saturação (MÉSZÁROS, 2002, p. 95). Saturação essa que se exprime na sua forma de organização geradora de crise e na relação com a natureza. Antes do surgimento dos movimentos ambientais se pensava que a natureza era fonte inesgotável de recursos, hoje temos a certeza de seu colapso mediante a lógica destrutiva do capital. Conforme Mézszáros (2002, p. 100):

sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral.

É importante lembrar que ao falarmos de crise do capital estamos nos reportando a uma crise estrutural e sistêmica, cujas mudanças profundas se

processam na espinha dorsal do sistema capitalista pela via da extração do trabalho excedente e na própria funcionalidade deste sistema enquanto reprodutor e regulador da vida social.

A crise contemporânea do capital tem sido objeto de inúmeras reflexões<sup>15</sup> e uma das principais questões postas trata-se de identificar se esta é uma crise de caráter estrutural ou se é mais uma crise parcial e cíclica do capital. Nosso objetivo é apreender algumas particularidades desta crise que incidem no âmbito da questão socioambiental. Nosso pressuposto e argumentaremos sobre isso é que vivenciamos uma crise estrutural do capital e por considerarmos o sistema do capital como um modo de produção e processo civilizatório esta crise tem implicações no conjunto da vida social.

Na análise marxiana sobre o modo de produção capitalista prevalece o entendimento de que este sistema vivencia crises econômicas de forma regular e periódica. Neste sentido, podemos até afirmar que a convivência com a crise é inerente à constituição do modo de produção capitalista ou de que há uma associação real entre capital e crise.

Historicamente tem sido por intermédio das crises vivenciadas que o capital avança para além de suas barreiras imediatas. Sobre isso, Mészáros (2002, p. 725) afirma que o enfrentamento das crises cíclicas funcionou contraditoriamente como a maneira do capital progredir, estendendo “com dinamismo cruel sua esfera de operação e de dominação”. Isto porque o capital possui capacidade de encontrar novas estratégias para incorporar no seu vasto arsenal de “autodefesa contínua” (MÉSZÁROS, 2002) e, neste sentido, não se trata de identificar a natureza estrutural da crise com o fim/esgotamento do sistema do capital.

Todas as crises anteriores repercutiram e promoveram mudanças significativas no universo da produção, na perspectiva de impedir a queda na taxa tendencial de lucro e fortalecer a sociabilidade, por meio de explícita direção social na defesa dos interesses do capital. Do ponto de vista econômico, as manifestações mais evidentes das crises vivenciadas pelo capital historicamente se referem às situações que revelam a existência da superprodução; a queda nas taxas de lucro; o

---

<sup>15</sup> Cf., dentre outros, Mészáros (2002 e 2007); Coggiola (2002); Antunes (2000); Harvey (2005); (Chesnais, 1996 e 2003).

subconsumo pelas classes trabalhadoras e as dificuldades em escala crescente para a realização da mais-valia.

Em sua dimensão essencial, concordamos com Mészáros (2002) quando caracteriza a crise atual como uma crise estrutural do capital que se assenta nas contradições entre os interesses antagônicos das classes sociais, com graves implicações na deterioração profunda das condições de vida do segmento do trabalho; numa forma de produzir mercadorias que resulta em destruição objetiva da natureza e destruição subjetiva da classe trabalhadora, submetida que está a uma intensa exploração ou ao desemprego.

Assenta-se, ainda, na atualização de mecanismos de mistificação ideológica que estiveram presentes em outros momentos históricos, mas que agora são intensificados e aperfeiçoados, a exemplo da disseminação do fim da ideologia, do fim do trabalho e das classes sociais; da possibilidade de assegurar desenvolvimento sustentável e na expectativa que possa acontecer nesta sociedade à realização dos interesses de todos.

De modo diferente, a crise atual tende a ser analisada pelos ideólogos dominantes como uma espécie de “crise global da economia” ou crise do sistema financeiro, com argumentos que restringem sua intensidade e abrangência, como se estivesse ocorrendo apenas fenômenos econômicos casuais e isolados das determinações estruturais da sociabilidade burguesa.

Esta interpretação apresenta-se carregada de mistificação ideológica, pois isenta as relações sociais sob o domínio do capital e escamoteia as contradições mais profundas da produção capitalista, omitindo que o desenvolvimento deste tipo de produção, em sua fase madura, significa a implementação do regime universal do valor de troca no conjunto das relações sociais, com inevitáveis consequências, determinações e implicações na vida cotidiana dos indivíduos.

Para Mészáros (2002), a crise pode ser considerada estrutural quando afeta a totalidade de um complexo social, ou seja, quando todas as dimensões que constituem a vida social são atingidas:

Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (MÉSZÁROS, 2002, p. 797).

Ao caracterizar a crise contemporânea do capital como crise estrutural, Mézáros (2002) considera quatro aspectos principais para diferenciá-la das crises anteriores.

O primeiro aspecto refere-se ao seu caráter universal. Isto implica no reconhecimento quanto ao pleno desenvolvimento da produção capitalista e, portanto, da sua complexa rede de contradições. A crise atual não se restringe, pois, a uma ou outra dimensão particular, seja financeira, comercial e nem afeta um ramo/setor específico da produção. Trata-se, pois, do entendimento do sistema em sua totalidade, envolvendo as dimensões da produção, do consumo e da circulação/distribuição/realização. Esta tripla dimensão interna que constitui e promove a autoexpansão do capital apresenta perturbações cada vez maiores que de acordo com Mézáros (2002, p. 799):

[...] não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. As dimensões internas e condições inerentes à autoexpansão constituíram desde o início uma unidade contraditória e de modo algum não problemática [...]. A situação muda radicalmente, porém, quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir deste momento, as perturbações e 'disfunções' antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de deslocamento das contradições. Desse modo, aquilo com o que nos confrontamos não é mais simplesmente 'disfuncional', mas potencialmente muito explosivo.

Com isto, é possível situar nossa divergência frente ao postulado de que o problema central desta crise residiria nas mudanças nos processos produtivos, mediante o esgotamento do padrão fordista-taylorista. Segundo Dias (1996, p. 279), "não há como negar a imensa potencialidade dos processos produtivos comandados por novas formas de gestão".

No entanto, estas mudanças se constituem nas estratégias utilizadas pelo capital para enfrentar sua crise e não podem ser entendidas como determinantes da crise. É neste sentido que Antunes (2002) afirma que a chamada crise do fordismo e

do keynesianismo constituiu-se na expressão fenomênica de uma situação bem mais abrangente e complexa, porque a crise contemporânea do capital se refere a totalidade do sistema e não apenas a uma dimensão particular como a produção.

O segundo aspecto identificado por Mészáros (2002) que particulariza a crise atual do sistema do capital refere-se ao seu alcance. Trata-se de um alcance verdadeiramente global que permeia os países centrais e periféricos, de forma que esta abrangência nunca esteve presente nas crises do passado. Diante disso, tem sido comum que os ideólogos dominantes não conseguindo mais ocultar as manifestações desta situação de caráter geral procurem minimizar a intensidade e as consequências desta crise na sociedade.

O terceiro aspecto analisado por Mészáros (2002, p. 796) refere-se à duração da crise. Diferente de se constituir numa crise cíclica, o autor analisa que a tendência de escala de tempo prevista é “extensa, contínua, se preferir permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram às crises anteriores do capital.

Vale considerar que ao atribuir este caráter permanente, Mészáros não prevê que estamos próximos do ponto de vista temporal da crise terminal do sistema. Sua argumentação encaminha-se para o postulado de que se trata de um momento histórico particular, pois as relações sociais sob o domínio e direção do capital tendem para a produção destrutiva. É neste sentido que se configura o caráter permanente de crise do sistema do capital.

E o quarto aspecto sinalizado por Mészáros (2002) diz respeito ao desdobramento da crise que assume, em sua análise, a denominação de “rastejante”. A justificativa reside pela capacidade que tem o capital de desenvolver estratégias que administram a crise por meio do deslocamento das contradições e da criação de instrumentos de mistificação ideológica.

Esses instrumentos têm a função social de dissimular ideologicamente a gravidade e intensidade da crise, disseminando a ilusão quanto à possibilidade de restringi-la a uma questão de administração e adaptação frente ao avanço tecnológico.

Exatamente pelo conjunto dessas características, a mistificação ideológica assume grandes e graves proporções. Se no período do pós-segunda guerra mundial houve um investimento pelos segmentos dominantes para

escamotear as diferenças entre as classes sociais fundamentais mediante a vigência de novos padrões produtivos, neste momento histórico, a estratégia é destituir o capital da responsabilidade frente aos efeitos deste processo destrutivo na vida dos indivíduos. É por isso que Chesnais (2003) chama atenção que os antagonistas do trabalho mediante a gravidade do momento histórico até admitem falar da crise ecológica, crise ambiental, crise civilizatória, dentre outras expressões. O que necessitam esconder é a crise do sistema do capital.

Não podemos desconsiderar que joga a favor das classes dominantes o fato de amplos segmentos da esquerda terem se convencido quanto a possibilidade da realização do desenvolvimento sustentável. De discurso à prática das classes sociais, vivemos um momento de “destrutividade”, nos termos de Mészáros (2007). Mesmo assim, segue um profundo investimento ideológico para convencer os trabalhadores e trabalhadoras quanto ao triunfo do capitalismo e se desenvolvem processos de passivização da classe trabalhadora à ordem burguesa.

Dando continuidade às reflexões que possibilitam apreender este movimento passamos a analisar os limites do desenvolvimento sustentável no capitalismo contemporâneo.

#### 1.4 OS LIMITES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL

“Abramos novos caminhos,  
Dobremos os horizontes.  
Construamos outras pontes  
Pra nunca ficar sozinhos.  
Leiamos os pergaminhos  
Pra conhecer a história.  
Usemos nossa memória  
Pra compreender o mundo  
E no terreno fecundo  
Construir nossa vitória”  
(Carlos Augusto Cacá)

A visibilidade da degradação do meio ambiente tornou obrigatória a análise sobre a questão ambiental e, conseqüentemente, sobre uma alternativa para o modelo de desenvolvimento hegemônico, pois, o atual padrão de desenvolvimento

imerso na lógica do mercado e do consumo provocou uma crise ecológica sem precedentes para as gerações do presente e do futuro. Foi, portanto, num contexto sócio-histórico de intensa ação entrópica no meio ambiente que a discussão em torno do *desenvolvimento* se impôs na ordem do dia.

Historicamente, o debate sobre a noção de desenvolvimento resultou numa série de polêmicas, considerando a direção teórico-política e as implicações práticas em termos das decisões políticas vivenciadas pelo Estado e pelas classes sociais na disputa hegemônica. Trata-se, portanto, do reconhecimento da dimensão ideológica que permeia a concepção de desenvolvimento e, notadamente, o entendimento sobre desenvolvimento sustentável.

Exatamente por isso, constatamos a existência de dificuldades em conceituar o desenvolvimento. Do ponto de vista etimológico, é definido como “o estágio econômico, social e político de uma comunidade caracterizado por outros índices de rendimento dos fatores de produção, recursos naturais, o capital e o trabalho”<sup>16</sup>. Não há um conceito universal e consensual. Isso porque muitos economistas afirmaram que o crescimento econômico conduzia necessariamente ao desenvolvimento, o que lhe conferia na sua conceituação uma conotação estritamente econômica. Esta concepção de que o crescimento econômico levaria necessariamente ao desenvolvimento além de não ter se efetivado, notadamente, na realidade dos países de capitalismo periférico, revelou-se como uma visão reducionista por restringir o desenvolvimento à dimensão econômica.

Na esteira das reivindicações dos movimentos sociais e partidos políticos identificados com o pensamento de esquerda que se fortaleceram logo após a II Guerra Mundial, ocorreu uma espécie de renovação da agenda política de parte da esquerda. Esta agenda incluiu a defesa explícita dos direitos humanos e a questão ambiental. Além disso, o desenvolvimento passa a ser apreendido como um processo que desencadeia, simultaneamente, três importantes dimensões da vida social: a eficiência econômica, equidade social e a liberdade política.

Condensando estas três dimensões e ampliando ainda mais o conceito de desenvolvimento, surge na década de 1970 o conceito ampliado de

---

<sup>16</sup> CF: Dicionário Aurélio Buarque de Holanda.

Desenvolvimento Sustentável no marco histórico das Conferências Internacionais sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Em junho de 1972, ocorreu a Conferência de Estocolmo, que objetivou aprofundar a discussão sobre a preservação do meio ambiente e as possibilidades para a melhoria do ambiente humano. Essa conferência resultou numa declaração que tematizou os principais problemas ambientais, como a industrialização, a explosão demográfica e o crescimento urbano (SILVA, 2005): “O reconhecimento do direito a um meio ambiente saudável e o dever de protegê-lo e melhorá-lo para as gerações futuras”<sup>17</sup> saiu do arcabouço desta reunião. De acordo com Foladori (2001, p. 117),

o espírito geral da declaração partia da ideia de que, com tecnologias limpas nos países desenvolvidos e transferência de recursos financeiros e técnicos para o Terceiro Mundo, junto com políticas de controle da população, poderiam ser solucionados os problemas. De qualquer forma, vislumbram-se contradições entre os países ricos, que pretendiam controlar a produção e a explosão demográfica, e os pobres, que viam a necessidade de desenvolvimento.

A “Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano”, em Estocolmo, levou a UNESCO, juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, a criarem, no ano de 1975, o Programa Internacional de Educação Ambiental. A Recomendação nº 96, desta conferência, reconheceu a Educação Ambiental como elemento estratégico e crítico para o enfrentamento da crise ambiental. E, também, serviu de base para promover a I Conferência sobre Educação Ambiental em 1977, em Tbilisi (URSS), momento em que foram definidas estratégias para nortear e difundir a educação ambiental no mundo inteiro. Em Tbilisi, foi referendada a necessidade de incorporar todos os aspectos ambientais, como o político, o social, o cultural, a dimensão ética e ecológica para a promoção do desenvolvimento ambiental (SILVA, 2005).

---

<sup>17</sup> A Conferência de Estocolmo é reconhecida por ter se constituído um marco internacional de explicitação quanto aos recursos ambientais. No entanto, a preocupação com o meio ambiente é antiga. Há mais de cem anos atrás, Marx chamava atenção para esse problema. “Do ponto de vista de uma formação econômico-social superior, a propriedade privada do planeta nas mãos de indivíduos isolados parecerá tão absurda como a propriedade privada de um homem nas mãos de outro. Nem sequer toda a sociedade, uma nação, mais ainda, todas as sociedades contemporâneas juntas são proprietárias da Terra. Somente são seus possuidores, seus usufrutuários, e devem melhorá-la, como boni patres famílias, para a geração futuras” (Cf: Foladori, 1997:145).

Apesar dos paradoxos práticos e conceituais da proposta de Desenvolvimento Sustentável, foram incluídas, nos seus pressupostos, as seguintes dimensões: econômica, política, social, ecológica, humana, cultural e a dimensão ética.

Sobre a visibilidade política da ideia de desenvolvimento sustentável, o entendimento era de que para o aperfeiçoamento de um tipo de sociedade e de desenvolvimento, cada vez, mais consumista se fazia necessário construir uma proposta eficaz para assegurar o crescimento econômico, de forma menos destrutiva para o meio ambiente. Tratava-se, portanto, de um desenvolvimento ecologicamente sustentável. Nesta forma de conceber o desenvolvimento não estavam presentes as determinações mais profundas postas pelo padrão vigente de sociabilidade.

As consequências irreversíveis da crise ecológica e as pressões dos movimentos ambientalistas, em nível mundial impulsionaram a ONU a criar, no ano de 1984, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente (CMMAD), com o objetivo de avaliar as agressões ambientais e os possíveis progressos alcançados na resolução destes problemas.

O resultado do trabalho da citada comissão foi intitulado *Nosso futuro Comum*, também, conhecido como *Relatório Brundtland*, que envolto ao projeto neoliberal, lançou a proposta e o conceito do Desenvolvimento Sustentável como um “processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras” (CMMAD, 1993). Começava a criar raízes ideológicas, a possibilidade de confluir no contexto da acumulação do capital, um tipo de desenvolvimento com o caráter de preservação com crescimento econômico com “limites”.

Enquanto a comissão concluía o seu relatório, o capitalismo mundial mostrava o seu antagonismo com a proposta de desenvolvimento sustentável, citando o aprofundamento da crise ambiental na África; uma explosão de uma fábrica de pesticida em Bopal na Índia; o acidente nuclear de Chernobyl; a poluição do rio Reno (Europa) por produtos químicos agrícolas; e a enfermidades diarreicas relacionadas à água contaminada e a desnutrição que mataram mais de 60 milhões de pessoas, que em sua maioria eram crianças. Foladori (2001, p. 117).

O nascedouro da proposta de Desenvolvimento Sustentável foi sem dúvida às preocupações dos novos segmentos democráticos de esquerda que começavam a despontar logo após a II Guerra Mundial e passaram a intervir, diretamente, dentre outras questões na luta pela defesa dos direitos humanos e da questão socioambiental.

É imperativo ressaltar que a concepção dada ao desenvolvimento contida no *Relatório Brundtland* se orienta pela política neoliberal, apoiada nos mecanismos que favorece a lógica do mercado no contexto da mundialização do capital. Nestes termos, a proposta de Desenvolvimento Sustentável vem sendo apropriada pelo projeto hegemônico como alternativa viável para manter a acumulação capitalista em sintonia com o discurso do crescimento econômico e da sustentabilidade ecológica. Leff (2001, p. 24) afirma que:

a retórica do desenvolvimento sustentável converteu o sentido crítico do conceito de ambiente numa proclamação de políticas neoliberais que nos levariam aos objetivos do equilíbrio ecológico e da justiça social por uma via mais eficaz: o crescimento econômico orientado pelo livre mercado.

Dissemina-se, assim, a idéia de que o problema central é controlar a produção capitalista, através da “preservação” dos bens renováveis e não-renováveis da natureza, utilizando o argumento ideológico de “preservá-la” para as gerações futuras.

A efetivação desta supracitada proposta como alternativa de controle diante do desenvolvimento predatório do sistema do capital esbarra no principal fundamento desse sistema: o lucro e sua perspectiva crescente de acumulação - que impede qualquer tentativa de racionalizar e controlar o processo produtivo, para que todos saiam ganhando. Sobre isto, Foladori (2001, p. 157) comenta, “o lucro é conquistado por meio da decorrência do mercado. Uns ganham se outros perdem. Não há forma de fazer que todos ganhem, simultaneamente”.

No contexto sócio-histórico em que emerge o conceito de Desenvolvimento Sustentável e a realização de variadas Conferências Internacionais, com o objetivo de garantir sua implementação, aparece, não por

acaso, outras matizes e concepções acerca do desenvolvimento, dentre estas “o desenvolvimento como liberdade”.

A abordagem do desenvolvimento como liberdade surge a partir de um ciclo de conferências proferidas em 1996 e 1997 pelo economista e então membro da presidência do Banco Mundial, Amartya Sen.

No bojo desta proposta de desenvolvimento, aparece o protagonismo uníssono do indivíduo. A atitude proativa do indivíduo é ressaltada como um imperativo para a construção de um “mundo melhor”, com equidade e justiça social. São as pessoas na microesfera do cotidiano que devem centrar forças para recuperar o meio ambiente; encontrar soluções para a crise do atual modelo de desenvolvimento e pagar, no limite, o preço pelo uso predatório da natureza.

Nessas condições, os segmentos dominantes lançam mão de estratégias com o objetivo de amenizar os efeitos destrutivos da crise mundial. São exemplos, entre outros, o discurso da cidadania; o apelo à solidariedade; à participação voluntária da população em programas sociais; o empoderamento dos indivíduos como proposta de “distribuição de poder” .

O foco de tais estratégias é a transferência para os indivíduos, em sua singularidade, das responsabilidades político-sociais em detrimento da ação do Estado. Desse modo, os segmentos dominantes tendem a se apropriar das estratégias e reivindicações históricas das classes subalternas, colocando-as sob o controle de suas decisões e interesses.

A dimensão de liberdade proposta por Sen (2000) é centrada no indivíduo, que é o agente principal para a realização do desenvolvimento. A liberdade individual para o autor é o “principal fim e o principal meio do desenvolvimento” (2000, p. 10). Nesse sentido, o indivíduo deve estar em condições para fazer escolhas e participar ativamente dos processos políticos. A liberdade política e as oportunidades sociais, vivenciadas pelo indivíduo, são componentes constitutivos do desenvolvimento (SEN, 2000).

Outro aspecto relevante, nessa abordagem sobre desenvolvimento, refere-se ao papel do mercado, que é concebido como parte integrante e fundamental para a obtenção das liberdades. Há explícita, e, talvez, ideológica, defesa do mercado, na qual Sen (2000) lança mão de Adam Smith para justificar os

mecanismos do mercado (troca e transação), como premissa para o alcance das liberdades básicas. Para Sen (2000, p. 21),

ser genericamente contra os mercados seria quase tão estapafúrdio quanto ser genericamente contra a conversa entre as pessoas [...] A contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é obviamente importante, mas vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca – de palavras, bens, presentes.

Na perspectiva analítica do autor, os indivíduos deveriam aproveitar a liberdade que possuem para participar do mercado de trabalho e, desse modo, evitariam que o mercado fosse utilizado como um meio de *manter a sujeição e o cativo da mão de obra* e o trabalho adscritício<sup>18</sup>, existentes em muitos países do capitalismo periférico. De acordo com Sen (2000, p. 21), “a liberdade de entrar num mercado pode ser, ela própria, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independentemente do que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover o crescimento econômico ou a industrialização”.

Desse modo, a perspectiva de Sen (2000), em defender o mercado como via para o desenvolvimento e para as “conquistas” das liberdades individuais soa como um forte apelo à humanização das políticas neoliberais. Os “males” do mercado são naturalizados, nessa abordagem, e este é considerado como uma das portas de entrada para o desenvolvimento.

No entanto, faltou, nas considerações de Sen (2000), colocar o mercado, tal como ele se constitui, sob a égide da mundialização do capital, como um dos fios condutores das privações das liberdades humanas, como mediador entre a acumulação do capital e a produção crescente da miséria social, econômica e política.

Sem dúvida, Sen (2000) tem razão quando adverte que o mercado é “impulsionador do crescimento econômico rápido e de padrões de vida”, mas vimos onde o mercado atua, quem são os seus beneficiários. É o mercado e seus mecanismos, espinha dorsal da mundialização do capital, que provoca essas mudanças brutais na vida social.

---

<sup>18</sup> “*Bound labor*, traduzido aqui como *trabalho adscritício*, indica a existência de algum tipo de coação para que uma pessoa viva e trabalhe em determinada propriedade, impedindo-a de oferecer seu trabalho no mercado” (Sen, 2000:21).

É o mercado que regula a política e a economia; ajusta, molda, flexibiliza e perverte as relações sociais. A privação da liberdade se dá pelo desemprego estrutural, pela polarização entre os países do Norte e do Sul. O mercado é o indexador do pauperismo, que o Banco Mundial prefere, ideologicamente, chamar de pobreza.

A aquisição<sup>19</sup> das liberdades substantivas é outro ponto que nos chama atenção na perspectiva de desenvolvimento apresentada por Sen (2000). Do seu ponto de vista, existem duas razões distintas, no que se refere à liberdade individual, no conceito de desenvolvimento: a avaliação e a eficácia. As liberdades individuais são essenciais e a questão da avaliação é entendida como um dispositivo de monitoramento da sociedade, a partir das liberdades que os indivíduos usufruem.

Já a eficácia está relacionada, basicamente, às iniciativas individuais e da eficácia social, experimentada por estes indivíduos, refutando a ideia de que as liberdades não podem ser unicamente avaliadas numa perspectiva de êxito e fracasso: “Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (2000, p. 33).

A expansão da liberdade, que aparece como fim e meio para o desenvolvimento, cumpre dois papéis importantes, o “papel constitutivo” e o “papel instrumental”. De acordo com Sen (2000, pp. 52-54),

o papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. Nessa perspectiva constitutiva, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades básicas: é o processo de expansão das liberdades humanas, e sua avaliação tem de se basear nessa consideração... A eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos. Portanto, os dois papéis estão ligados por relações empíricas, que associam um tipo de liberdade a outros.

---

<sup>19</sup> O termo aquisição é utilizado aqui propositadamente, pois em nenhum momento Sen refere-se à “conquista”, à luta por liberdades substantivas. Na sua exploração sobre desenvolvimento, se oculta o projeto político burguês, assim como desaparece também o projeto político das classes subalternas, que lutam historicamente pela conquista de tais liberdades.

O objetivo central, da abordagem de Sen (2000, p. 71) é a ideia de expansão da liberdade como principal *fim e meio* para o desenvolvimento, através, do seu papel instrumental (a liberdade econômica, política e social), como vimos anteriormente.

Para o referido o autor, o desenvolvimento pressupõe a retirada das principais fontes de privações de liberdades: pobreza, tirania, fome, ineficiência dos serviços públicos etc. Nessa perspectiva, tanto os fins como os meios do desenvolvimento precisam ser tratados como questão prioritária. O indivíduo deve ser visto como um agente ativo desse processo e não como ser passivo dos programas de desenvolvimento. Sen (2000, p. 26) afirma que:

com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar o seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos, sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável – e até mesmo o papel positivo da paciência construtiva.

Na sua abordagem acerca do desenvolvimento, o autor chama atenção tanto para os fins como os meios do desenvolvimento, e evidencia, também, a importância do Estado e da sociedade no fortalecimento dessa proposta. Para Sen (2000, p. 52), a sua abordagem “é uma tentativa de ver o desenvolvimento como um processo de expansão de liberdades reais que as pessoas desfrutam”.

Ao defender a concepção positiva do mercado, o referido autor faz uma abordagem de negação do processo histórico da vida real, pois dissimula as relações entre as classes sociais. Cabe aqui questionar de qual mercado, afinal, Sen (2000) está falando? No jogo para a manutenção e acumulação das forças de produção e reprodução do capital, o mercado, primeiramente, absorvia e mantinha a *sujeição e o cativo da mão de obra*, hoje a conjugação do mercado se faz em outro tempo histórico, com outros dispositivos presentes na relação capital-trabalho. Desse modo, o “passe” para entrar atualmente no mercado de trabalho, mais do que antes, não depende de uma vontade subjetiva, de uma atitude proativa do indivíduo. Mas, passa, substancialmente, pelos interesses do capital que regula e controla o mundo da produção, definindo prioridades, postos de trabalho e formas de inserção no mercado de trabalho.

O mercado aparece na proposta do supracitado autor como um poderoso vetor para alcançar o desenvolvimento. Sen (2000) acaba por escamotear a realidade, pois do seu ponto de vista o mercado torna-se humanizado. Os problemas estruturais como a fome crônica, a pobreza, as violações de liberdades são citadas sem mencionar suas determinações estruturais. Mas isso, não é novo, há uma tendência político-ideológica de “humanização do capital”, a exemplo o discurso do desenvolvimento sustentável. Mészáros (2002, p. 901) afirma que “não dá para acreditar no conto de fadas de um mercado benevolente”.

O sistema de produção capitalista é marcado atualmente pela divisão de mercados, própria da geopolítica do capital transnacionalizado; pelo desemprego estrutural que atinge a um só tempo, os países centrais e periféricos; pela divisão global do trabalho e pela reorganização financeira e tecnológica do capital (ANTUNES, 2000).

As mudanças ocorridas em todas as esferas da vida social, também, foram sentidas no mundo do trabalho. A transição do modelo Fordista ao Toyotismo, num projeto que alia tecnologia e informatização foi um passo importante nas redefinições da organização do processo produtivo, que resultou em uma nova divisão transnacional do trabalho, subsumida na mundialização do capital (IANNI, 2001).

Diante dos elementos analisados, podemos confirmar que o desenvolvimento como liberdade não representa uma grande novidade. É mais uma estratégia ideológica do capital, pois o seu surgimento aparece num contexto histórico em que é vital para a classe dominante encontrar alternativas para o Desenvolvimento hegemônico em “crise”. Foi assim, também, com a proposta de Desenvolvimento Sustentável via *Relatório Burtland*.

A partir da constatação empírica de que o desenvolvimento hegemônico se chocava com os limites ecológicos, com as reservas naturais não renováveis do planeta, a estratégia de sustentabilidade apareceu como possibilidade para garantir a acumulação com controle ambiental. Essa estratégia tem se revelado inconsistente, diante do produtivismo ilimitado que causa degradações ambientais e humanas, principalmente nos países periféricos.

Com o surgimento e o fortalecimento dos movimentos ambientalistas, o fim dos padrões de produção (taylorismo-fordismo), a crise do *welfare-state*, a pauperização crescente dos povos de economia periférica, o modelo de desenvolvimento hegemônico passou a ser questionado.

Diante desse quadro, foi necessário encontrar alternativas que pudessem conciliar as forças produtivas do capital e as demandas ecológicas. Como vimos anteriormente, foi nesse contexto sócio-histórico que surgiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável. A concepção de desenvolvimento como liberdade surge no momento em que as forças metabólicas do capital, sob a perspectiva da política neoliberal, reforçam o princípio do “livre mercado”, através de um aparato ideológico de apelo à participação, à “cidadania” e ao “voluntarismo” e das demais clivagens que a classe trabalhadora enfrenta, em função da produção flexível.

A abordagem de Sen (2000) aparece como uma orientação para o desenvolvimento, a partir da expansão das liberdades individuais, porém, subsidiadas pelo capital mundializado.

É neste sentido que o *desenvolvimento como liberdade* se constitui numa estratégia para humanizar o capital e seus imperativos de acumulação. Sen (2000), em todo o seu trabalho, não considera o processo sociometabólico do capital que engendra acumulação da riqueza ao mesmo passo que produz uma constante desigualdade. A perspectiva do “Desenvolvimento como liberdade” tende a minimizar a complexidade do momento histórico, obstaculizando a elaboração de estratégias de enfrentamento sociopolítico que coloquem em cena as determinações reais dos problemas pertinentes tanto as privações de liberdades dos indivíduos como a degradação socioambiental.

Neste sentido, a concepção do desenvolvimento sustentado como a do Desenvolvimento como liberdade cujo objetivo principal se funde proclamam que as políticas neoliberais conduzirão para os objetivos do equilíbrio ecológico, do crescimento econômico e de justiça social pela via do livre mercado.

### 1.4.1 O desenvolvimento sustentável e a carcinicultura

No caso da carcinicultura, os princípios do desenvolvimento sustentável estão sendo diluídos na medida em que esta atividade tem como finalidade principal a garantia do lucro e da rentabilidade para seus produtores, mesmo que para isto tenha que fazer, a exemplo do que significou a “Revolução Verde” para o campo, o alijamento da população de seu território de onde provém sua subsistência, que sobrevive da pesca, dos mariscos, da cata do caranguejo, da vida no mangue.

O desenvolvimento sustentável reapropriado para servir aos interesses do capital, se institucionaliza no caso da Carcinicultura para “amenizar” e “justificar” os efeitos destrutivos desta atividade em unidades de conservação como é o caso do ecossistema dos mangues. A pseudoefetividade do Desenvolvimento Sustentável se dá pela via da regulamentação e controle do uso de recursos naturais por parte do Estado.

Com a legitimação do *Relatório Burtland*, que aliava desenvolvimento econômico com preservação ambiental (sustentabilidade) estava aberta à temporada de atividades econômicas predatórias do ponto de vista ambiental que faziam o uso do discurso do desenvolvimento sustentável para mascarar o real, ou seja, a incompatibilidade entre produtivismo e desenvolvimento sustentável.

Para Leis (1999, p. 159), o conceito de desenvolvimento sustentável é constitutivo de um processo de “adoção oportunista e instrumental, por parte dos Estados e das Empresas, de novos valores trazidos pelo ambientalismo, com o objetivo de garantir a continuidade do sistema produtivo e das relações sociais que o sustentam”. Entra em cena o que se convencionou chamar de “capitalismo verde”.

O chamado “capitalismo verde” mantém a funcionalidade dos imperativos de produção do capital e orienta-se mediante o discurso da sustentabilidade, na perspectiva de conservar os recursos naturais, fonte de matéria-prima, na medida em que esta conservação não prejudique à produção e nem coloque em xeque o processo de acumulação do capital via garantia de rentabilidade e do lucro na produção das mercadorias.

A proposta de sustentabilidade que visa à conservação do meio ambiente em paralelo com uma atividade produtiva extremamente entrópica, no caso da carcinicultura, nos remete à análise dos limites e contradições do “Desenvolvimento Sustentável” na ordem do capital e da compreensão da relação natureza/indivíduo/sociedade numa abordagem crítica como analisamos anteriormente.

Na contemporaneidade, sob os auspícios do discurso da sustentabilidade encontram-se inúmeras atividades produtivas que no seu intercâmbio com a natureza exercem uma atividade altamente destrutiva, tanto do ponto de vista do meio ambiente natural, como do ambiente construído. Exemplo contundente deste processo é a atividade da carcinicultura.

Para a manutenção do processo de produção e reprodução do capital, foi criado em 1999 – sob o manto do desenvolvimento sustentável – um consórcio formado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimento – FAO; pela Organizações de Centros de Aquicultura na Ásia – NACA; pelo Programa Global de Ação para a Proteção do Ambiente Marinho das Nações Unidas – UNEP/GPA; pela World Wildlife Foundation – WWF e pelo Banco Mundial – WB, que a partir dos debates sobre os impactos socioambientais da carcinicultura no mundo e do seu potencial econômico e lucrativo desenvolveram o Programa de Consórcio planejado por essas organizações (FAO; NACA; UNEP; WB; WWF, 2006).

O consórcio financiou 35 estudos complementares preparados por mais de 100 pesquisadores em 20 países produtores de camarão. O programa é baseado nas recomendações do documento da FAO, elaborado em Bangkok, Tailândia. Das recomendações e parcerias e objetivando um manejo “sustentável” do camarão, o consórcio proporcionou uma serie de princípios internacionalmente aceitos e que podem ser adotados: “Princípios Internacionais para a Carcinicultura Responsável” e o seu objetivo “é o de prover princípios para a gestão da carcinicultura e prover orientação para a implementação do Código de Conduta para a Pesca Responsável da FAO aplicado ao setor da carcinicultura” (*idem*).

Os seis objetivos do Programa de Consórcio são:

1. proporcionar um melhor entendimento dos temas chaves envolvidos no cultivo sustentável de camarão;

2. promover debates e discussões sobre esses temas objetivando chegar a alguns consensos entre os vários setores interessados na atividade;
3. identificar melhores estratégias de manejo para a carcinicultura sustentável;
4. avaliar os custos para a adoção dessas estratégias bem como de outras barreiras potenciais para que tais estratégias sejam adotadas.
5. criar um esquema de trabalho para revisar e avaliar sucessos e insucessos na carcinicultura e proporcionar elementos para debate sobre estratégias de manejo para a carcinicultura sustentável e
6. identificar atividades futuras de desenvolvimento e a assistência requerida para a implementação de estratégias de manejo aprimoradas que suportariam o desenvolvimento de uma indústria mais sustentável de cultivo de camarão.

Assim, o “capital ecologizado” mantém a funcionalidade dos imperativos de produção do capital. O desenvolvimento sustentável aparece em todo o documento dos “Princípios Internacionais para a Carcinicultura” como uma estratégia para efetividade da carcinicultura sem “impactar” o meio ambiente:

O desenvolvimento da carcinicultura no Brasil proporcionou a geração de milhares de empregos, renda e divisas. A atividade tem uma expressiva contribuição na balança comercial de pescados. No entanto, a inexistência de um planejamento territorial feito de forma participativa, associado ao limitado esforço na capacitação de produtores de camarão para a adoção de Códigos de Conduta Responsável e de Boas Práticas de Manejo (BPM), permitiu que os benefícios sociais e econômicos dessa atividade fossem acompanhados de sérios conflitos sociais e ambientais, ameaçando sua sustentabilidade. Assim os *Princípios Internacionais* podem contribuir enormemente para o desenvolvimento da carcinicultura sustentável no Brasil<sup>20</sup>.

Neste sentido, o “Desenvolvimento Sustentável” se materializa entre o contínuo processo de acumulação do capital sem limites e a necessidade da conservação ambiental, envolto, num claro limite para sua real efetividade (FOLADORI, 2001; BIHR, 1998; MESZÁROS, 2002; FOSTER, 2000).

Com base no Relatório Síntese da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, que teve como relator o Deputado Federal João Alfredo (PT-CE) e de pesquisadores como Alier (2007); Jeová Meirelles (2007); e de instituições como a Terramar e das inúmeras

---

<sup>20</sup> Cf: Princípios Internacionais para a Carcinicultura Responsável (FAO/ NACA/UNEP/WB e WWF, 2006).

recomendações do Ministério Público que apontam a carcinicultura como uma atividade comprovadamente destrutiva para o meio ambiente, podemos afirmar que esta atividade econômica precisa de componente ideológico para justificá-la, para certifi-cá-la como uma produção eficaz, sendo que o desenvolvimento sustentável é utilizado para este fim. No entanto, é necessário comprovar esta sustentabilidade.

De acordo com Meirelles & Queiroz (2007), uma das estratégias utilizadas para alavancar a exportação do camarão consiste na certificação das fazendas produtoras no que se refere às condições de garantia da qualidade em relação à produção, embalagem, armazenagem e comercialização. A certificação é mais uma estratégia lançada no rol dos instrumentos para mistificar a apreensão da carcinicultura como uma atividade social e ambientalmente predatória, cujo produto ganha “selo” ou certificação de qualidade, na perspectiva de atestarem seu caráter “sustentável”.

O viés da “certificação” é constitutivo do ideário de um “capitalismo verde” que oblitera o real, por não considerar as determinações societárias próprias da ordem burguesa que impedem o respeito e a valorização da natureza e, portanto, adotam como instrumento ideológico o ideário do “capitalismo verde”. Em vez disso, a vida cotidiana exala a produção da desigualdade social, a precarização do trabalho e os conflitos sociais. Assim, os segmentos dominantes investem profundo na ideologia de “humanização do capital” e na ocultação da barbárie. Para Meirelles & Queiroz (2007, p. 02),

Os atuais critérios e procedimentos de certificação não ajudam a enfrentar os múltiplos e graves impactos ambientais e sociais decorrentes da impulsão da indústria do camarão nos países do sul e no Brasil. Observamos ainda que esta atividade se desenvolveu em detrimento da qualidade ambiental associada aos ecossistemas marinhos e costeiros e vem promovendo, ampliando e legitimando injustiças ambientais e violações de direitos humanos, bem como comprometendo a segurança alimentar das populações locais. Portanto rechaçamos a certificação de camarão em cativeiro em terras indígenas e tradicionalmente ocupadas por pescadores, marisqueiras, quilombolas, ribeirinhos e agricultores; que afeta direta ou indiretamente as bacias hidrográficas e os ecossistemas marinho-costeiros e, em especial o ecossistema manguezal.

São inúmeras ações e estratégias lançadas no bojo destas propostas de desenvolvimento, e, aparece, não por acaso, o protagonismo unísono do indivíduo.

A atitude proativa do indivíduo é ressaltada como um imperativo para a construção de um “mundo melhor”, menos poluído, com equidade e justiça social.

Sob essa perspectiva de desenvolvimento, são as pessoas na microesfera do cotidiano que devem centrar forças para recuperar e preservar o meio ambiente; encontrar soluções para a crise do atual modelo de desenvolvimento. Podemos afirmar que a transferência da responsabilidade com o meio ambiente para a esfera meramente individual se constitui numa estratégia que, no limite, desresponsabiliza o próprio sistema capitalista, “que tem o irresistível impulso para o crescimento, mas que é incapaz de deter a degradação entrópica que ele gera” (LEFF, 2001, p. 24).

Prevalece nos dias atuais, o apelo ao desenvolvimento local sustentável. No âmbito da carcinicultura, a sustentabilidade refere-se à possibilidade dessa atividade se espriar estrategicamente por todo litoral nordestino. Através do discurso do empresariado do setor, o cultivo de camarão promove emprego e renda, ganhos sociais e de infraestrutura nos municípios, movimentando a economia local, contribuindo, assim, para diminuir as disparidades regionais.

Há uma verdadeira ênfase para o “local” na tentativa de se criar um consenso entre empresários, Estado e população local, que, em sua maioria, são trabalhadores e trabalhadoras que vivem do extrativismo marinho, da agricultura para subsistência. A ABCC coloca a carcinicultura como um setor que pode alavancar o desenvolvimento regional, capaz de reverter as desigualdades no meio rural. Para Leff (2001, p. 28),

O discurso oficial do desenvolvimento sustentável penetrou nas políticas ambientais e em suas estratégias de participação social. Dali convida diferentes grupos de cidadãos (empresários, acadêmicos, trabalhadores) a somar esforços para construir um futuro comum. Esta operação de cooperação busca integrar os diversos atores do desenvolvimento sustentável, mas dissimula seus interesses diversos num olhar especular que converge para a representatividade universal de todo ente no reflexo do argênteo capital. Dissolve-se assim a possibilidade de divergir diante do propósito de alcançar um crescimento sustentável, uma vez que este se define, em boa linguagem neoclássica, como uma contribuição igualitária do valor que o capital humano adquire no mercado como fator produtivo.

Ao contrário do que anuncia a indústria da carcinicultura o que se vê é uma geografia da desigualdade que passa a ser questionada. Apesar de ser evidente a alta rentabilidade gerada pela carcinicultura, o discurso ideológico dominante que afirma esta atividade como alavanca para o desenvolvimento e garantia de emprego para a população na Região Nordeste, bem como seu sistema de cultivo, tem sido contestado por ambientalistas com apoio de alguns parlamentares e, principalmente, por segmentos organizados das populações tradicionais. O paradoxo dessa atividade aparece em formas de denúncias, protestos dos povos tradicionais e na degradação do meio ambiente.

Ficam explícitos os limites do desenvolvimento sustentável no que está preconizado no Relatório Brundtland, ou mesmo nos princípios do desenvolvimento sustentável formulado por Sachs (2000), que compreende o alcance da homogeneidade social, distribuição de uma renda justa, igualdade no acesso aos bens e serviços; nível razoável de coesão social; segurança alimentar; democracia e apropriação efetiva dos direitos humanos e respeito a autodepuração dos ecossistemas naturais.

A estratégia da “sustentabilidade” se transformou num discurso ideológico utilizado, política e economicamente de modo funcional ao desenvolvimento do capital, sobretudo, quando se volta para amplos segmentos das classes subalternas, estimulando-os à efetivação do desenvolvimento local (SILVA, 2003, p. 50).

É por essa via da “sustentabilidade” que a carcinicultura encontra legitimidade para operar e se legitimar enquanto atividade econômica produtiva. Das inúmeras estratégias de reorganização do capital, o desenvolvimento sustentável ainda seduz segmentos ditos de esquerda, movimentos sociais e populares, ONGs e conta, ainda, com o apoio do Estado para garantir a produção e acumulação capitalista. Desse modo, o objetivo da sustentabilidade não é a sustentabilidade do meio ambiente, mas a “sustentação” do sistema capitalista meio a sua crise.

Neste sentido, a atividade econômica da Carcinicultura se configura como expressão real desse processo de produção destrutiva do capital. E a partir da reapropriação do território legitimado pelo Estado e pelo discurso do desenvolvimento sustentável, cria, desenvolve e aprimora os meios de garantir a acumulação capitalista em detrimento da natureza, expropriando-a e especializando

o uso do território. O resultado tem sido o acirramento da desigualdade social no território das populações tradicionais.

No momento atual, a “geografia da desigualdade” se acentua cada vez mais nos espaços mundializados do capital. Para Leff (2001, p. 58), “hoje a pobreza é resultado de uma cadeia causal e de um círculo vicioso de desenvolvimento perverso – degradação ambiental-pobreza, induzido pelo caráter ecodestrutivo e excludente do sistema econômico dominante”.

A crise é estrutural e a saída para superação de tal crise deve ser também, estrutural. A história vem nos mostrando que, até hoje, as propostas e estratégias de desenvolvimento, sejam elas economicistas ou sustentáveis mantêm intocáveis a lógica de acumulação do capital, privilegiam o crescimento econômico em detrimento da degradação socioambiental. No próximo capítulo, ao reconstruirmos a trilha da carcinicultura se desenhará com maior intensidade as tendências destrutivas postas no capitalismo contemporâneo.



Pintura de Luis Alfredo López Méndez.

“No mangue lama ou lama mangue, difícil dizer-se o que é,  
Entre a espessura nada casta que se entreabre morna, mulher,  
pé ante pé, persegue um peixe um pescador de jereré,  
mergulhando o jereré, sempre, quando já o que era não é.  
Contudo, continua sem se deter sequer: fazer e refazer  
fazem um só mister; e ele se refaz, sempre,  
a perseguir, até que tudo haja fugido ao passo de seu pé.”  
(João Cabral de Melo Neto)

## 2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E CARCINICULTURA: CONFLITOS SOCIAIS QUE ECOAM NO LITORAL NORDESTINO

No primeiro item deste capítulo, abordaremos o processo de implantação da carcinicultura na realidade brasileira com destaque para região Nordeste e em particular os estados do Ceará e Rio Grande do Norte onde esta atividade se efetiva com uma maior visibilidade econômica e simultaneamente revela a degradação do meio ambiente e a deterioração das condições de vida e trabalho das populações tradicionais.

No segundo item, a ênfase recai na análise sobre o papel do Estado brasileiro nas políticas para o meio ambiente. A apreensão crítica destas políticas permitiu captar as tensões da luta de classe que permeiam a ação do Estado e direcionam estratégias de intervenção que no decurso do governo federal (mandatos de Luís Inácio Lula da Silva 2003-2011), embora tenha aberto dialogo para entender as necessidades das populações tradicionais e regulamentar alguns direitos deste segmento, isso não representou o atendimento da agenda política dos movimentos socioambientais considerando a prevalência dos interesses econômicos do capital evidenciando uma perversa realidade do Estado Brasileiro na contemporaneidade: “a mão que afaga é a mesma mão que apedreja”.

No terceiro item, priorizamos analisar, em face do desenvolvimento da carcinicultura, as chamadas populações tradicionais, quem são, onde estão, quais suas agendas de luta e resistência. Partimos do entendimento de que nosso objeto de estudo se insere nas complexas relações desenvolvidas pelo capital para garantir a reapropriação social e econômica (LEFF, 2006) do território por parte dos/as carcinicultores/as que desterritorializam estas populações do seu lugar, impondo regras e novos usos para o território.

### 2.1 RECONSTITUINDO A TRILHA DESTRUTIVA DA CARCINICULTURA

“Não devemos, sem dúvida, nos vangloriar de nossas vitórias humanas sobre a natureza. Esta se vingará de nós por cada uma das derrotas que lhe infringimos.” (Engels, *Dialética da Natureza*)

A intensa destruição do meio ambiente na contemporaneidade tem determinação nas relações sociais do sistema do capital em face do momento de crise do capital e de suas estratégias de reorganização. A produção pela produção, traço peculiar do modo de produção capitalista do século XXI, assume explicitamente o seu caráter destrutivo na vida social.

A natureza é reapropriada pelo capital e sua superexploração é utilizada para os fins de acumulação. O intercâmbio entre natureza-indivíduo é ameaçado mediante a produção destrutiva do capital que limita o uso coletivo do patrimônio natural e o torna capital privado. Foi assim na chamada Revolução Verde na agricultura, agrava-se no que hoje se denomina de Revolução Azul na Aquicultura<sup>21</sup>.

Nos idos de 1960, a agricultura passou por uma profunda transformação com a chamada Revolução Verde, que segundo o seu paradigma de desenvolvimento consistiu na introdução de modernas tecnologias no campo para impulsionar a produção agrícola voltada para exportação de grãos. Na verdade, tratava-se da introdução de sementes híbridas, insumos industriais (fertilizantes, agrotóxicos) e da mecanização que reduziu a mão de obra no campo.

O principal argumento ideológico para a introdução da Revolução Verde nos países periféricos era a preocupação com o problema da fome, ou seja, da segurança alimentar dos habitantes dos países em desenvolvimento.

Depois de quatro décadas, estamos presenciando as consequências destrutivas da “revolução verde” para a agricultura, para os povos tradicionais e para o meio ambiente. A entronização da monocultura como princípio básico desse modelo de agricultura imposto pelos países do norte foi fatal para a diversidade das culturas existentes e fontes de manejo da agricultura familiar. Para Shiva (2001, p. 134), a Revolução Verde

[...] eliminou milhares de culturas e variedades de culturas, substituindo-as por monoculturas de arroz, trigo e milho através do Terceiro Mundo. Ela substituiu os insumos internos por insumos intensivos de capital e produtos

---

<sup>21</sup> Para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, a aquicultura é o cultivo de organismos aquáticos como peixes, moluscos, crustáceos, plantas aquáticas. “Cultivo implica em algum tipo de intervenção no processo de criação para aumentar a produção, tal como regular estoques, alimentação, proteção de predadores etc. Cultivo implica em propriedade individual ou corporativa dos estoques cultivados<sup>21</sup>”.

químicos, gerando dívidas para os agricultores e a morte para os ecossistemas. A Revolução Verde não apenas desencadeou a violência contra a natureza. Ao criar uma agricultura administrada de fora e globalmente controlada, ela plantou as sementes da violência na sociedade.

A Revolução verde significou, entre outras coisas, o alijamento de povos que viviam da biodiversidade, que viviam do plantio para a sua subsistência. O agronegócio próprio deste pacote tecnológico para agricultura só beneficiou o capital. Para a classe trabalhadora gerou mais conflito no campo, insegurança alimentar, notadamente da população pobre e aumentou a dependência dos países periféricos aos países centrais.

As teorias (conservadoras) malthusianas de crescimento demográfico, em que a população cresce em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética, tem sido revisitada (equivocadamente) dada a questão da insegurança alimentar e dos limites da própria natureza face a degradação ambiental dos dias hoje.

A capacidade da terra em produzir energia, matérias e alimentos está no limite da suportabilidade. Estima-se que a terra tenha em 2050 uma população de nove bilhões de habitantes. O problema não é só demográfico, a questão central repousa na desigualdade social, na forma como está distribuída a riqueza no mundo.

Dados da FAO indicam que entre os anos de 2001 a 2003 havia no mundo inteiro 854 milhões de pessoas subnutridas<sup>22</sup>. Em recente artigo publicado no jornal Valor Econômico, o representante regional da FAO para América Latina e Caribe, José Graziano da Silva (2009) comenta<sup>23</sup>:

Não por acaso, em 1949, o primeiro diretor-geral da FAO, John Boyd Orr, recebeu o Prêmio Nobel da Paz. O reconhecimento da relação entre paz e disponibilidade de alimentos foi reforçado em 1970, quando o agrônomo Norman Borlaug, propulsor da Revolução Verde, também foi agraciado com o Nobel da Paz. No entanto, a fome persiste. A FAO estima que no final de 2008 havia cerca de 963 milhões de subnutridos no mundo. Nunca antes foram tantas pessoas alimentando-se inadequadamente.

---

<sup>22</sup> “Diez años después de la Cumbre Mundial sobre la Alimentación (CMA) celebrada en Roma en 1996, el número de personas subnutridas en el mundo sigue siendo alto. En 2001-03, según estimaciones de la FAO, había todavía 854 millones de personas subnutridas a escala mundial: 820 millones en los países en desarrollo, 25 millones en los países en transición y 9 millones en los países industrializados”. (Cf. [www.fao.org.br](http://www.fao.org.br) em “El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2006”) Acesso em: 21/01/2009.

<sup>23</sup> CF: Artigo originalmente publicado em 21 de janeiro de 2009 pelo jornal Valor Econômico.

Ao compararmos os dados da FAO contidos no relatório de 2006, “O estado de insegurança alimentar no mundo”, com o artigo de Graziano (2009), poderemos perceber que o número de subnutridos no mundo aumentou significativamente.

As preocupações com a produção de alimentos e a insegurança alimentar da população dos países de economia periférica justificou a Revolução Verde, que foi tão aclamada nos países centrais que o seu principal formulador mereceu o Nobel da Paz, no entanto, a questão da fome e da insegurança alimentar persistem como demonstra Francisco Graziano no artigo citado anteriormente.

Na contemporaneidade, o processo de produção destrutiva do meio ambiente e a conseqüente degradação ambiental acirrou o problema da insegurança alimentar. A mesma justificativa utilizada para efetivar a Revolução Verde nos países periféricos na década de 1970 é usada para impulsionar a aquicultura que a partir do seu desenvolvimento acelerado se constituiu como uma verdadeira “Revolução Azul”.

A FAO divulga que a aquicultura é possivelmente o setor de produção de alimentos que mais cresce e que 50% da produção de pescado são destinados a alimentação. A aquicultura, a partir dos anos de 1990 mergulhou num processo semelhante à Revolução Verde. A aquicultura é produto da “Revolução Azul”, atividade mais lucrativa do chamado “hidronegócio”. Para Shiva (2003, p. 89):

a segunda principal causa da destruição da biodiversidade em áreas cultivadas é a tendência tecnológica e econômica de substituir a diversidade pela homogeneidade na silvicultura, na agricultura, na pesca e na criação de animais. A revolução Verde na agricultura, a Revolução Branca nos laticínios e a Revolução Azul na pesca são revoluções baseadas na substituição deliberada da diversidade biológica pela uniformidade biológica e monoculturas.

A denominada “Revolução Azul”, que surgiu na década de 1990, não se resume à aplicação de modernas tecnologias voltadas para o extrativismo marinho, nem ao incremento na produção de peixes, crustáceos e moluscos em cativeiros ou de técnicas que possibilitaram a manipulação genética das espécies como afirmam seus ideólogos e defensores.

Essas mudanças representam uma iniciativa de reapropriação social da natureza pelo capital e, do ponto de vista das classes trabalhadoras, significa a convivência cotidiana com a degradação do meio ambiente, com a imposição do êxodo das populações tradicionais e com o agravamento das desigualdades socioambientais.

A carcinicultura, criação de camarão em cativeiro, é o exemplo contemporâneo mais exponencial do hidronegócio e consiste na atividade mais rentável da aquicultura no mercado internacional. Há uma intensa demanda dos países centrais para o produto, sendo este um dos fatores determinantes para o rápido desenvolvimento da carcinicultura, demanda que só poderá ser atendida com a produção de camarão em cativeiro, em face da superexploração dos estoques pesqueiros, assim como outros produtos voltados para este fim, como o salmão, por exemplo. O Greenpeace<sup>24</sup> informa que

as exigências alimentares das espécies de animais carnívoros de cultivo, como o salmão ou o atum, colocam em questão o mito frequentemente repetido de que a aquicultura industrial oferece uma solução para a sobrepesca. Para gerar um quilo de salmão, é necessário capturar até cinco quilos de espécies de peixe oleaginosas, como o arenque, a galeota, a sardinha ou o carapau, para os transformar em comida para peixe. Esse peixe é literalmente aspirado a partir do oceano, perturbando o equilíbrio dos ecossistemas marinhos.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, cerca de 25% dos estoques pesqueiros do mundo estão exauridos, 50% são explorados no limite da sua capacidade de produção e 25% estão subexplorados<sup>25</sup>. Esses dados subsidiam o incentivo e os financiamentos para aquicultura, principalmente para a criação de camarão em cativeiro nos países de economia periférica.

Foi no sudeste da Ásia, precisamente na Indonésia que as primeiras experiências de criação de camarão em cativeiro se efetivaram pela iniciativa dos pescadores artesanais que logo perceberam a viabilidade e potencialidade da carcinicultura. Mas, logo a carcinicultura deixava de ser uma atividade extrativista para se tornar um importante ramo da aquicultura.

---

<sup>24</sup> Cf. [www.greenpeace.org/portugal/oceanos/aquicultura](http://www.greenpeace.org/portugal/oceanos/aquicultura)

<sup>25</sup> (Cf. [www.fao.org.br](http://www.fao.org.br)) Acesso em 06/03/2006.

Muitos países desenvolveram técnicas e fizeram experimentos para aprimorar a criação de camarão em cativeiro, sendo essa atividade difundida nos países da Ásia: China, Tailândia, Taiwan, Filipinas, Indonésia, e, na América Latina: Equador, Honduras, Panamá e na América do Sul, com destaque para o Brasil. Formou-se, então, as bases para o comércio internacional da carcinicultura.

O Brasil como uma economia em desenvolvimento destaca-se no *ranking* mundial. A liderança em produção de camarão em cativeiro pertence à China que desponta como uma potência econômica no cenário da mundialização do capital.

Nos últimos cinco anos, o camarão tornou-se um dos principais produtos de exportação do Brasil. Na pauta de exportação em 1998, o país exportou 400 toneladas, equivalente a cifra de U\$\$ 2,8 milhões. Em 2003, foram 90 mil toneladas de camarão exportadas para os EUA e 62 mil toneladas para a Europa, gerando um faturamento de 220 milhões de dólares.

O Censo da Carcinicultura Nacional de 2004<sup>26</sup> demonstra que a produção diminuiu em 25% em relação ao ano anterior, dada a competitividade internacional do produto, contudo, houve aumento no número de hectares para o cultivo de camarão. A saída apontada pelos criadores para superar a queda na exportação é investir no mercado interno, que conta com subsídios e apoio total nas três esferas governamentais.

---

<sup>26</sup> Fonte: Associação Brasileira de Criadores de Camarão – ABCC (2004).

Tabela 1 – Principais Exportadores Mundiais de camarão (2005/2007)

Principais países exportadores	2005		2007		Particip. Volume
	Volume (T)	Valor (U\$\$ milhões)	Volume (T)	Valor (U\$\$ milhões)	
Tailândia	279.291	1.777	323.940	2.204	15.36%
China	200.503	1.024	250.629	1.284	11.89%
Índia	174.868	1.398	192.861	1.594	9.15%
Vietnam	151.000	1.310	161.267	1.509	7.65%
Indonésia	137.100	557	140.613	840	6.67%
Equador	93.726	465	125.850	603	5.97%
México	29.257	341	42.500	450	2.02%
Brasil	45.000	191	17.197	74.7	0.82%
Outros <sup>1</sup>	384.877	2.479	381.132	3.577	18.08%
Outros <sup>2</sup>	450.000	2.205	472.500	2.646	22.41%
Total	1.945.622	11.747	2.108.489	14.782	100.00%

Fonte: Próprio.

Outros<sup>1</sup> - Filipinas, Malásia, Venezuela, Colômbia, Peru, Honduras, Panamá, Costa Rica, Cuba e Austrália etc.

Outros<sup>2</sup> - (Camarão de água fria) – Canadá, USA, Groelândia, Dinamarca, Noruega, Rússia, etc.

Fonte: EUROSTAT, ALICEWEB, NMFS, INFOFISH. Apud: Rocha, 2007.

O projeto executivo para apoio político ao desenvolvimento do camarão marinho cultivado da Associação Brasileira de Criadores de Camarão – ABCC esclarece que

o camarão é na atualidade um produto com mercado internacional solidamente estabelecido e em expansão, situação que o coloca como um produto gerador de divisas por excelência. O mercado global do camarão cultivado mostra uma crescente demanda nos principais centros importadores: EUA, Europa e Japão. O consumo *per capita* nos EUA, principal mercado importador, mostra um consistente incremento. Em 2003, as importações norte-americanas de camarão chegaram a 504.495 toneladas, apresentando um crescimento de 17,51% em relação a 2002, e o consumo per capita nacional, a 4,3 libras, o que posicionou o camarão como o produto do setor pesqueiro de maior consumo, consolidando a sua supremacia sobre o atum que há 50 anos liderava o consumo desse setor. O mercado europeu, com destaque para Espanha, França, Reino Unido, Itália etc., realizou importações da ordem de 569.128 toneladas em 2003. O Japão, apesar da crise que vem afetando o desempenho de sua economia, mantém-se como o maior mercado importador de camarão congelado em toda a Ásia, com 233.251 toneladas em 2003.

Pela ótica do capital, nas áreas costeiras do Equador, Honduras, Sri Lanka, Índia, Bangladesh, Filipinas, Brasil e China, o cultivo de camarão assumiu um papel importante na economia desses países, sendo considerado um dos principais produtos voltados para a exportação.

No entanto, é necessário afirmar que a produção de camarão no mundo foi e vem sendo apoiada pelo Banco Mundial com o único propósito do lucro e de acúmulo de capital mesmo que isso signifique a dilapidação dos manguezais em boa parte do mundo. Alier (2007, p. 121) afirma que o fomento da carcinicultura pelas agências financeiras internacionais é parte de uma estratégia para o pagamento da dívida externa dos países credores, apoiada substancialmente na ideia de desenvolvimento e de crescimento econômico desses países. De acordo com Alier (*idem*),

trata-se de uma indústria não sustentável, que migra de um lugar para outro, deixando atrás de si um rastro de paisagens desoladas e pessoas desamparadas. O que tradicionalmente foi, em algumas áreas, uma atividade complementar em pequena escala da aquicultura tradicional, converteu-se em empresas de propriedade privada com um único propósito. Não só os manguezais têm sido destruídos, como também áreas agrícolas, particularmente na Índia e no Bangladesh, países nos quais os pequenos agricultores que cultivam arroz e outras culturas em pequenos terrenos próximos do mar foram expulsos à força ou pela salinização provocada pelas piscinas da carcinicultura.

Há nos países precursores da carcinicultura uma radiografia de destruição do meio ambiente e neste sentido, podemos afirmar que a atividade econômica da carcinicultura se configura como expressão real desse processo de produção destrutiva do capital. E é a partir do domínio do território dos/as trabalhadores/as extrativistas pelos empresários da carcinicultura, com anuência e participação ativa do Estado e dos organismos internacionais financeiros como o Banco Mundial e a OMC (Organização Mundial para o Comércio) que se cria, desenvolve e aprimora os meios de garantir a acumulação capitalista em detrimento da natureza, expropriando-a e especializando o uso do território, o que resulta na expulsão dos/as trabalhadores/as tradicionais de seus habitats.

Os esforços dos organismos internacionais em promover e alavancar a carcinicultura é visível, pois o que está em jogo é a pedra angular do capital: a garantia do seu processo de acumulação e o produtivismo na aquicultura.

### **2.1.1 A carcinicultura no Nordeste brasileiro: as particularidades do Rio Grande do Norte e do Ceará**

O lucro gerado pela produção de camarão para abastecer os países centrais, ainda que sob o discurso do desenvolvimento sustentável, não evitou, não pagou e nem compensou a devastação dos mangues, estuários e a destruição de culturas milenares dos povos tradicionais desses países supracitados. A insustentabilidade socioambiental é a marca nem sempre visível e perversa desse processo, mesmo que a ideologia dominante queira esmaecer o real.

Nas particularidades do desenvolvimento do cultivo de camarão na zona costeira brasileira, principalmente no Nordeste, as características desta atividade tanto no que diz respeito à rentabilidade do produto voltado para o mercado exportador como os danos ambientais foram mantidos.

**Tabela 2 – Produção de Camarão no Nordeste**

<b>Estado</b>	<b>Número de fazendas</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Produção</b>
RN	381	6.281	30.807
CE	191	3.804	19.405
PE	98	1.108	4.531
PB	68	630	2.963
BA	51	1.850	7.577
SE	69	514	2.543
MA	7	85	226
ES	12	103	270
PA	5	38	242
PR	1	49	310
RS	1	8	20
AL	2	16	102
PI	16	751	2.541
<b>Total</b>	<b>997</b>	<b>16598</b>	<b>75904</b>

Fonte: ABCC, 2004.

A implantação dos viveiros de camarão, nas últimas décadas, no Nordeste Brasileiro teve uma rápida proliferação. Isto significou, entre outros impactos negativos na natureza, o acirramento das desigualdades sociais, nos territórios dos povos que vivem da pesca. Para Yara Shaeffer-Novelli, a carcinicultura está provocando o segundo êxodo da história. Mais de 6.500 hectares da costa brasileira estão sendo ocupados por criatórios de camarão, expulsando mais de três mil famílias de seus territórios.

O Brasil, ao importar a tecnologia do Pacífico, incorporou, como tinha ocorrido em outros países, o mesmo *modus operandi* que fez da carcinicultura uma atividade potencialmente devastadora do meio ambiente por efetivar ações que, ao privilegiar o desenvolvimento econômico, favoreceriam, em escala rápida e contínua, mudanças na organização do uso da natureza e nas condições de vida e de trabalho

das populações que dependem diretamente dos recursos naturais nos biomas costeiros.

A região Nordeste do Brasil desponta no mercado como a maior produtora brasileira de camarão face às condições climáticas favoráveis e os investimentos no setor. São 6,4 toneladas por hectare ao ano, maior que a produção da Tailândia, com 4,5 toneladas.

O Estado do Rio Grande do Norte e do Ceará, respectivamente, são líderes do mercado de exportação. A rentabilidade gerada para os Estados e o lucro dos investidores com a atividade da carcinicultura é significativa e, por si só, justificaria sua funcionalidade para o capital, mesmo que o custo dessa produção seja destrutivo por degradar o meio ambiente e as condições de trabalho das populações tradicionais. Segundo dados do relatório do IBAMA-CE (2005):

encontramos hoje uma área de aproximadamente 15.000ha de viveiros implantados, contrastando com pouco mais de 3.500 ha em 1997, um crescimento superior a 300% no período. Ainda mais expressivo é o crescimento da atividade em termos de produção no mesmo período, acima de 2400%. Isto levou o Brasil a se tornar o maior produtor da América Latina, sendo que a carcinicultura já ocupa o segundo lugar na pauta das exportações do setor primário da economia da Região Nordeste, atrás apenas da produção de açúcar. O prognóstico é de continuidade desta tendência de crescimento, prevendo-se uma ocupação de 30.000 ha até 2007. É importante salientar que o Ministério da Agricultura já apontava uma meta de 35.000 ha para o ano de 2003.

O Rio Grande do Norte - RN está localizado na esquina do continente sul-americano, na “ponta do calcanhar”, como dizem os/as poetas potiguares. É o Estado brasileiro que fica mais próximo da África e da Europa. Situado bem próximo à linha do Equador, o RN tem sol quase o ano inteiro; a sua capital, Natal, é conhecida como cidade do sol.

Segundo dados da contagem populacional de 2007 do IBGE<sup>27</sup>, o RN possui uma área de 52.796, 791 km<sup>2</sup>, dividido em 167 municípios, com uma população estimada em 3.013.740 milhões de habitantes, onde predomina o clima semiárido.

---

<sup>27</sup>Cf: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

As principais atividades econômicas do RN concentram-se na fruticultura irrigada, na carcinicultura, na extração mineral em que se destaca a produção de petróleo (1º produtor em terra do Brasil) e gás natural. Merece destaque, também, o turismo e o setor industrial, principalmente a atividade têxtil.

A história da carcinicultura no Rio Grande do Norte confunde-se com o início do cultivo de camarão no Brasil, como vimos anteriormente. No início dos anos de 1990, antigas e abandonadas salinas deram lugar aos tanques de camarão destinados à sua produção em cativeiro.

A chegada dos primeiros viveiros de camarão no Brasil remonta à década de 1970, no litoral do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do “Projeto Camarão” do governo do Estado, cujo objetivo era fomentar a geração de emprego e renda como alternativa à indústria salineira que estava em declínio. Nesse período, várias espécies de camarão foram testadas, mas nenhuma apresentou viabilidade técnica necessária para efetivar a carcinicultura como uma atividade econômica rentável.

Na perspectiva de superar os inúmeros fracassos identificados nos estudos e investigações realizadas pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN) no ramo da carcinicultura, o governo do Estado, juntamente com pesquisadores/as e com apoio da iniciativa privada aderiu a um pacote tecnológico com capacidade para alavancar a produção de camarão, alternativa disponível e condizente com a lógica do mercado.

É somente nos anos de 1990 que a carcinicultura se efetiva e ganha visibilidade como atividade produtiva rentável no Nordeste e, em particular, no Rio Grande do Norte, fruto do chamado “Pacote Tecnológico do Pacífico”. Esse pacote incluía investimentos de organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio – OMC para o desenvolvimento da aquicultura em todo mundo.

De norte ao sul do litoral potiguar, podemos ver os tanques de camarão que se misturam com as belezas naturais tão singulares desta região. Assim, a introdução da espécie *Litopenaeus vannamei* no litoral potiguar marca o início da “corrida do ouro” no nordeste para a produção de crustáceos em grande escala em territórios marcados pela presença de um novo setor industrial, disputando espaço

com os/as trabalhadores/as nativos/as. De acordo com o Instituto de Defesa do Meio Ambiente – IDEMA<sup>28</sup>,

a situação atual dos manguezais norte-rio-grandense oscila entre moderadamente a fortemente degradados, sendo que no Litoral Norte o maior impacto é o de erradicação dos mangues pelas salinas (o parque salineiro ocupa mais de 20.000 hectares de terrenos de marinha e acrescidos. [...] Já no Litoral Leste (densamente populoso) os manguezais sofrem constantes pressões que os degradam enormemente, tais como: contaminação por despejos industriais e domésticos *in natura*; desmatamentos (expansão urbana em Natal); expansão da atividade de carcinicultura (Canguaretama/Baía Formosa/Tibau do Sul/Nísia Floresta/Extremoz); deposição do lixo de Canguaretama/Natal; retirada de madeira (Canguaretama/Baía Formosa/Tibau do Sul), entre outros. Sabe-se que com a destruição dos manguezais intensifica-se o assoreamento na costa e reduz, cada vez mais, quantitativa e qualitativa, os elementos faunísticos desse ecossistema frágil (produtividade pesqueira).

A atividade da Carcinicultura no litoral potiguar se efetiva principalmente em sete estuários dos rios: Apodi-Mossoró; Piranhas-Açu; Galinhos-Guamaré; Rio Ceará-Mirim; Potengi; Guaraíras; Cunhaú/Curimataú. Os principais produtores de camarão do Rio Grande do Norte estão localizados nos municípios de Canguaretama, Nísia Floresta, Arês e Senador Georgino Avelino. De acordo com o Censo da Carcinicultura Brasileira de 2004<sup>29</sup>, o Estado potiguar possui cerca de 486 fazendas de camarão, o que equivale a mais de 6.281 hectares de terra destinado ao cultivo do crustáceo na região e lidera o ranking das exportações do crustáceo no Brasil.

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX<sup>30</sup>, em 2008, a receita com a exportação de crustáceo congelado foi de U\$\$ 2.487.534 milhões. O camarão no Rio Grande do Norte, no ano de 2009, permanece em quarto lugar na pauta de exportação, o que gerou uma receita de U\$\$ 1.602.793 milhões.

A Camanor Produtos Marinhos Ltda. desponta como a 6ª empresa que mais exporta no RN ficando à frente da Petrobrás, por exemplo. Em 2008, exportou em média 4.361 toneladas de camarão. A fruticultura e a carcinicultura no RN lideram o *ranking* de exportação, o que representa 70% das atividades do agronegócio.

---

<sup>28</sup> Cf: [www.idema.rn.gov.br](http://www.idema.rn.gov.br)

<sup>29</sup> Fonte: Associação Brasileira de Criadores de Camarão – ABCCC, 2004

<sup>30</sup> Cf: [www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex](http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex)

Tabela 3 – Principais fazendas de carcinicultura do RN

Região	Municípios	Fazendas	Proprietário(a)/Gerente	Ha
Litoral Sul	Cunhaú/ Vila Flor Arez/ Patané/ Sen.Georgino Avelino/ Tibau do Sul/ Lagoa de Guaraíra	Salinas	Maria Graça Vieira	45,5
		Wener Jost	Empresa Camanor Fazenda Terra Cana Brava	103,8
		Marine	Manoel Sávio Vieira	208
		Formosa	Chi Wen Hiang	38 (ampliando)
		Umari	José Mollick	10
		Sonho Meu	Leonildo José Cavalcanti	8,17
		Lord	Luiz Hiagar	85
		Papeba	Pedro Fernandes Pereira	24
		Sítio Patané	João Alfredo Chacon	12
Litoral Norte/Noroeste	Touros/Macau Pendências	Potiporã	Grupo Queiroz Galvão (maior do Brasil)	963
		Aquática Maricultura do Brasil	José Eduardo Vieira	310

Fonte: Conselho Nacional de Pesca – CONAPE (2007).

Na esteira de desenvolvimento da carcinicultura na região NE, o Ceará inicia o cultivo do crustáceo em 1982, mas só na década seguinte é que essa atividade econômica produtiva é consolidada.

O Ceará, segundo dados do IBGE de 2007, tem uma área de 148.825.6 km<sup>2</sup>, ocupa uma área de 1,74% do território brasileiro, composto por 184 municípios e uma população de 8.185.286.

O Produto interno Bruto está calculado em mais de 45 bilhões de reais, sendo a segunda maior economia da região nordeste. Com uma faixa litorânea de

573 km de extensão e um clima tropical semiárido, o território cearense oferece, também, um ambiente propício para o cultivo de camarão em cativeiro. O Estado atualmente é o segundo maior produtor de camarão do Brasil. Na economia, o Ceará se destaca na agropecuária, no ramo da indústria alimentícia, mineração, com destaque para a produção de petróleo e gás natural, carcinicultura e turismo.

De acordo com Rocha (2007)<sup>31</sup>, atualmente os empreendimentos da carcinicultura no Estado do Ceará correspondem a 5.654 há de viveiros, com 180 fazendas de camarão que geram 10.500 empregos diretos e uma receita de U\$\$ 80 milhões ao ano. Rocha (*idem*) analisa ainda que,

quando se analisa o perfil da carcinicultura Cearense, se ressalta de forma bastante clara a participação majoritária do pequeno (43,89%) e do médio (43,33%) produtor no contexto do número total de empreendimentos (180) ficando a participação do grande produtor correspondente a apenas 12,78% desse contingente. Por outro lado, no tocante as áreas exploradas, o médio produtor se sobressai (35,96%) em relação ao pequeno produtor (9,32%), embora a participação dos pequenos e médios (45,28%) já apresenta um equilíbrio, quando se compara com a participação do grande produtor (54,72%).

Nota-se que, apesar dos grandes produtores possuírem um menor número de fazendas, as áreas (por hectare) que se destinam ao cultivo de camarão são as mais extensas e correspondem a mais da metade da produção do crustáceo. É necessário dizer que o hidronegócio do camarão cultivado se tornou um dos principais produtos de exportação do Brasil.

---

<sup>31</sup> Itamar Rocha (Engenheiro de pesca e Presidente da Associação Brasileira de Carcinicultura – ABCC). Artigo disponibilizado no site da ABCC/Documentos: [www.abccam.com.br](http://www.abccam.com.br)

Tabela 4 – Principais fazendas de carcinicultura do CE

Região	Municípios	Fazendas	Proprietário(a)/Gerente	Ha
Ceará Sudeste	Aracati	Carcinicultura Compescal	Adalmir Valentim Costa	510
		Dace Dallas	Cláudio Parente Leal	50
		Marine	Manoel Sávio Vieira	208
		Vip Camarões	João Bezerra Leitão	44
Noroeste	Acarauá/ Anaraú/ Volta do Rio/ Espriado/ Canassu/ Curral Velho	Fazenda Joli	José Quintal	59
		AS Marine Ltda.	Salapiel Rebouças	32
		Ilha Comprida Ltda.	Stênio Rios	25

Fonte: Conselho Nacional de Pesca – CONAPE (2007).

Exportar significa, entre outras coisas, um alto investimento no ramo de atividade proposto, seja por parte do investidor/a, seja por parte do Estado, com isenção de impostos<sup>32</sup>, leis de incentivos fiscais e projetos de financiamento. Requer, também, tecnologia, mão de obra, assistência técnica especializada, insumos, excelência no produto, capacidade empresarial e capital para manter e expandir o negócio.

As barreiras comerciais impostas pelos países centrais, a exemplo da política *antidumping* estadunidense e das exigências de certificação ambiental da União Europeia, impõem um quadro desfavorável as fazendas de camarão de pequeno e médio porte.

Muitos desses empreendimentos estão sendo desativados mediante as dificuldades do mercado em face da crise do capital e dos novos arranjos produtivos

<sup>32</sup> A exemplo dos incentivos para dinamizar e aumentar a exportação de produtos e serviços foi promulgada no dia 16 de setembro de 1996 como Lei Complementar nº 87 de autoria do Dep. Federal Antonio Kandir (PSDB-SP).

para a carcinicultura que exigem redução de custos e inovação que requer tecnologia; estratégia de marketing para elevar a produção e a incorporação do “desenvolvimento sustentável” na atividade.

É imperativo mencionarmos a refração que a produção de camarão experimentou nos últimos anos no Brasil. A partir de 2004, houve uma queda no volume de produção que contraditoriamente está associada aos elevados índices de produtividade, a contaminação dos mananciais e surgimento de doenças virais<sup>33</sup> que contaminou o camarão, principalmente nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

Outro fator que culminou com a crise na produção de camarão e queda na exportação está relacionado à política *antidumping* adotada pelos Estados Unidos e pelas exigências impostas pelo mercado europeu no tocante à qualidade do produto, como vimos anteriormente.

Diante disso, uma das tentativas de alavancar a produção de camarão no Brasil foi o investimento e maior participação no mercado interno. No entanto, prevalece obstáculos na decisão dos empresários da carcinicultura em relação ao mercado interno, pois algumas questões põem em dúvida a eficiência desta estratégia da indústria de camarão, dentre eles, está o incipiente consumo do produto no Brasil que é de 0,25 kg/per capita. Outra questão, como analisa Tahim (2008, p. 156), é a falta de um plano efetivo de comercialização e distribuição do produto internamente, como se verifica no esquema adotado para exportação.

Na perspectiva de reverter as tendências da crise anunciadas no setor, o capital representado pelos grandes produtores de camarão e pelo Estado, em particular pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAPE apostam e investem na recuperação da carcinicultura, na expansão e na abertura de novos mercados voltados para a exportação.

A criação de camarão em cativeiro, ao mesmo tempo em que contribui para uma viabilidade produtiva e lucrativa para os/as carcinicultores/as, promove, também, a degradação do meio ambiente e a negação de direitos das populações

---

<sup>33</sup> O vírus de maior incidência no camarão brasileiro foi o “Vírus de Mionecroses Infeciosa – INMV que atingiu cerca de 80% da produção brasileira e está associado a problemas ambientais, como por exemplo, verificado na imperícia do cultivo do camarão.

tradicionais. Desde meados dos anos de 1997, são feitas denúncias da eliminação do manguezal para implantação da carcinicultura.

No habitat das populações tradicionais que vivem da pesca extrativista o “estranho” se anunciava de forma imperativa: os tanques de camarão desenharam um outro relevo nos territórios vividos desses povos.

Assim, entendemos que o paradoxo que circunda a carcinicultura gira em torno de dois eixos principais: a renda total gerada pela atividade e o caráter da insustentabilidade socioambiental que tem implicações diretas na natureza e na vida social das populações tradicionais que estão perdendo progressivamente o elo fundamental com a sociabilidade e com sua relação com o meio natural: estão perdendo as possibilidades de trabalhar.

No âmbito da produção de camarão em cativeiro, encontra-se uma guerra de interesses econômicos, sociais e ideológicos que se efetiva pelo domínio e uso do território. Território onde habita a produção de técnicas e acumulação capitalista, mas é também, o espaço da resistência, da luta e da cultura popular protagonizadas pelas populações tradicionais.

O debate ideológico da carcinicultura no mundo concentra-se em torno de dois grupos divergentes: A Ecologia Política (EP) que apresenta um enfoque crítico em relação a carcinicultura e outro grupo denominado de Boas Práticas de Manejo (BPM) que afirma a viabilidade da criação de camarão em cativeiro e sua sustentabilidade.

Cada grupo em suas particularidades defende seus interesses e representam os sujeitos envolvidos (direta ou indiretamente) com o hidronegócio do camarão: empresários/as; povos tradicionais; consumidores/as; pesquisadores/as; ambientalistas; Estado e agências multilaterais, como o banco Mundial e a OMC. De acordo com o Relatório<sup>34</sup> da LABOMAR/UFC/SEAPE (2007),

apesar de uma série de ganhos políticos importantes alcançados pelos defensores do discurso da Ecologia Política no final dos anos de 1990, os promotores das BPM (Boas Práticas de Manejo) conseguiram num período de 3-4 anos, que representa um intervalo de tempo surpreendentemente

---

<sup>34</sup> Relatório “Análise dos impactos sociais, do arcabouço institucional e legal dos conflitos socioambientais da carcinicultura produzido pelo Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará em parceria com a Secretaria especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR, 2007.

curto na escala de mudança política – recuperar o apoio de consultores de muitos governos e das agências de fomento do desenvolvimento internacional. Como resultado, a abordagem das BPM é atualmente amplamente aceita como estrutura política apropriada para promover e dar apoio ao desenvolvimento da carcinicultura.

É nesse território de disputas ideológicas que os interesses entre territorialidades distintas se enfrentam, polarizados por discursos e práticas reveladoras de projetos e/ou tendências de pertencimento de classe divergentes.

Na “guerra” entre o território do capital e o território da resistência, a burguesia usa, também, os recursos ideológicos como instrumento usual e eficaz para sua legitimação, ou seja, a capacidade de forjar, na classe trabalhadora, o compromisso político de defesa dos interesses do capital como se fossem seus interesses. Uma das questões mais discutidas e legitimadas no âmbito da carcinicultura é o número de empregos gerados pela atividade em detrimento da análise das condições de vida e de trabalho que esta atividade produtiva promove.

De acordo com a Associação Brasileira de Criadores de Camarão – ABCC, a carcinicultura é uma atividade que proporciona receita para investidores, para o Estado e ganhos reais na balança comercial, além de possuir um ordenamento sustentável que permite um desenvolvimento local de médio e longo prazo, assentado, sobretudo, na perspectiva de geração de emprego e renda.

Para reforçar a relevância da carcinicultura, bem como sua potencialidade desenvolvimentista, algumas pesquisas têm sido realizadas com financiamento da ABCC e de agências multilaterais. Neste sentido, estudos e pesquisas realizados por pesquisadores/as do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)<sup>35</sup>, demonstraram que a carcinicultura é responsável pela criação de 1,89 empregos diretos por hectare, ressaltando, ainda, que existe uma absorção da mão-de-obra local de mais de 80%, mesmo sem qualificação profissional. A pesquisa sinaliza, ainda, que a carcinicultura gera hoje mais emprego do que qualquer atividade do agronegócio, como a fruticultura, por exemplo.

A rápida expansão do setor, os resultados apresentados com a determinação do número de empregos diretos e indiretos gerados, bem

---

<sup>35</sup> Cf.: SAMPAIO, Yony. COUTO, Écio. Geração de empregos diretos e indiretos na cadeia produtiva do camarão marinho cultivado. UFPE, 2003. In: [www.abcc.com.br](http://www.abcc.com.br) Acesso em 15/02/2007.

como a participação de pequenos, médios e grandes produtores em fazendas de camarão, permitiu concluir que a cadeia produtiva de camarão marinho cultivado gera impactos sociais significantes tanto para a região Nordeste quanto para o Brasil<sup>36</sup>.

O relatório do IBAMA (2005) demonstra que nos 150 empreendimentos visitados no Ceará o número de empregos gerados foi de apenas 2.579, em uma área de 4.266,18 ha, gerando em média 0,60 emprego por hectare. Número inferior ao que a ABCC divulga.

Há uma imprecisão quanto o número exato de empregos que são gerados, porque muitos desses trabalhos são sazonais e precarizados. A geração de emprego e renda e a promoção de desenvolvimento local no âmbito da carcinicultura atraem investimentos e tem servido de justificativa para a efetividade desta atividade produtiva, mesmo diante da degradação ambiental, tornando-a necessária para o capital.

Na esteira de estudos e pesquisas que buscam afirmar o potencial econômico, social e sustentável da carcinicultura, o teor ideológico tornou-se uma ferramenta necessária e demarca o território em conflito. O discurso ideológico embasa os dois grupos antagônicos.

De um lado, temos as populações tradicionais que utilizam a ideologia com nuances de resistência e estratégia de luta. Por outro prisma, tem-se a ideologia como estratégia de manutenção da hegemonia do capital. Cada grupo, com suas táticas e estratégias de luta em disputa, revela mais do que uma “guerra de lugares”, trata-se da explicitação dos interesses de classes que imprimem particularidades ao mundo da carcinicultura.

O prólogo do trabalho escrito pelo engenheiro de pesca da ABCC<sup>37</sup> serve para tipificar a utilização da ideologia como instrumento mantenedor do modelo de desenvolvimento hegemônico e mostra explicitamente o tom do debate em torno da carcinicultura brasileira.

Com o objetivo de desmistificar os falsos dogmas fabricados por ONGs que se dizem ambientalistas e que assiduamente são difundidas na mídia,

---

<sup>36</sup> Cf.: SAMPAIO, Yony. COUTO, Écio. UFPE, 2003.

<sup>37</sup> Cf. ROCHA, Itamar de Paiva. Impactos sócio-econômicos e ambientais da carcinicultura brasileira: mitos e verdades. In: [www.abcc.com.br](http://www.abcc.com.br). Acesso em 03/02/2007.

especialmente na eletrônica, contra a atividade de cultivo de camarão, o presente trabalho elenca um conjunto de estudos e trabalhos técnicos-científicos que, de forma consistente, colocam por terra essas acusações e corroboram a importância da carcinicultura para a geração de emprego, para a preservação ambiental e para a economia rural do litoral do Brasil.

A defesa do cultivo de camarão como alavanca de desenvolvimento para o país, sobretudo para a região nordestina, é notória em tais estudos. Entretanto, o que chama mesmo atenção são os fundamentos ideológicos presentes em seus argumentos. Este é o papel da ideologia dominante e de seus ideólogos: garantir a qualquer custo a reprodução do capital. Para Mészáros (2004, p. 54):

Nas sociedades capitalistas liberal- conservadoras do ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos.

Além desse processo de privatização e redefinição, o uso do território nas áreas de manguezais resultam em impactos socioambientais para as populações tradicionais decorrentes da criação de camarão em cativeiro.

O uso constante de produtos químicos utilizados na carcinicultura como cloro, calcário, silicato, ureia, superfosfato e a utilização de metabissulfito de sódio acarretam uma série de danos ambientais já comprovadas por instituições estatais, ambientalistas e pelos/as inúmeros/as trabalhadores/as do mar que convivem diretamente com a escassez de peixes e crustáceos, com a salinização do solo que impossibilita a manutenção da agricultura familiar e com doenças causadas pelos citados agentes químicos. Segundo dados contidos no relatório do IBAMA<sup>38</sup> (2005):

as práticas predatórias, principalmente as relacionadas com uma elevada produtividade por hectare, utilização de ecossistema manguezal e conflitos com as comunidades tradicionais, e adotadas em grande parte dos empreendimentos, podem ter resultados desastrosos, decorrentes de

---

<sup>38</sup> O relatório do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) de 2005 é na verdade um diagnóstico da atividade da carcinicultura no Estado do Ceará fruto de uma decisão do Ministério Público Federal que através de uma liminar exigiu um Estudo de Impacto Ambiental nas áreas costeiras e terrenos de Marinha pelo IBAMA. O objetivo da pesquisa era subsidiar o MPF na tomada de decisão quanto a ação civil pública foi movida pela pressão dos Movimentos sociais e ONGs que atuam na defesa do Meio ambiente.

impactos ambientais e sociais gerados pela atividade, que já foram amplamente estudados em outros países. Os danos ambientais também foram relacionados com a diminuição da atividade pesqueira; soltura involuntária das espécies exóticas e competição com espécies nativa; disseminação de doenças; lançamento de efluentes sem prévio tratamento nos copos hídricos; salinização do solo e do lençol freático; entre outros.

Em julho de 2007, ocorreu o maior desastre ambiental no Rio Grande do Norte, que segundo relatório preliminar do Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente (IDEMA/RN) foi provocado por uma empresa de carcinicultura que lançou uma quantidade de efluentes no estuário dos rios Potengi e Jundiáí que ocasionou a morte de milhares de peixes.

Enquanto o Ministério Público investiga o crime ambiental, a empresa acusada e a Associação de Criadores de Camarão negam o ilícito e questionam o parecer técnico do IDEMA. E os pescadores, as marisqueiras, os/as catadores/as de caranguejos foram impedidos de trabalhar, visto que a pesca por ocasião do desastre ambiental foi suspensa por trinta dias e as famílias que dependem da atividade pesqueira receberam cestas básicas do governo estadual e um seguro desemprego no valor de um salário mínimo, no entanto, algumas famílias que vivem do extrativismo marinho não estão cadastradas nas associações e cooperativas de pescadores, que é seguramente um critério para receberem as medidas emergências do Governo do Estado.

Em matéria no jornal local Tribuna do Norte<sup>39</sup>, o representante dos pescadores do município de Macaíba, Zeca Cunha, denuncia que o volume de peixes extraídos do rio vem diminuindo cerca de 70% nos últimos anos. Na mesma reportagem o pescador (ribeirinho) que mora em Natal e pesca no rio Potengi afirma: “Antes dos viveiros de camarão, a gente pegava muito peixe por ali. Hoje é quase nada. Onde o tal do ‘meta’ passa, mata o que tiver pela frente. Antigamente, pescava quase no quintal de casa, agora tenho que ir longe” (*sic*).

Nota-se que há um desastre socioambiental em curso, muitas vezes ausente dos debates na área ambiental e do desenvolvimento local. No entanto, a gravidade da questão tem possibilitado a ruptura com o silêncio e, mesmo diante do poder da ideologia dominante, parece não ser mais possível mascarar esta realidade, pelo

---

<sup>39</sup> Cf. “Pescadores temem a impunidade” – Matéria extraída do Jornal Tribuna do Norte, em 12/08/2007.

menos para quem vive do extrativismo marinho e depende do acesso à natureza para sobreviver.

No âmbito dessas contradições que acompanham as atividades produtivas que depredam e pilham o meio ambiente, como, por exemplo, a carcinicultura, concentram-se os esforços do Estado em aliança com o capital e as contribuições ideológicas e financeiras de organismos internacionais para legitimar e tornar mais eficaz a produção de camarão no mundo<sup>40</sup>. Desse modo, fez-se necessário, analisar, qual tem sido o papel do Estado brasileiro em relação às políticas ambientais e o seu desdobramento na efetivação da carcinicultura, assunto que será abordado no próximo item.

## 2.2 O ESTADO BRASILEIRO NAS POLÍTICAS PARA O MEIO AMBIENTE: “A MÃO QUE AFAGA É A MESMA MÃO QUE APEDREJA”

### **Versos Íntimos**

Vês! Ninguém assistiu ao formidável  
 Enterro de tua última quimera.  
 Somente a Ingratidão – esta pantera –  
 Foi tua companheira inseparável!  
 Acostuma-te à lama que te espera!  
 O Homem, que, nesta terra miserável,  
 Mora, entre feras, sente inevitável  
 Necessidade de também ser fera.  
 Toma um fósforo. Acende teu cigarro!  
 O beijo, amigo, é a véspera do escarro,  
 A mão que afaga é a mesma que apedreja.  
 Se alguém causa inda pena a tua chaga,  
 Apedreja essa mão vil que te afaga,  
 Escarra nessa boca que te beija!  
 (Augusto dos Anjos)

A intensa destruição do meio ambiente na contemporaneidade revela uma complexa e inevitável relação com o momento de crise do capital e de sua tentativa de reorganização. A produção pela produção, traço peculiar do modo de produção

---

<sup>40</sup> A saber, a criação de um consórcio financiado pelo Banco Mundial, a NACA (Organizações de Centros de Aquicultura na Ásia), a Fundação WWF e a FAO (Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas). No Brasil a proliferação da carcinicultura só foi possível mediante esta aliança histórica entre capital e Estado. Consórcios entre empresas nacionais e internacionais, financiamentos das instituições internacionais nos países em desenvolvimento e de economias periféricas dão a receita para a produção destrutiva do capital que em sua tentativa de superação de crise esse processo de destruição ambiental e humana se intensifica.

capitalista, assume explicitamente o seu caráter destrutivo na vida social no século XXI.

Essa produção destrutiva do capital se encontra no agravamento da questão social; na superexploração da classe trabalhadora e extração da mais-valia; nos desmatamentos das florestas tropicais no mundo inteiro; através da biopirataria; na criação de camarão em cativeiro que provoca injustiça ambiental; na forma de desregulamentação das leis trabalhistas. Todas essas questões se efetivam por intermédio do papel ativo do Estado, em maior ou menor participação, de acordo com as particularidades de cada Estado-Nação e em suas esferas estaduais e municipais.

A ordem sociometabólica do capital é destrutiva na sua essência, ou seja, na constituição do sistema metabólico do capital. Esse sistema erige a divisão sociotécnica do trabalho e a subordinação desta pelo capital, mas não é imutável na sua constituição, pois é construído do processo histórico.

Respaldados nessa construção histórica não linear, o Estado burguês que tem sua gênese na divisão social de classe, também vai se transformando, se aprimorando na sua função precípua de mantenedor de uma sociedade de classes, de criador das condições para o exercício do poder hegemônico da burguesia, favorecendo a acumulação capitalista.

É no contexto de mundialização do capital em crise e do Estado Brasileiro que assumiu o projeto neoliberal desde o Governo do presidente Collor e que permanece com a característica basilar do neoliberalismo no Governo Lula: *Estado máximo para o capital e Estado mínimo para a classe trabalhadora*.

O neoliberalismo surge como uma reação ao Estado de Bem-Estar e contra a social democracia. O resultado desta política é o desemprego em massa, corte de gastos sociais, legislação antissindical, privatização dos órgãos estatais etc. As repercussões da proposta neoliberal no campo das políticas sociais são nítidas, tornando-as cada vez mais focalizadas, mais descentralizadas, mais privatizadas (IAMAMOTO, 2008a). Imerso nesta lógica neoliberal, o Estado é cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos do grande capital financeiro.

A reforma do Estado surge por uma necessidade do capital em face de superação da sua crise. As contrarreformas efetivadas pelo Estado brasileiro

agudizou ainda mais as expressões da questão social (BERINGH, 2003). Enfim, houve um desmonte do Estado refutando os direitos assegurados pela Constituição de 1988.

Todos esses ajustes estruturais foram observados nos governos eleitos pelo voto direto pós-ditadura militar: Collor (1990-1992) Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula, que mantém a política de ajustes neoliberais, com ênfase no superávit primário para pagamento dos juros da dívida, na financeirização da economia, nas contrarreformas (previdenciária e trabalhista) e uma política social de cariz focalista e porque não dizer, assistencialista.

A “herança maldita” da era FHC, que o governo atual que se intitulava democrático e popular recebera em 2003 ao ser empossado, não foi de forma nenhuma rechaçada, ao contrário, em muitos setores, a exemplo da política econômica adotada pelo Governo Lula, foi deveras aprimorada.

Neste sentido, é necessário dizer que analisaremos o Estado Brasileiro a partir do Governo Lula e sua política econômica, buscando seus rebatimentos nas políticas e projetos para o meio ambiente em sua totalidade.

Ao analisarmos os projetos do governo no campo da agricultura, aquicultura e meio ambiente, percebe-se em suas estruturas o caráter neocolonizador destes projetos que estão sob a regência do capital internacional.

O modelo de Reforma Agrária, por exemplo, sob a égide do neoliberalismo e da “mundialização” do capital vem sendo realizado de forma fragmentada, revestido de programas sociais compensatórios, reduzido a algumas iniciativas de apoio técnico aos assentamentos, isso efetivado desde o governo de FHC, no entanto, já no segundo mandato do Governo Lula, a estrutura fundiária do Brasil permanece intacta.

Para Umbelino<sup>41</sup>, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA produziram “factoides” para maquiar os verdadeiros números de famílias assentadas no governo Lula.

No período entre 2003 e 2007, o II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA assentou apenas 163 mil famílias, cumprindo apenas 30% da meta

---

<sup>41</sup> Cf. Ariovaldo Umbelino “O governo Lula dá Adeus à reforma Agrária”. In: [www.brasildefato.com.br/agencia](http://www.brasildefato.com.br/agencia). Acesso em: 22/12/08.

governamental que era de 550 mil famílias. Na meta sobre a regularização fundiária, o governo Lula, também, descumpriu o que havia definido, foram apenas 113 mil famílias que tiveram suas terras regularizadas, equivalente a 23% do total que havia noticiado. Segundo Umbelino (*idem*),

a política de reforma agrária do governo Lula está marcada por dois princípios: não fazê-la apenas nas áreas onde ela possa 'ajudar' o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo Lula finge que faz a reforma agrária, e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também, fingir acreditar.

Tanto o governo de FHC como o Governo Lula priorizaram o agronegócio. Pode-se, assim, dizer que a reforma agrária que se tem hoje no Brasil, do ponto de vista ecológico, político e social, é perversa para a sociabilidade humana. Desigualdade social, degradação ambiental, desemprego, latifúndios, concentração de riqueza, privatização dos recursos naturais são signos antigos e históricos que aparecem perversamente "renovados", reificados pelo processo de mundialização do capital e pelo atual governo que pratica uma política inofensiva aos latifúndios.

A reforma agrária funcional ao projeto neoliberal e que vem sendo efetivada em outros países periféricos como Colômbia, África do Sul, Guatemala, obedecem às recomendações do Banco Mundial, que reduziu a reforma agrária à compra e venda de terra, cuja finalidade reside unicamente em promover a venda da terra por parte dos latifundiários aos trabalhadores, utilizando como intermediário o próprio Estado.

A aliança entre o Estado e capital não se efetiva apenas na esfera do Executivo, mas aparece, também, com muita força no Legislativo e Judiciário. Na Câmara Federal, a bancada ruralista assume explicitamente a defesa dos seus interesses, dos negócios agropastoris e de projetos voltados para a expansão do capital. O Judiciário tem uma pauta extensa de processos que criminalizam os movimentos sociais, principalmente, aqueles que ameaçam a manutenção dos latifúndios e coloca em xeque os projetos do agronegócio, a exemplo do MST e da Via Campesina.

Na justaposição entre capital e Estado, as contradições são prenes desta relação que vai se complexificando na sociedade, na medida em que a acumulação de riqueza pelo capital cresce no compasso do acirramento da questão social e da degradação ambiental.

O governo Lula eleito em 2002 por uma inédita aliança, entre setores da burguesia, dos movimentos sociais, partidos de esquerda e da direita conservadora ao invés de romper com a política neoliberal, assumiu a política macroeconômica conservadora herdada de FHC, aprimorando-a e utilizando todos os seus dispositivos reguladores: altas taxas de juros; superávit primário elevado; redução dos gastos públicos; investimentos no mercado de exportação; liberalização do comércio exterior; e do outro lado, exercita o seu papel populista e elege o assistencialismo como moeda política para sustentação do seu governo.

O pagamento da dívida com o superávit primário, conforme analisa Boschetti e Salvador (2006, p. 50), converteu-se numa “poderosa e perversa alquimia”, que, ao utilizar o mecanismo da Desvinculação das Receitas da União – DRU, desviam recursos que deveriam ser destinados à Seguridade Social, para o pagamento da dívida brasileira.

Em uma sociedade capitalista, o lucro é conquistado em decorrência do mercado e como nos lembra Foladori (2001, p. 157), neste âmbito não há como fazer com que todos saíam lucrando/ganhando, alguém tem que perder. E a história nos mostra que as classes subalternas vêm amargando perdas de direitos e derrotas contínuas na luta de classe. Assim, ao assumir os interesses do capital financeiro, o governo Lula secundariza as respostas que deveria dar as lutas e demandas da classe trabalhadora.

Segundo denúncias do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, quando o governo Lula assumiu a presidência, o movimento almejava a implementação de uma política de energia para o Brasil diferente da que havia sido efetivada durante o governo de FHC, que causou desastres socioambientais em várias regiões do país.

Em 2003, o MAB entregou ao Ministério de Minas e Energia um conjunto de reivindicações e sugestões que apontava mudanças estruturais na política de energia e ações emergenciais. Do ponto de vista emergencial, o MAB exigiu do

governo federal o repasse imediato de alimentos para a população atingida pela construção de barragens que foram desterritorializadas de suas terras.

No entanto, a política energética do governo Lula foi o que no senso comum se denomina como “o mais do mesmo”, ou seja, o Ministério de Minas e Energias continuou se pautando nos megaprojetos para atender as demandas do empresariado do setor em sintonia com os interesses econômicos dos países centrais. De acordo com o dossiê do MAB (2003),

recentemente foi aprovada a Medida Provisória 144<sup>42</sup> que define como empresa vencedora da licitação aquela que oferecer a energia por menor preço. No entanto, como o Ministério de Minas e Energia fez uma aliança com as empresas privadas no campo da geração de energia, isso trará como resultado o agravamento do problema dos atingidos por barragens. [...] A tendência das empresas para oferecer menor preço de energia é cortar todos os tipos de gastos com as questões sociais e ambientais.

O dossiê do MAB (2003) ainda denuncia a privatização dos recursos naturais pelas empresas que controlam as barragens. Na barragem controlada pelo consórcio de empresas do porte da Votorantim, Bradesco e Camargo Corrêa – Consorcio VBC, qualquer pessoa que queira pescar tem que pagar uma taxa de R\$ 12,00 ao mês no banco Itaú do município de Uruaçu/GO<sup>43</sup>. É assim que funciona a lógica contumaz do capital: expropriação territorial e mercantilização da natureza.

A agenda ambientalista proposta pelo governo Lula perde-se em paradoxos. O que pode e precisa aparecer na mídia ganha contorno de megaprojeto do governo. O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC é o programa que atende a interesses de propaganda ideológica do governo e como tal, apresenta uma dimensão midiática.

Trata-se do “mundo de fabulações” que representa, conforme Milton Santos (2001), um mundo criado no universo de aparências e imagens decorrentes da “globalização” que utiliza o desenvolvimento tecnológico como instrumento para encobrir as desigualdades socioambientais, ou seja, é um falseamento do mundo real ou, de acordo com Santos (*idem*), trata-se de ocultar o mundo como ele é: perverso para a classe trabalhadora e subalterna.

---

<sup>42</sup> A Medida Provisória nº 144, de 10 de dezembro de 2003 dispõe sobre a comercialização de energia elétrica.

<sup>43</sup> Cf. [www.social.org.br/denuncias](http://www.social.org.br/denuncias), acesso em 10 de janeiro de 2009.

Em 23 de janeiro de 2007, o governo lançou o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC que prescinde de um conjunto de políticas econômicas para alavancar o crescimento econômico do país até 2010. O PAC prevê investimentos na ordem de R\$ 503, 9 bilhões, sendo que 67, 8 bilhões advêm do orçamento do governo federal e R\$ 436,1 bilhões arrecadados das empresas estatais federais e do setor privado<sup>44</sup>. O PAC é composto por cinco diretrizes:

1. medidas infraestruturas, como investimentos em rodovias, na construção e recuperação de portos, aeroportos, da rede ferroviária; construção de hidrelétricas, além de prevê, investimentos sociais nos setores da habitação; saneamento básico; urbanização de favelas etc.;
2. medidas para estimular créditos e financiamentos;
3. aprimoramento do marco regulatório ambiental;
4. desoneração tributária;
5. medidas fiscais de longo prazo.

Esse programa com suas diretrizes assume explícita direção social. Os intelectuais orgânicos do governo já falam em uma atuação protagonista do Estado capaz de dinamizar e regular a economia com a efetivação do PAC, numa espécie de neokeynesianismo, como se isso fosse possível (BRAZ, 2007, p. 53), no entanto, não se pode negar o seu viés neoliberal, pois, segundo Braz (2007, p. 54),

do ponto de vista macrossocietário, vivemos, na verdade, o quarto governo neoliberal do país, cujos eixos principais foram se afirmando ao longo dos anos de 1990 e da década atual. Eles se configuraram em políticas que buscaram num só tempo o combate às forças organizadas do trabalho como forma de destruir ou reduzir os impactos dos gastos sociais nas taxas de lucros capitalistas... E de transferir riquezas para segmentos do capital financeiro – substancialmente no Brasil os bancos e os setores rentistas do grande capital.

O PAC é um projeto institucional cuja prioridade máxima é alavancar a produção do capital e garantir a sua acumulação. Vários sujeitos coletivos e identificados com as forças organizadas do trabalho criticaram o programa. Após três meses do lançamento do PAC, a Comissão Pastoral da Terra em sua XIX Assembleia Geral, que ocorreu em Goiânia entre os dias 24 e 27 de abril de 2007

---

<sup>44</sup> Para acompanhar a execução orçamentária do PAC é possível, em parte, monitorá-la por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI onde estão registrados os gastos do governo.

elaborou como resultado final uma carta na qual faz duras críticas ao governo federal e ao PAC. Segue um trecho da carta<sup>45</sup>:

o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem como objetivo principal potencializar a infraestrutura a serviço do agro-hidro-negócio, do agrocombustível, da exportação das reservas minerais, florestais, hídricas e territoriais, sem levar em conta os protagonismos, as demandas e as lutas que nascem do campo e da cidade e que exigem a participação popular, a socialização do poder e a distribuição da riqueza. A prova disso é que o governo considera como entraves os interesses e resistências de populações tradicionais e as ações dos movimentos sociais e do ministério público em defesa do ambiente e da vida. Do mesmo modo pouco faz para assegurar os direitos territoriais de quilombolas, indígenas e posseiros, não implementa e não amplia as metas de reforma agrária, não combate a grilagem, não atualiza os índices de produtividade da terra, não se esforça para que seja aprovada a emenda constitucional que permite o confisco das terras onde se dá trabalho escravo.

É, portanto, nesta direção social, que se configura o projeto de desenvolvimento proposto pelo governo, que apresenta contradições difíceis de serem potencializadas/positivadas, pois de um lado contém medidas mitigadoras e focalistas para atender as necessidades básicas e emergenciais da classe trabalhadora, por outro lado, com Medidas Provisórias e pela força da Lei cria um aparato estatal de forte sustentação para os projetos de expansão do capital no território brasileiro.

Assim, a atuação do governo federal no âmbito da política ambiental tem se direcionado para o atendimento estratégico dos interesses do capital e o atendimento periférico e em situação emergencial das necessidades da classe trabalhadora. Intuindo, portanto, uma política de Estado na área ambiental contrária a luta política dos movimentos socioambientais.

No Brasil, em 2008, a Monsanto e a Bayer conseguiram aprovar no Conselho Nacional de Biossegurança – CNB, que tem onze ministros em suas cadeiras, o milho transgênico, apesar dos protestos dos ambientalistas, de vários movimentos sociais e da própria Ministra do Meio Ambiente, à época, Marina Silva.

O mesmo milho em questão foi vetado pelo presidente francês Nicolas Sarkozy, que utilizou o “princípio da precaução” como argumento para o veto.

---

<sup>45</sup> Cf. [www.cptnac.com.br](http://www.cptnac.com.br). Acesso em 05/01/2009.

Segundo a ONG Conselho de Informações sobre Biotecnologia<sup>46</sup>, o Brasil já ocupa o 3º lugar em produção de plantas modificadas geneticamente. São 15 milhões de hectares destinados a produção de transgênico (soja, algodão etc.).

Na luta pela aprovação dos transgênicos, encontra-se a figura do ministro Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, que defende antes de tudo, os interesses do agronegócio e da bancada ruralista. A posição tomada pela então Ministra Marina Silva contrariava a lógica do governo Lula, que aposta num modelo de desenvolvimento destrutivo, apesar das contradições que o acompanha.

O governo federal abriu várias frentes em sua meta de desenvolvimento, em consequência disto, a agenda ambiental vem sofrendo diversas derrotas: a aprovação dos transgênicos no Brasil e a ampliação das fronteiras agrícolas na Amazônia e no Cerrado que conta com a propaganda efusiva por parte do governo federal para o Programa de Etanol.

A propaganda ideológica do governo federal para a produção de etanol e a demanda por combustíveis “renováveis” no mundo inteiro (dado o possível colapso dos combustíveis fósseis) são ingredientes de uma verdadeira tragédia social. Dados do Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN<sup>47</sup> afirmam que

importantes áreas para conservação e uso sustentável da biodiversidade do Cerrado que deveriam estar protegidas estão sendo tomadas pelas lavouras de cana-de-açúcar para produção de etanol. Isso significa que pode haver comprometimento dos recursos naturais, das populações rurais e da segurança alimentar na região.

No momento contemporâneo, o imperativo do capital em se expandir permanece o mesmo, o que muda são as estratégias de dominação, expropriação e privatização do território. No cerne da disputa territorial encontram-se grandes corporações agroindustriais que têm como parceiro o Estado e agências de fomento internacionais, como o banco Mundial, e do outro lado, populações tradicionais, famílias que vivem do plantio de subsistência, da pesca extrativista e artesanal.

O desenvolvimento sustentável e o crescimento acelerado anunciados pelo governo federal se transformam em falácia frente ao processo de degradação

---

<sup>46</sup> Cf. [www.cib.org.br](http://www.cib.org.br). Acesso em 04/01/2009

<sup>47</sup> Cf. [www.ispn.org.br](http://www.ispn.org.br) Acesso em 08/12/2008.

socioambiental em curso em várias regiões do Brasil. De acordo com Silva (2005, pp. 233-234),

o Mato Grosso foi o estado recordista de desmatamento em 2003, apresentou maior índice de conflitividade e de envolvimento de pessoas em conflitos agrários no mesmo ano, de acordo com o estudo recente publicado pela Comissão pastoral da terra (CPT, 2004), e aparece como o estado de maior presença de trabalho escravo detectado, de acordo com a segunda lista divulgada pelo Ministério do Trabalho (17 fazendas, envolvendo 1.100 trabalhadores rurais). [...] Essa nova dinâmica, junto com a conjuntura externa favorável para a exportação da soja e o apoio do governo Lula que prioriza a produção de exportação para gerar superávit na balança comercial, vem fazendo explodir a fronteira do agronegócio em regiões como oeste da Bahia, Sul do Maranhão e diversas regiões do Tocantins, últimas áreas com percentuais significativos de remanescentes contínuos de vegetação do cerrado.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE registrou em seus satélites no período de agosto a dezembro de 2007 cerca 3.235 km<sup>2</sup> de florestas desmatadas. É no Mato Grosso que tem como governador o senhor Blairo Maggi (maior produtor de soja do Brasil) que se encontra a área mais atingida pelo desmatamento na região amazônica, 50% do total captado pelo INPE. Vale salientar que os satélites não registram as queimadas que são feitas diariamente pelos fazendeiros para aumentar as áreas destinada a atividade pecuária na referida região.

A Amazônia conhecida como “o pulmão do mundo” vem perdendo sua floresta para dar lugar aos pastos para o gado, que se multiplica 11% ao ano. A produção destrutiva do capital efetivamente está presente em várias atividades econômicas.

O Estado, como analisa Moraes (1997, p. 57), deveria regular, proteger e salvaguardar o patrimônio soberano e coletivo que é a natureza, mas, ao contrário, o Estado, também, promove a degradação socioambiental: “Parte de seu aparelho constitui os principais canais institucionais de defesa da qualidade do meio ambiente, outra parte constitui os principais agentes de degradação” (*idem*).

O governo, que assina o Decreto nº 6321/2007<sup>48</sup>, é o mesmo governo que investe na pecuária no território amazônico; em hidrelétricas nas terras indígenas, na

---

<sup>48</sup> “Decreto Presidencial nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007, dispõe sobre ações relativas à prevenção e monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao

carcinicultura no litoral do nordeste brasileiro e nas monoculturas em detrimento da agricultura familiar.

O Estado tem a função de organizar, regular, fiscalizar o espaço e o meio ambiente, no entanto, assume uma postura paradoxal frente as questões socioambientais. Os projetos que estão em voga no PAC não priorizam as populações tradicionais, ou melhor, tais sujeitos são colocados como entraves ao desenvolvimento do país.

A primazia do PAC consiste na melhoria da infraestrutura brasileira para escoar a produção. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário, o PAC tem cerca de 201 empreendimentos que afetam terras indígenas que consiste na construção de barragens no Rio Madeira (RO); em hidrelétricas no Xingu (PA) e no Tocantins, finalizações de BRs que cortam reservas indígenas entre outros aspectos que obstaculizam o acesso a direitos e deterioram as condições de vida e de trabalho das populações tradicionais.

O PAC é, na verdade, uma programática que utiliza o discurso do desenvolvimento sustentável e a força ideológica e do populismo do atual governo para garantir a sua efetividade como se estivesse com um projeto de desenvolvimento atento ao atendimento das necessidades humanas.

Vale ressaltar que o PAC produz em grande escala desigualdades e injustiças ambientais aos povos tradicionais, além de ameaçar a segurança alimentar, o direito básico de ter acesso a água, de possuir uma terra para plantar e colher. Esse é o sentido de dominação e apropriação da natureza para fins de acumulação e que atinge no momento contemporâneo um caráter ilimitado e destrutivo.

No mapa de conflitos sociais produzido pela Comissão Pastoral da Terra – CPT<sup>49</sup>, a maioria dos conflitos ocorrem pelo acesso ao direito à terra, a água, ao trabalho. São situações que vão desde o impedimento de acesso à água (açudes, barragens, rios, lagos) pela apropriação privada destes à destruição/poluição do meio ambiente por usinas hidrelétricas e projetos de carcinicultura.

---

decreto nº 3.179 de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências”.

<sup>49</sup> Cf. [www.cptnac.com.br](http://www.cptnac.com.br)

Nas áreas de conflito registrada pela CPT, o Ceará aparece com um registro ligado a carcinicultura. O conflito está localizado no município de Itapipoca na fazenda Qualibrás, com 150 famílias envolvidas.

A questão do desmatamento é hoje um dos grandes problemas a ser enfrentado pelo governo federal. No período em que a ministra Marina Silva esteve à frente do ministério do meio Ambiente, algumas medidas importantes foram tomadas para combater o desmatamento na região Amazônica como a disposição para fortalecer o Sistema Ambiental; implementação de uma política contra a corrupção que envolvia as instituições e negócios relacionados ao meio ambiente; o convênio com o INPE para monitoramento com satélites da Amazônia; a luta contra os transgênicos (que acabou por enfraquecer politicamente a Ministra Marina Silva). Outro evento que o governo considera positivo é a “exploração sustentável” das Florestas Nacionais (FLONAS) pela iniciativa privada.

O governo Federal e o Parlamento (Câmara e Senado), poderes representativos do Estado lançam mão de dispositivos legais como decretos, medidas provisórias, emendas constitucionais, entre outros mecanismos, para efetivação de um projeto que legitima e favorece o funcionamento do processo metabólico do capital. Mészáros (2002, p. 109) afirma que

o Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente.

Desta feita, podemos destacar quatro desses dispositivos que retificam essa aliança entre capital e Estado que alicerça as bases para a exploração dos recursos naturais das florestas brasileiras por empresas nacionais e estrangeiras e colabora para o processo de produção destrutiva: Medida Provisória nº 422; Projeto de Emenda Constitucional – PEC nº 49/2006; Projeto de Lei 6.424/05 e a Lei nº 11.284/06.

A MP 422, assinada pelo Presidente Lula em 25 de março de 2008, atribui nova redação ao inciso II do § 2º B do artigo 17 da lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art.37, inciso XXI da Constituição, e institui normas para

licitações e contatos da administração pública. A lei dispensa a licitação pública para áreas de até quinze módulos fiscais (cerca de 1.500ha). Vale lembrar que o módulo fiscal é um cálculo estatístico que determina o tamanho do imóvel rural para cada município de acordo com os dados fundiários do mesmo<sup>50</sup>.

Para muitos ambientalistas, a MP 422 promove ainda mais conflitos pela posse de terra, pois tal medida beneficia a grilagem. O Greenpeace chamou a medida provisória de “Plano de Aceleração da Grilagem – PAG”, em alusão ao PAC. Em entrevista a Radioagência Notícias do Planalto, Ariovaldo Umbelino<sup>51</sup>,

[...] a ação do governo Lula de apoio aos grileiros do agrobandidismo mais contundente continua sendo a MP 422. No último dia 13 de maio, ela foi aprovada na Câmara dos Deputados, transformando-se em Projeto de Lei (PL) de Conversão nº 16, de 2008. Seguiu para o Senado para votação. Ou seja, a bancada ruralista do Congresso Nacional, em tempo recorde, aprovou a MP 422, pois ela foi um presente de Lula para os grileiros das terras do Incra na Amazônia Legal. Esta aprovação revela que a Constituição Brasileira está sendo absurdamente mais uma vez revogada por uma lei. Nem o governo Lula e muito menos o Congresso Nacional estão respeitando à Carta Magna, pois está claramente colocado no artigo 188 que “a destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária”.

De acordo com a Carta Aberta<sup>52</sup> em defesa da Amazônia, a PEC 49/2006, da autoria do Senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), visa atender aos interesses de empresas multinacionais do ramo de celulose e papel, em especial a Stora Enzo e a seita Moon. O projeto reduz a faixa de fronteira nacional de 150 para 50 km, o que permite a aquisição de parte do território brasileiro por empresas estrangeiras.

Outro dispositivo que visa atender as demandas do agronegócio e transformar a região em fronteira agrícola é o PL nº 6424/05 de autoria do Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que altera a Lei nº 4771/65 de 15 de setembro de 1965, que institui o novo código florestal para permitir a reposição florestal e a recomposição da reserva legal mediante o plantio de palmáceas e oleaginosas destinadas a produção de biocombustíveis em áreas alteradas/desmatadas. Trata-

---

<sup>50</sup> Cf: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

<sup>51</sup> Cf: Entrevista com o Professor Ariovaldo Umbelino, titular de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo – USP em 30/05/08 a Radioagencia Notícias do Planalto. Acesso em: 20/09/08.

<sup>52</sup> A carta aberta em defesa da Amazônia foi assinada por vários movimentos sociais, ambientalistas, pesquisadores/as, intelectuais, artistas, dentre eles: a CPT, o Greenpeace, o Conselho Indigenista Missionário, João Pedro Stédile, Movimento dos Atingidos por Barragens, Via Campesina entre outros.

se na verdade de uma proposta para reduzir a exigência de reserva legal (área destinada a preservação da mata nativa) na Amazônia de 80% para 50%.

Nos fundamentos deste projeto encontra-se a prerrogativa legal de expandir territórios para o agronegócio. Isto significa desmatamento das florestas nativas, expulsão dos povos tradicionais de seus habitats e a mercantilização da natureza. O PL em questão já está sendo chamado de “Floresta Zero” pelos socioambientalistas. Para Melo<sup>53</sup>, “o PL 6424 legaliza o desmatamento e a MP 422 legaliza a grilagem”.

A lei nº 11.284/06 autoriza por meio de concessão a utilização dos recursos florestais em áreas públicas pela iniciativa privada por 40 anos. Para muitos ambientalistas e movimentos sociais trata-se na verdade da privatização da Amazônia e da sua internacionalização. As florestas estão localizadas no Pará (10 flonas) e em Rondônia. A primeira concessão de florestas para exploração econômica pela iniciativa privada será na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia. As empresas vencedoras terão 40 anos para extrair os recursos naturais. As primeiras empresas a se lançarem no processo licitatório foram quase todas madeireiras (14) que apresentaram propostas de gestão e exploração das FLONAS (Florestas nacionais).

A degradação ambiental no Brasil, acirrada pelas estratégias do capital para o enfrentamento da sua crise é fato. A cooptação de setores importantes dos movimentos sociais, sindicatos e outras organizações populares pelo governo acabam por fragmentar as lutas sociais contra o capital, que coisifica a natureza, desumaniza as relações entre as pessoas, cria uma sociabilidade que convive pacificamente com a barbárie.

Ao invés de uma luta estruturante, prevalece o imediatismo da vida cotidiana. Para Bihl (1998, p. 125), o desafio hoje é saber que a crise ecológica requer uma política no sentido mais amplo do termo, uma reorganização das sociedades contemporâneas e não ações específicas, limitadas e fragmentadas.

No entanto, na seara de contradições gestadas pelo capital, o movimento de resistência cresce. A gravidade da questão tem possibilitado a ruptura com o

---

<sup>53</sup> João Alfredo Telles Melo é consultor de políticas públicas do Greenpeace no Brasil. Cf: [www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br). Acesso em: 22/11/09.

silêncio e, mesmo diante do poder da ideologia dominante, parece não ser mais possível mascarar esta realidade, pelo menos para quem vive da agricultura de subsistência, do extrativismo marinho e de milhões de brasileiros/as que dependem diretamente do acesso à natureza para viver e trabalhar.

A nossa formação econômica, política e sócio-histórica é fundada sob os pilares da dilapidação dos recursos naturais brasileiro e da degradação humana imposta ao povo brasileiro desde a sua reminiscência. Discorrer sobre o papel do Estado brasileiro em relação ao meio ambiente é, sem dúvida, dar um salto histórico no tempo, embora se tenha registro de atuações do estado no tocante à preservação ambiental, ainda no período colonial, não poderíamos falar de uma política ambiental brasileira.

Podemos afirmar que o Estado brasileiro historicamente se posicionou de forma conservadora e insuficiente dada as demandas que a questão ambiental exigia em sua totalidade.

A inserção do Estado a partir de políticas estatais voltada para o meio ambiente vai se gestando na metade da década de 1980, ainda de forma tímida, pois, enquanto no mundo inteiro estava em debate os rumos do planeta mediante a degradação do meio ambiente, o Brasil começava a incorporar o socioambientalismo a partir das reivindicações e articulações dos movimentos sociais e ambientais, bem como, a ideia do desenvolvimento sustentável. Esse seria o primeiro passo para a desvinculação do conservacionismo que o Brasil mantinha em suas políticas para o meio ambiente.

Como Moraes (1997) esclarece, houve um salto qualitativo por parte da intervenção estatal na política para o meio ambiente; uma redefinição de competências e áreas de atuação; criação do IBAMA e de órgãos afins, no entanto, ainda era insatisfatório a sua intervenção no trato das questões ambientais.

Das lutas dos movimentos sociais nasceu um importante dispositivo legal que assegurava o direito ao meio ambiente saudável para todos os povos – A Constituição Federal de 1988 – que se configura como um instrumento legal de preservação ambiental e dos chamados “novos direitos” (ver art. 225, *caput*). Destaca-se, também, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) realizada durante a RIO-92 que assegurava a soberania dos Estados sobre o patrimônio

natural e orientava para o uso sustentável dos recursos naturais e a repartição equitativa de sua produção (SANTILLI, 2005, p. 44).

A partir dessas lutas sociais e do crescimento do movimento ambientalista no mundo inteiro, da inserção dos organismos internacionais no debate sobre a questão ambiental, sobretudo, após a publicação da estratégia Mundial para a Conservação da Biodiversidade em que se reforça a ligação entre a diversidade biológica e cultural, o Brasil começa a ser pressionado para incorporar as reivindicações de tais movimentos e dar uma resposta à degradação socioambiental acelerada, sobretudo, pelo padrão de desenvolvimento vigente.

Nas particularidades da carcinicultura, atividade amplamente promovida e incentivada pelo Estado, há uma série de contradições envolvendo as áreas destinadas ao cultivo de camarão.

De acordo com o relatório do IBAMA/CE (2005), as áreas utilizadas pelas fazendas de camarão no ecossistema de manguezal (apicum e salgado) são textualmente permitidas pelas legislações estaduais, tanto de Pernambuco, como à do Ceará, no entanto, a legislação federal segundo a resolução do CONAMA nº 303/2002 define o Apicum e Salgado como Áreas de Preservação Permanentes – APPs.

Essas áreas aparecem conceitualmente no Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771/1965) e é definida como

áreas cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Mesmo existindo uma Lei Federal que tem a função de regulamentar e demarcar áreas de preservação ambiental, os empresários da carcinicultura encontram brechas e amparo jurídico legal na legislação estadual para atuar em áreas que deveriam estar sob a rígida preservação e fiscalização do Estado em todas as suas esferas. O relatório do IBAMA/CE (2005, pp. 68-69) esclarece que

a grande maioria das fazendas de camarão inspecionada pelos técnicos do IBAMA foram instaladas em setores do ecossistema de manguezal regidos pelas oscilações diárias das marés (bosque de manguezal, apicum e salgado). Os setores de apicum e salgado, justificados, para efeito de liberações de licenças, como áreas não pertencentes ao ecossistema manguezal e não acessados pelas marés (no caso utilizando resoluções do COEMA/CE nº 02/2002 e CONSEMA/PE nº 02/2002), foram equivocadamente definidos como ecossistema de transição para a caatinga e mata de tabuleiro e, não identificados corretamente.

Nestes casos, as leis estaduais acabam excluindo a competência de uma Lei Federal que protege toda área de manguezal e seu entorno (apicum e salgado). No arcabouço institucional do executivo federal, alguns órgãos cumprem o papel de propositores de políticas para o meio ambiente, definem normas para controle, fiscalização e gerenciamento ambiental sendo responsável, também, pela avaliação de impactos ambientais e licenciamento ambiental.

A preservação do ecossistema de manguezal representa a sustentabilidade de outros biomas; a garantia da segurança alimentar dos povos tradicionais; fonte de nutrientes para as espécies marinhas; controle da erosão e proteção natural contra a invasão do mar.

É do mangue que se extrai madeira que serve para a construção de casas, instrumentos de pesca; que se captura o caranguejo; molusco e mariscos. O mangue é berçário da vida humana, da fauna e da flora nos estuários do litoral, é parte da cultura que emana das tradições populares, dos saberes autóctones que manejam a natureza sem degradá-la por completo. No entanto, diversas atividades predatórias vem degradando os mangues em quase todo o mundo<sup>54</sup>, dentre elas, a carcinicultura.

No ano de 2005, o GT “Carcinicultura da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias”, da Câmara dos Deputados através do Relatório do Deputado João Alfredo<sup>55</sup> compilou um material acerca da produção de camarão no Nordeste: diagnósticos específicos, denúncias das comunidades tradicionais, relatórios técnicos e os resultados de 11 audiências públicas. A partir do

---

<sup>54</sup> “Nas Filipinas, as atividades da aquicultura foram responsáveis pelo desmatamento de mais de 300 mil hectares da vegetação de mangue desde 1968, afetando seriamente a pesca costeira (Alier, 2007, p. 128) No Equador, cerca de 1/3 dos 30.000ha de tanques para camarão foram construídos em área de mangue (Diegues, 2001, p.206).

<sup>55</sup> Na época o Deputado Federal João Alfredo era do PT-CE, atualmente exerce o mandato de Deputado Estadual no Estado do Ceará eleito pelo PSOL.

relatório da referida comissão, chegou-se à conclusão de que os viveiros de camarão promoveram entre outros:

- 1) desmatamento do manguezal, da mata ciliar e do carnaubal;
- 2) extinção de áreas de mariscagem, pesca e captura de caranguejos;
- 3) expulsão de marisqueiros/as; pescadores/as e de catadores/as de caranguejo de suas áreas de trabalho.
- 4) pressão para compras de terra;
- 5) desconhecimento exato de números de fazendas de camarão;
- 6) inexistência de manejo;
- 7) biodiversidade ameaçada.

Diante deste processo de degradação do meio ambiente, se faz necessário conhecer quais são as principais instituições federais que estão mais imbricadas à produção de camarão e ao ecossistema de manguezal no Brasil: o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; o Ministério do Meio Ambiente MMA; o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis e de Meio Ambiente – IBAMA; a Conferência Nacional de Agricultura e Pesca; o Conselho Nacional de Agricultura e pesca – CONAPE; A Secretaria Nacional de Pesca – SEAPE e Ministério Público Federal (RELATÓRIO LOBOMAR, 2007, p. 62).

No Rio Grande do Norte, destaca-se no âmbito da política ambiental o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONEMA; a Secretaria de estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH; Secretaria de Estado da Agricultura, da pecuária e da Pesca – SAPE; O Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN – IDEMA.

O IDEMA é o órgão no estado do RN que cumpre funções específicas em relação ao meio ambiente, tais como: gerenciamento costeiro; licenciamento; controle e monitoramento objetivando o desenvolvimento sustentável. Criado pela Lei estadual nº 4.414, de 04 de novembro de 1974, foi transformado em fundação e integra o Sistema Estadual de Planejamento como órgão que assessora à administração pública estadual<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Cf. [www.idema.rn.gov.br](http://www.idema.rn.gov.br)

No Ceará, a estrutura institucional é quase a mesma do RN: Conselho Estadual do meio Ambiente – COEMA; Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral; Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará – SEMACE e o Conselho de Políticas de Gestão do Meio Ambiente – CONPAM (RELATÓRIO LOBOMAR, 2007, p. 70).

Assim como se observa na estrutura institucional do executivo federal, nas esferas estaduais ocorre a mesma tendência em relação ao tratamento dado as políticas socioambientais, ou seja, não há uma articulação entre os órgãos do governo que possa manter a primazia da defesa do meio ambiente face outras questões como garantir a expansão do agronegócio por exemplo.

Como analisa Moraes (1997), os órgãos ambientais não podem ser vistos como meras instâncias administrativas, mas como um canal que perpassa todas as outras políticas relacionadas à questão socioambiental, viabilizando políticas públicas em defesa do meio ambiente e da justiça ambiental. Moraes (1997, p. 24) adverte que

[...] é impossível fazer planejamento ambiental sem uma articulação intersetorial no nível de governo inicialmente, não se pode pensar o manejo de uma determinada área sem levar em conta os planos e programas setoriais incidentes sobre ela. O choque nos usos projetados obstaculiza e/ou dificulta a implantação de cada um dos programas, e, por isso, a compatibilização de ações que envolvam propósitos locais deve ser buscada a qualquer custo.

Sob a lógica da produção destrutiva do capital e as tentativas de superação de sua crise, os projetos de desenvolvimento e de expansão do capital solapam qualquer tentativa de defesa do meio ambiente pela via do Estado. Há um claro divórcio entre as metas do capital e as metas para a efetividade de uma política ambiental “sustentável” apregoada pelo Estado.

De acordo com o relatório do IBAMA (2005), do total das fazendas licenciadas pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará – SEMACE, apenas 21% do total dispunham de licença que corresponde a sua fase de implantação e encontra-se no prazo de validade. Das fazendas existentes, 84,1% impactam diretamente o mangue; 25% desmataram o carnaubal e 13,9% ocuparam áreas destinadas a agricultura de subsistência.

No ano de 2001, a ONG SOS Mangue, a partir das denúncias sobre a degradação em Áreas de Preservação Permanente – APP, realizou uma megaoperação que contou com o IBAMA para fiscalizar os novos viveiros que estavam sendo instalados e para conter o desmatamento feito por esses novos empreendimentos.

Em matéria vinculada no jornal local Tribuna do Norte<sup>57</sup> sobre esta operação, o Coordenador de Gestão Estratégica do IBAMA, Claudius Monte admitiu que a instituição realizava um trabalho incipiente na fiscalização da carcinicultura e que a partir de uma intervenção nacional que destituiu o superintendente do IBAMA da época, o IDEMA (órgão do governo do RN que fiscaliza e concede licenças ambientais) conseguiu adquirir equipamentos para o trabalho de fiscalização: “O IDEMA não tinha estrutura e o poder econômico comandava a situação”, acrescentou Claudius Monte. A reportagem ainda mostra que mesmo passado o tempo e melhorando a estrutura do IDEMA, a fiscalização é insuficiente para cobrir toda área destinada aos projetos da carcinicultura que chega hoje a mais de 11.564 ha, o que significa mais de 400 projetos.

Enquanto nas instituições estatais de fiscalização e proteção ao meio ambiente faltam recursos e pessoal técnico para esses fins, outros órgãos do governo alocam investimentos para a carcinicultura e para o agronegócio.

O BNDES, o BNB, a SEAP e o Ministério da Agricultura e os governos do Estado do RN e do Ceará apoiam e financiam a cultivo de camarão em cativeiro com a justificativa quanto ao aumento da receita do Estado na balança comercial, mas não consideram que esta atividade degrada o ecossistema de manguezal e promove a pauperização dos povos tradicionais.

No Rio Grande do Norte, o governo do Estado tem políticas diretamente voltadas para a carcinicultura, dentre elas: isenção do ICMS para os carcinicultores; recuperação e construção de estradas para o escoamento da produção, chamada de “Estrada do camarão” RN - 404; investimento na ordem de 1,7 milhões no apoio a realização de feiras e eventos do agronegócio, com destaque para a Feira Nacional do Camarão – FENACAM; construção do Centro Tecnológico da Aquicultura – CTA no município de Extremoz/RN.

---

<sup>57</sup> Fonte: Tribuna do Norte. 24/09/2006.

A FENACAM não é só uma feira para exibir o camarão em prateleiras, é um evento de negócios que abrange todo o setor aquícola, é um evento de porte internacional que abriga, além de produtores/as, pesquisadores/as, investidores/as nacionais e internacionais, laboratórios estrangeiros do setor e com representantes do Executivo Federal e Estadual, que são os seus maiores patrocinadores.

Como participante da 4ª edição<sup>58</sup> da feira, pude registrar que nenhum debate que envolvia seus dois eventos científicos: IV Simpósio Internacional sobre a Indústria do Camarão Cultivado e o I Simpósio Internacional de Aquicultura enfatizou a discussão da questão socioambiental que circunda a produção de camarão em cativeiro, em nenhum momento se ouviu falar em desmatamento do ecossistema de manguezal no mundo em decorrência desta atividade ou das populações tradicionais que vivem nas franjas dos mangues e sobrevivem dele. A feira como marco da produção de camarão voltada para exportação é, em sua síntese, um negócio, é onde se fecha negócios, é onde se planeja o gerenciamento da produção para o futuro.

As populações que vivem do extrativismo marinho se encontram diante de uma luta desigual, num duelo diário contra o poder do capital que se alia com o Estado para garantir sua reprodução. Para Mészáros (2002), o capital é orientado e movido pela expansão e acumulação e seu sistema metabólico se mantém pela extração de trabalho excedente e a reapropriação e superexploração da natureza e (re) modela o uso do território, tornando-o um valor de troca especializado e submetido aos interesses econômicos.

O caráter de insustentabilidade socioambiental que acompanha o ciclo produtivo do camarão em cativeiro que tem implicações diretas na natureza e na vida social das populações tradicionais que estão perdendo progressivamente o elo fundamental com a sociabilidade e com sua relação com o meio natural: estão perdendo as possibilidades de trabalhar.

A lenta e ineficaz ação do Estado frente à degradação do meio ambiente e dilapidação da cultura dos povos tradicionais aliada ao desenvolvimento e proliferação da carcinicultura que ao garantir seus lucros deixa um rastro de degradação deu vazão ao movimento de luta e resistência das populações

---

<sup>58</sup> A FENACAM acontece todos os anos na cidade do Natal/RN e a sua IV edição aconteceu no ano de 2007.

tradicionais e a adesão de outros movimentos sociais. Mas quem são esses povos tradicionais? Como vivem? Quantos são? É o que veremos a seguir.

### 2.3 POPULAÇÕES TRADICIONAIS: POVOS DA TERRA E DO MAR

“(...) Amo a terra de um velho amor consagrado.  
Através de gerações de avós rústicos, encartados  
nas minas e na terra latifundiária, sesmeiros.  
A gleba está dentro de mim. Eu sou a terra.  
Em mim a planta renasce e floresce, sementeia e  
sobrevive.  
Sou a espiga e o grão fecundo que retorna à terra.  
Minha pena é enxada do plantador, é o arado que  
vai sulcando.  
Para a colheita das gerações.  
Eu sou o velho paiol e a velha tulha roceira.  
Eu sou a terra milenária, eu venho de milênios  
Eu sou a mulher mais antiga do mundo, plantada  
e fecundada no ventre escuro da terra”  
(Cora Coralina)

Para o entendimento das condições de vida, de trabalho e de como se efetivam as formas de resistência das populações tradicionais frente às determinações objetivas causadas pela carcinicultura no meio ambiente é necessário definir a noção de população tradicional.

O ponto de partida para apreender as práticas sociais, culturais, saberes e as formas de utilização do meio natural pelas populações tradicionais é a natureza no seu todo, ou seja, a biodiversidade. Biodiversidade entendida aqui a partir da definição da Convenção sobre a Diversidade Biológica<sup>59</sup> que consiste na

variabilidade entre os seres vivos de toda as origens, inter-alia, a terrestre, a marinha e outros sistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte: isso inclui a diversidade no interior das espécies, entre as espécies e entre espécies e ecossistemas (Art. 2).

O conceito ampliado de biodiversidade contempla a diversidade biótica, social e cultural. Para Diegues (1999, p. 01), “as espécies são objetos de

---

<sup>59</sup> A Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB é resultado da Conferencia das Nações Unidas para o Meio Ambiente e desenvolvimento realizada no estado do Rio de Janeiro em 1992. O Brasil foi o primeiro país a assinar a convenção ratificada hoje por 188 nações. É considerado o mais importante acordo internacional sobre a diversidade biológica. CF: [www.cdb.gov.br](http://www.cdb.gov.br). Acesso em: 05/04/2007.

conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos, rituais das sociedades tradicionais e, finalmente mercadorias nas sociedades modernas”.

Podemos dizer que o Brasil é um país que concentra o maior estoque de biodiversidade do planeta, são plantas, micro-organismos, anfíbios, répteis que sequer foram catalogados, ou seja, ainda são desconhecidos. Das espécies catalogadas, o Brasil possui cerca de 55.000 espécies de plantas com sementes; 502 espécies de mamíferos; 1.677 aves; 600 anfíbios e 2.657 espécies de peixes (SANTILLI, 2005, p. 104).

A investida do capital na conquista e expansão de territórios para mercantilização da natureza vem dilapidando de forma intensa a biodiversidade nos países periféricos e em desenvolvimento, no caso do Brasil, por exemplo. A exploração da biodiversidade e as constantes perdas deste patrimônio natural são verificadas permanentemente pela destruição dos ecossistemas por diversos fatores, dentre eles, a carcinicultura, mas, também, podemos associá-la com a questão da biopirataria.

Para Shiva (2001), as duas causas principais que estão atreladas a perda da biodiversidade são a destruição dos habitats devido aos megaprojetos de desenvolvimento como a construção de hidroelétricas, barragens, rodovias etc.; e outro fator está relacionado com a pressão tecnológica e econômica que impõe a homogeneidade das espécies na agricultura e silvicultura. Ainda de acordo com Shiva (2001, p. 92),

a crise da biodiversidade, entretanto, não é apenas uma crise do desaparecimento de espécies, que servem de matéria-prima e têm o potencial de gerar incessantemente dólares para os empreendimentos empresariais. Ela é, mais fundamentalmente, uma crise que ameaça os sistemas de sustentação da vida e os meios de subsistência de milhões de pessoas do terceiro Mundo.

A exploração da biodiversidade remonta ao período da colonização portuguesa em que a pilhagem constante da natureza garantia a sustentação econômica das metrópoles europeias. No entanto, na conjuntura sócio-histórica atual o “saque” aos recursos naturais assume uma nova configuração e imprime o

caráter da produção destrutiva do capital, passando do limite de exploração que o meio ambiente consegue suportar<sup>60</sup>.

A urgente necessidade de preservação da biodiversidade em face de sua degradação contínua colocou em cena a questão da conservação das áreas degradadas e o protagonismo das populações tradicionais no seu intercâmbio com a natureza.

É neste sentido que a discussão sobre a conservação da biodiversidade se coaduna com a valorização das populações tradicionais. Segundo Vianna (2008, p. 215), o debate em torno da conservação da biodiversidade aliada à diversidade cultural deve ser entendida por duas perspectivas históricas: a criação das Unidades de Conservação – UCs, sob a premissa da permanência das populações tradicionais nestas unidades; e a outra perspectiva, na qual iremos dar maior ênfase é a perspectiva que alia o discurso conservacionista ao movimento social, que atrela a questão da preservação da natureza e a questão social, como a luta pela terra.

O conservacionismo consiste numa política de preservação que surge como crítica a sociedade industrial ao incorporar a ideologia da proteção de áreas naturais que estejam “livres” da ação humana. Tal política origina-se nos Estados Unidos na metade do século XIX.

O objetivo era criar áreas de conservação ambiental que preservasse a natureza ainda “selvagem”. E desse modo, garantia espaços físicos para observação/contemplação, pesquisas etc. Esse projeto encontra ressonância nos principais países capitalistas que começam a criar parques nacionais e reservas ambientais. Em 1872, foi criado o primeiro parque nacional como reserva da vida silvestre envolto na ideologia conservacionista, o Parque Nacional de Yellowstone nos EUA. De acordo com Foladori (2001, pp. 113-114),

processos similares seguiram os principais países europeus. A onda conservacionista se expande em princípios do século XX aos países dependentes. O Chile, em 1905, inaugura a primeira reserva da Vida

---

<sup>60</sup> De acordo com o estudo do Fundo Mundial para a Natureza – WWF, divulgado em julho de 2002 por estimativas de que o ser humano ultrapassou em 20% os limites de exploração que o planeta pode suportar sem se degradar. Segundo os cálculos feitos pode-se explorar até 1,9 hectare por ser humano. O Brasil mantém a média do que é permitido. O continente Africano utiliza apenas 1,4 hectare, em compensação a Europa utiliza 5,0 hectare e os Estados Unidos registrou 9,6 hectare por pessoa. Cf: Teich, Daniel Hessel. A terra pede socorro. Veja, ano 35, nº 33, de 21 de agosto de 2002.

Natural em Malleco. Em Porto Rico, em 1909, estabelece-se o Refúgio da Fauna e da Flora Selvagens da Ilha Culebra. No Uruguai, cria-se o Parque Roosevelt, em 1916. O século XX torna ainda mais aguda as posições encontradas sobre a relação entre o mundo industrial moderno e a natureza.

Nos Estados Unidos, esse modelo voltado para a criação dos parques nacionais funcionava de acordo com o objetivo para que fora criado, no entanto, nos países periféricos e em desenvolvimento localizados nos trópicos, a importação deste modelo conservacionista se deparava os conflitos sociais que emanavam da luta pela posse da terra. Diferente da realidade dos EUA, as florestas tropicais nos países periféricos abrigam até hoje populações tradicionais que habitam secularmente essas áreas (DIEGUES, 2004). A implantação desse modelo americano conservacionista significou, entre outros aspectos, a expulsão das populações tradicionais de seus habitats, pois o ideário conservacionista postulava que o ser humano era necessariamente destruidor da natureza (DIEGUES, 2004, p. 11).

Ao criarem esse arquétipo de “vida selvagem”, de uma natureza livre da intervenção “destruidora” do ser humano, criou-se o “mito da natureza intocada” e o “mito do paraíso perdido” (*idem*). No entanto, podemos afirmar que não existe uma “natureza intocada” ou “pura”; mesmo diante de tal afirmação, esses “mitos” ressurgem no debate da preservação da natureza. Diegues (2004, p. 14) analisa que:

Esse neomito, no entanto, foi transposto dos estados Unidos para países do Terceiro Mundo, como o Brasil, onde a situação é ecológica, social e culturalmente distinta. Nesses países, mesmo nas florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações indígenas, ribeirinhas extrativistas, de pescadores artesanais, portadores de uma outra cultura, de seus mitos próprios e de relações com o mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais. Ora, a legislação brasileira que cria os parques e reservas prevê, como nos Estados Unidos, a transferência dos moradores dessas áreas, causando uma série de problemas de caráter ético, social, econômico, político e cultural.

No Brasil, as unidades de conservação começam a ser criadas nas décadas de 1930 e 1940 “coincidentalmente” quando a industrialização do país se acelera (VIANNA, 2008). Atrelada, também, ao conservacionismo americano, os

parques nacionais brasileiros foram criados para os mesmos fins: áreas para recreação, contemplação e pesquisas científicas. Em 1937, sob esses pilares foi criado o primeiro parque nacional, o Parque Nacional de Itatiaia, e em 1937, o Parque Nacional de Iguaçu e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (*idem*).

Em 1992, o presidente da República à época, Fernando Collor de Melo encaminhou para o Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9985/2000, conhecido como Lei do Snuc, aprovado pelo CONAMA, que institui o sistema nacional de conservação que tinha um viés preservacionista. Vale ressaltar que o projeto de Lei passou oito anos tramitando no Congresso e foi aprovado somente no ano 2000, com vetos do então presidente Fernando Henrique Cardoso (SANTILLI, 2005, p. 111).

É relevante destacar que a existência de uma lei nacional com o objetivo de criar as unidades de conservação para proteção do meio ambiente não significou acesso ao direito e justiça ambiental para as populações tradicionais. O caráter conservador do projeto de lei em tela com explícita influência do ideário conservacionista americano não contemplava os povos tradicionais que habitavam tais espaços. Santilli (2005, p. 115) argumenta que,

[...] no processo corrente de criação de unidades de conservação, incorre-se, via de regra, em um equívoco fundamental: as unidades de conservação são concebidas e criadas a partir de uma decisão unilateral, de cima para baixo, como se fossem entidades isoladas, alheias e acima da dinâmica socioeconômica local e regional. A visão conservacionista, a rigor, é incapaz de enxergar uma unidade de conservação como um fator de desenvolvimento local e regional, de situar a criação e gestão dessas áreas dentro de um processo mais amplo de promoção social e econômica das comunidades envolvidas.

Ao mencionarmos “unidades de conservação”, estamos nos referindo aos territórios ricos em diversidade biológica e cultural, em biomas repletos de recursos naturais e de matéria-prima para a produção capitalista. O patrimônio natural e coletivo do Brasil, desde a sua descoberta até hoje é uma “mina de ouro” para o capital<sup>61</sup>.

---

<sup>61</sup> Segundo Santilli (2005, pp. 105-106), “estima-se que o mercado mundial de produtos biotecnológicos gere entre 470 bilhões e 780 bilhões de dólares por ano. O setor da agroindústria, por exemplo, que se beneficia diretamente do patrimônio genético, responde por cerca de 40% do produto interno bruto (PIB) brasileiro, respondendo o setor florestal 4% do PIB e o pesqueiro por 1%.

Os instrumentos jurídico-políticos numa sociedade de classe atendem, prioritariamente, aos interesses dominantes, sendo comumente utilizados para eliminar qualquer impeditivo para o desenvolvimento do capital, mesmo que isto signifique a pauperização e desterritorialização dos povos tradicionais. No entanto, na sua condição de complexo social, o direito possui eliminável contradição, em determinadas conjuntura pode atender os interesses do trabalho (SANTOS, 2008).

O caráter “preservacionista” conservador presente na política ambiental brasileira contribui para encrudescer os conflitos sociais na luta pelo território e no acesso aos recursos naturais por parte das populações tradicionais.

Na criação de unidades de conservação que não incluíam as populações tradicionais, o governo federal tendeu historicamente a privilegiar o modelo de desenvolvimento hegemônico predatório, se posicionando na contra-mão do reconhecimento dos direitos constitucionais, sobretudo, direitos sociais. De acordo com Diegues (2001, pp. 108-109),

um exemplo disso é o que ocorreu com as populações negras antigas do Rio Trombetas, no Pará. Remanescentes de antigos quilombos, com direitos garantidos pela constituição, essas populações que utilizavam espaços e recursos de forma comunitária foram expulsas de suas terras ou tiveram suas atividades tradicionais duramente restringidas. Em suas terras se implantaram mineradoras (Alcoa), a hidrelétrica de Trombetas e a Floresta nacional de Saracá-Taquara. [...] Um número grande dos modos tradicionais de vida, com seus sistemas correspondentes de apropriação comum dos recursos, foi irremediavelmente desorganizado pelas agressões provenientes da especulação imobiliária e pela expulsão dos ‘comunitários’ das áreas naturais protegidas.

Vale salientar que, além das áreas denominadas de “unidades de conservação”, a legislação brasileira, em especial a constituição, prevê outros espaços naturais que requerem a proteção do Estado e faz parte da Política Nacional de Meio Ambiente a criação de outros espaços territoriais protegidos. A exemplo das áreas de preservação permanente – APPs; Reserva Legal; biomas constitucionalmente protegidos, como a Floresta Amazônica; a Mata Atlântica; Pantanal Mato-Grossense; Zona Costeira etc. (SANTILLI, 2005, p. 109)

De acordo com a “Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros do Ministério do Meio Ambiente” (BRASIL,

2002), atualmente existem algumas áreas prioritárias para conservação no Brasil. No Nordeste, foram identificadas 47 áreas para conservação da biodiversidade na Zona Costeira e marinha<sup>62</sup>. Considerando o lócus da nossa investigação, destacaremos as áreas que são prioridades no Estado do Rio Grande do Norte e do Ceará.

#### No Rio Grande do Norte (Zona Costeira):

- Touros à Extremoz;
- Nízia Floresta;
- Barra de Cunhaú;
- Baía da Traição;
- São Bento do Norte;
- Complexo Estuário de Areia Branca;
- Complexo Estuário de Macau;
- Complexo Estuário de Galinhos-Guamaré;
- Touros .

#### No Ceará (Zona Costeira):

- Rio Coreaú;
- Jijoca- Jericoacoara
- Rio Acaraú;
- Costa do Município de Itarema;
- Rio Mundaú ao Rio Cauípe;
- Estuários da Região Metropolitana de Fortaleza;
- Jaguaribe;

Diferente da perspectiva conservacionista, a questão das populações tradicionais é analisada sob a perspectiva histórica que ressalta o protagonismo dos movimentos sociais rurais e o surgimento do socioambientalismo brasileiro. É no

---

<sup>62</sup> “Os ecossistemas costeiros, devido à sua fragilidade e à necessidade de conservação, estão resguardados pela Constituição Brasileira (art. 225, parágrafo 4º), que se refere à Zona Costeira, entre outros ambientes, como patrimônio nacional. Estão também amparados pelo Código Florestal Brasileiro, uma das primeiras legislações a proteger também os ecossistemas costeiros, como a vegetação de restinga associados a manguezais e dunas, classificadas como áreas de preservação permanente. O Plano de Gerenciamento Costeiro (Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988) estabeleceu pela primeira vez a definição de praia, classificada como bem de uso comum do povo, com grandes restrições à ocupação com edificações de caráter permanente, e à atividade minerária, por exemplo” Cf: Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Brasília: MMA/SBF, 2002.

início da década de 1970 que surge um movimento ambientalista de cunho combativo, social e crítico do modelo de desenvolvimento hegemônico no Brasil (DIEGUES, 2004).

O Brasil, nesta conjuntura no final da década de 1970, vivenciava um aumento significativo na economia devido ao “milagre econômico”. As indústrias nacionais não paravam de crescer; o governo brasileiro oferecia subsídios para atrair o capital estrangeiro. Com a chegada da Revolução Verde no campo, houve uma verdadeira transformação no cenário agroindustrial, no entanto, crescia com a mesma velocidade a degradação do meio ambiente em face da industrialização desenfreada.

Os efeitos desse processo de desenvolvimento predatório derivaram inúmeros protestos e manifestações em defesa do meio ambiente, mesmo sob o autoritarismo e a violação dos direitos do regime militar, como por exemplo, o “Manifesto Ecológico Brasileiro” que teve a frente o ecologista José Luztemberger que representava dez entidades ecológicas (DIEGUES, 2004, p. 127).

O movimento socioambientalista surge nos anos de 1980 e sua característica principal é unificar as questões ambientais e as expressões da questão social (DIEGUES, 2004; SANTILLI, 2005; VIANNA, 2008). É neste contexto que surge a preocupação com as populações tradicionais que estavam cada vez mais ameaçadas pelos projetos de desenvolvimento em curso no país.

Na luta pela terra e em defesa dos seus territórios, essas populações passam, então, a aliar a defesa do meio ambiente com as lutas sociais históricas que as envolvem. A agenda de luta dos movimentos sociais rurais passam a incorporar uma agenda, também, ambientalista. Segundo Diegues (2004, p. 130),

a grande destruição da floresta amazônica, seja pela destruição de seringais, seja pela construção de barragens, deu origem ao que foi denominado anteriormente de *ecologismo social*, que luta por manter acesso aos recursos naturais de seus territórios, valoriza o extrativismo, os sistemas de produção baseados em tecnologias alternativas. Ele é representado pelo Conselho nacional de Seringueiros, pelo Movimento dos atingidos pelas barragens, pelo Movimento dos Pescadores Artesanais, pelos Movimentos Indígenas etc. [...] Para esses movimentos, de conotação social e ambientalista, há necessidade de repensar a função dos parques nacionais e reservas, incluindo seus moradores tradicionais.

Desta forma, podemos dizer que o socioambientalismo contribuiu no fortalecimento das lutas históricas das populações tradicionais que passaram a reivindicar, além do direito ao uso dos recursos naturais à preservação de toda a floresta amazônica, de toda a biodiversidade. Isto representava na verdade, a luta pela própria sobrevivência. Uma das experiências notadamente significativa foi sem dúvidas o movimento dos seringueiros.

A partir do socioambientalismo e do cotidiano de organização política dos/as seringueiros/as que lutavam pelo direito ao território e ao trabalho, surge uma liderança que vai marcar a fundação das reservas extrativistas no Brasil e imprime o ideário do socioambientalismo na prática cotidiana. Tratava-se do líder seringueiro e militante sindicalista, Chico Mendes, que inaugura essa forma de pensar e atuar no movimento social rural, aliando a questão ambiental com a questão social, dando visibilidade internacional aos problemas estruturais das populações tradicionais.

Chico Mendes e outros líderes do movimento pela terra no Acre denominaram a sua forma de resistência frente aos desmatamentos das florestas de “empate”<sup>63</sup>. No dialeto de alguns povos deste imenso território chamado Brasil, “empatar” significa impedir. Foi e ainda é através do “empate” em muitas áreas de conflito que os povos tradicionais desse país vêm resistindo à dilapidação dos biomas e do patrimônio coletivo que é a natureza.

É sabido que a maioria dos povos, de grupos e/ou movimentos (ribeirinhos, tribos indígenas, sem-terra) quando lutam pela preservação da natureza fazem de início, uma defesa imediata de uma fonte de sustento. As práticas de preservação ambiental acontecem, na maioria das vezes, quando ocorre a luta pela sobrevivência. Nestas ações, não se emprega o lema do desenvolvimento sustentável: “preservar para as gerações futuras”, mas o lema diário e necessário da sobrevivência mais imediata: trabalho e segurança alimentar hoje. Para Scherer-Warren (1993, p. 102),

---

<sup>63</sup> Chico Mendes assim descreveu a tática do movimento – “é uma forma de luta que nós encontramos para impedir o desmatamento. É uma forma pacífica de resistência. No empate a comunidade se organiza, sob a liderança do sindicato, e, em mutirão, se dirige à área que será desmatada pelos pecuaristas. A gente se coloca diante dos peões e jagunços, com nossas famílias, mulheres, crianças e velhos, e pedimos para eles não desmatarem e se retirarem do local. Eles, como trabalhadores, estão também com o futuro ameaçado. E esse discurso, emocionado, sempre gera resultado. Até porque quem desmata é o peão simples, indeciso e inconsciente”. CF: Chico Mendes: Crime e Castigo, de Zuenir Ventura.

é neste contexto histórico que surgirão condições de articulação entre as lutas camponesas, indígenas ou extrativistas e lutas pela preservação do meio ambiente. Entre as populações rurais, quando a luta pela sobrevivência se expressa na luta contra a expropriação do próprio habitat, da terra e outros meios de produção; contra a ameaça à identidade cultural e comunitária, esta luta vem acompanhada da necessidade de preservação do meio ambiente, e surge a possibilidade histórica de ecologização de seus movimentos.

Seguramente, a denominação e/ou caracterização das chamadas populações tradicionais emerge e está imbricada na relação sociedade-natureza com intensa inspiração no modo de vida dos seus ancestrais, porém, a vida cotidiana destes segmentos não está isenta do contexto sócio-histórico, ao contrário, por um conjunto de mediações, as determinações do sistema econômico vigente é definidor das formas de intercâmbio e das condições de possibilidades efetivas quanto ao tipo de desenvolvimento entre indivíduo-natureza.

Isto não significa negar a força da resistência e da luta dos povos que no seu modo de viver preservam a tradição, mas reconhecer a objetividade de atuação do capital, que avança em direção de todos os espaços que possam resultar em lucro e mercantilização.

Segundo Diegues (1999), apesar das ambiguidades que derivam da confusão linguística em definir populações tradicionais há características consensuais que a designam como “tradicionais”, a exemplo do caráter de dependência que mantêm com os ecossistemas e o manejo utilizado ao se apropriar dos recursos naturais. Assim, as características principais de uma população/comunidade tradicional referem-se à dependência dessas com os recursos naturais; o sistema de manejo e os saberes que desenvolvem sobre os ciclos naturais.

Tais populações são classificadas como indígenas e não indígenas (caiçaras, caipiras; babaçueiros; jangadeiros; pantaneiros; pastoreio; praieiros; quilombolas; caboclos/ribeirinhos amazônicos, ribeirinhos não amazônicos, varjeiros, sitiantes, pescadores; açorianos, sertanejos, vaqueiros) e são caracterizadas, segundo Diegues (1999, p. 21), por:

- a) dependência frequente dada pela relação de simbiose com a natureza;

- b) reconhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos;
- c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) pela moradia e ocupação desse território por várias gerações;
- e) pela importância das atividades de subsistência;
- f) pela reduzida acumulação de capital;
- g) pela importância das simbologias, mitos e rituais desenvolvidos em suas atividades extrativistas;
- h) pela auto-identificação de se pertencer a uma cultura distintas das outras.

As populações tradicionais estão espalhadas por todos os biomas brasileiro; somente os povos indígenas e quilombolas têm seus territórios assegurados pela constituição de 1988. O alijamento dos povos tradicionais de seus territórios em face de inúmeros processos históricos que incluem a industrialização, a modernização da agricultura pela Revolução Verde; do alargamento das fronteiras agrícolas na Amazônia e das atividades destrutivas que causam a migração das comunidades rurais para as cidades e reduzem o número das populações tradicionais.

Segundo dados apresentados pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, citado no texto da CNPCT<sup>64</sup>, pode-se afirmar que cerca de ¼ do Território Nacional Brasileiro é ocupado por povos e comunidades tradicionais, sendo aproximadamente 4, 5 milhões de pessoas.

---

<sup>64</sup> Texto apresentado na Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT ligado ao MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) em 30 de Agosto a 01 de setembro de 2006. Brasília-DF.

**Tabela 5 – Povo ou comunidade tradicional**

<b>Povo ou comunidade tradicional</b>	<b>Área habitada (ha)</b>	<b>Nº de pessoas</b>
Povos indígenas (220 etnias)	110 milhões	734.127
Quilombolas	30 milhões	2.000.000
Seringueiros/as	3 milhões	36.850
Seringueiros e castanheiros/as	17 milhões	163.000
Quebradeiras de coco-de-babaçu	18 milhões	400.000
Atingidos por barragens – incluindo parte dos pescadores e ribeirinhos	-----	1.000.00
Fundos de pastos	-----	140.000
<b>Totais</b>	<b>176 milhões</b>	<b>4,5 milhões</b>

Fonte: CNPCT (2006)

Desse modo, adotaremos a noção de população tradicional a partir de uma perspectiva sócio-histórica e de totalidade, identificado em tais “populações” a preservação de uma prática específica de intercâmbio com a natureza em que a principal finalidade é a subsistência. Nessa perspectiva, a produção que valoriza em primeiro plano o valor de uso dos produtos, evidenciando, assim, a relação que desenvolvia com o meio biótico.

Na perspectiva da totalidade, as populações tradicionais são trabalhadores/as que no uso e no manejo dos recursos naturais resguardam particularidades desenvolvidas no âmbito de cada grupo coletivo e utilizam saberes tradicionais como ferramenta de trabalho.

Faz-se mister compreender que o modo de vida dessas populações, principalmente, no que se refere ao intercâmbio com o meio biótico não pode redundar em uma análise simplificadora das práticas ecológicas, sociais e culturais que vivenciam.

O processo de interação desses grupos com o meio ambiente é complexo e preme de um conjunto de determinações que, embora fundado na perspectiva objetiva da organização do modo de produzir a vida, tem, também, na cultura, por

meio da expressão e socialização dos valores; das manifestações artísticas; das práticas de reprodução e ensinamento às novas gerações, o modo de constituir seu território e sua concepção de mundo.

Os povos tradicionais tecem na relação com o trabalho e em suas realizações culturais uma forte identidade como grupo social com o seu território. Nas suas idiossincrasias criam territorialidades e formas inventivas para o uso e conservação da natureza.

Mas esse intercâmbio tradicional com o meio ambiente representa construtos socioculturais e, que, portanto, estão submetidos às pressões econômicas e sociais exercidas pelo atual padrão de produção e de consumo que incide diretamente nos territórios das populações tradicionais. Diegues (1999, p. 25) afirma que “os povos submetidos às pressões de expansão capitalista sofrem mudanças radicais, induzidas por forças externas, mas sempre orquestradas de modo nativo”.

Assim, podemos afirmar que as práticas econômicas, sociais, culturais e ecológicas pertencentes às populações tradicionais não são míticas e nem se enquadram na área de romantismo engendrada pelas correntes ambientalistas pós-modernas e conservacionistas, mas que foram tecidas ao longo do processo histórico, forjadas na luta pela sobrevivência, no reconhecimento de que a natureza é um bem coletivo e não uma mercadoria a ser privatizada.

É imperativo saber que no seio dessas populações tradicionais está resguardada a sua condição de classe trabalhadora: o pescador, a marisqueira, o vaqueiro, os babaqueiros, os canoeiros, possuem condição de classe que deve ser explicitada e não secundarizada ou ocultada. Trabalhadores/as tradicionais que constroem territorialidades distintas e a partir da sua relação com o meio ambiente se tornam parte fundamental na luta pela preservação da biodiversidade.

No final da década de 1980, ganhou visibilidade o debate quanto à existência no Brasil de grupos populacionais, que a despeito dos grupos indígenas e quilombolas precisavam ser reconhecidos enquanto possuidores de direitos ao território, uso e manejo dos recursos naturais e preservação de suas culturas milenares.

Isto aconteceu no contexto político em que os movimentos sociais e ecológicos começaram a se fortalecer como resistência às formas predatórias na relação com a natureza, engendrado, sobretudo, pelo que Mészáros (2002) denominou de “processo de produção destrutiva”. De acordo com Diegues (2001, p. 100),

a reação à ameaça representada por esses grandes interesses econômicos somente foi possível, também, por uma ampliação do espaço da sociedade civil organizada em amplos movimentos sociais, em sindicatos rurais e associações locais”. [...] A experiência brasileira tem demonstrado que ‘ações coletivas’ em nível local dificilmente tem tido êxito a longo prazo se não estiverem amparadas por movimentos sociais caracterizados por uma abrangência regional ou nacional, por uma ideologia de mudança social e pela criação de organizações representativas portadoras de simbologias transformadoras.

A década de 1990 colocou na ordem do dia a questão das populações tradicionais, reconhecendo esses povos como detentores de saberes autóctones, explicitando suas lutas e reivindicações.

É neste período que tratados e acordos internacionais são ratificados por centenas de países no âmbito da ECO-92<sup>65</sup>, dentre os principais documentos destaca-se a “Declaração do Rio de Janeiro”, também conhecida como “Carta da Terra”, a Agenda 21 e a Convenção sobre a Diversidade Biológica. Esses documentos reconheceram a importância das populações tradicionais no uso dos recursos naturais e recomendam a sua distribuição equitativa com países e populações.

A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB é vista como um dos principais resultados da Rio-92 e é, entendida como marco legal e político sobre as discussões relacionadas a biodiversidade em todo o mundo. O objetivo central dessa convenção é orientar para a gestão do uso dos recursos naturais, como está previsto no “Regime Internacional sobre Acessos aos Recursos Genéticos e Repartição dos Benefícios” resultantes desse acesso<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> Também conhecida como Rio-92, trata-se na verdade da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1992 e contou com a representação de 114 chefes de Estado; 170 delegações oficiais; representantes do FMI e banco Mundial e mais de 3000 ONGs.

<sup>66</sup> Cf: [www.cdb.gov.br](http://www.cdb.gov.br)

Entretanto, é necessário ressaltar que no bojo dessa proposta pretensamente formulada pelos representantes dos países centrais liderados pelos EUA, estava à proposta de “internacionalização da biodiversidade, ou seja, torná-la patrimônio comum da humanidade, o que significaria, entre outras coisas, o fim da soberania nacional dos recursos da biodiversidade<sup>67</sup>.

Esta tentativa de “internacionalização” da biodiversidade no mundo é uma tendência que ganha força no rol de estratégias de reestruturação e expansão do capital que busca novos espaços a serem saqueado e explorados para fins de acumulação, assim como aconteceu no Brasil há 500 anos atrás (SHIVA, 2001).

Outro importante acontecimento fruto da luta dos movimentos sociais e das populações tradicionais foi a criação do Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPCT<sup>68</sup>. Entre os seus principais programas estão: organização e apoio as populações tradicionais; criação de Reservas Extrativistas – Resex; apoio aos seringueiros da Amazônia; Coordenação do Programa de Crédito para Extrativistas – Prodex.

Há uma prerrogativa importante no debate acerca dos/as trabalhadores/as tradicionais e na sua exposição nos últimos anos: a luta pelo seu território. Os pescadores, os/as catadores/as de caranguejo, as marisqueiras, canoeiros etc, a partir da organização em torno da luta pelo território, estrategicamente passaram a dar visibilidade as suas tradições, ao manejo e ao uso tradicional dos recursos naturais, crenças e mitos como forma de pressão para garantir direitos constitucionais e fomento de políticas socioambientais que os contemple como parte indispensável e necessária ao ecossistema.

Diegues (2001, p.121) afirma que “a contínua redução desses espaços comunitários, de uso comum e regulamentado socialmente pelas incursões de

---

<sup>67</sup> “O Brasil, desde o princípio, advogou a tese de que o acesso aos recursos biológicos deve ser definido com base em acordo mútuo, e não permitido livremente, como o queriam alguns países, sobretudo industrializados. Também, obtivemos êxito em fazer prevalecer o conceito de que os recursos biológicos pertencem aos países, e não constituem uma ‘herança’ ou ‘patrimônio comum’ da humanidade” (CNUMD, Relatório da Delegação Brasileira, 1992).

<sup>68</sup> “O Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT, foi criado através da Portaria IBAMA N° 22, de 10/02/92, tendo como finalidade promover elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas Populações Tradicionais através de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através dos Órgãos Governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de Organizações não Governamentais” (Cf: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)).

grupos econômicos poderosos, resultou, em alguns casos, no reforço e também, na reorganização desses sistemas”.

São trabalhadores das florestas, do mar e da terra que no seu cotidiano realizam formas de produção que não visam objetivamente como fim da produção o lucro, mas a subsistência. É importante salientar que o manejo de baixo impacto que essas populações utilizam não significa necessariamente uma prática ambiental consciente e uma forma homogênea de se relacionar com o meio natural.

O intercâmbio com a natureza se dá por diversas formas, que passam pelo conhecimento utilizado no manejo dos recursos naturais, variando conforme cada grupo populacional, como da própria disponibilidade de recursos naturais presentes em cada território a ser explorado. Mas, o que torna as populações tradicionais imprescindíveis para a preservação do meio ambiente são os saberes herdados de geração em geração que na sua interação com a natureza maximizam o respeito aos seus ciclos produtivos sem desperdiçar os recursos naturais, fonte de trabalho e de sustento.

As contradições imanentes da sociabilidade capitalista atingem, também, as populações tradicionais. O caráter destrutivo da produção do capital na contemporaneidade acarreta mudanças no modo de vida dessas populações que mantêm as suas tradições, as suas bandeiras históricas de luta, no entanto, cada vez mais vai incorporando uma racionalidade capitalista, um ethos perverso, individualista e predador da natureza.

São inúmeros casos presentes na realidade, em que há envolvimento com algumas tribos indígenas que extraem madeira de forma ilegal de reservas florestais e vendem para madeireiras estrangeiras; de pescadores que pescam lagostas na época do defeso<sup>69</sup> ou de catadores de caranguejos que capturam as espécies ainda na fase de reprodução, ação que resulta no desaparecimento da espécie.

Todos os fatos mencionados anteriormente, como o surgimento do socioambientalismo, o protagonismo do movimento dos seringueiros; o acirramento

---

<sup>69</sup> Defeso é uma paralisação obrigatória vigente na atividade pesqueira determinada pela legislação vigente do IBAMA, cujo objetivo é a preservação da natureza e a proteção de áreas de grande afluência de desova das espécies marinhas (peixes, lagostas, caranguejo). O defeso é pois uma medida preventiva para garantir a reprodução das espécies.

das desigualdades sociais em decorrência da produção destrutiva do capital que ameaça a sobrevivência das populações tradicionais contribuiu para dar maior visibilidade a estes grupos populacionais. a partir do ano 2000.

Para Vianna (2008, p. 250), essa visibilidade foi sendo impressa a partir do ano 2000 em vários documentos oficiais, diplomas legais, legislações específicas que contemplam as populações tradicionais, com destaque para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNDS/PCT, criado a partir do Decreto Presidencial nº 6.040.

Sob a pressão dos movimentos socioambientais, o Estado atende algumas de suas reivindicações. Em fevereiro de 2007 o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva assinou o decreto nº 6.040 que reconhece formalmente a existência das chamadas populações tradicionais no Brasil e estendeu tal reconhecimento para outros grupos tradicionais.

A Constituição de 1988 restringia populações tradicionais aos povos indígenas e quilombolas. O decreto institui, ainda, O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e decreta que todas as políticas públicas beneficiarão o conjunto de tais populações. Em seus princípios preconiza-se,

o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desprezar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos

O objetivo principal desta política inscrita no seu artigo 2º é a promoção do desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que reconhece e promove a garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais.

Porém, é imperativo reconhecer que a existência de políticas sociais e de uma legislação específica que contemple os direitos destas populações não garante a efetividade de tais direitos, pois é sabido que no jogo para a manutenção do modelo de desenvolvimento hegemônico, o Estado tem aprimorado suas estratégias

históricas na afirmação dos interesses imperativos do capital, criando, assim, condições favoráveis a sua reprodução e expansão, mesmo que apresente pela força da lei e de decretos, políticas voltadas para as classes subalternas.

Neste sentido, é imperativa a organização da luta e formas de resistência a esse processo de produção destrutiva do capital que transforma de forma intensa a natureza em mercadoria. As lutas não nascem prontas e politicamente orgânicas. Construí-las é tarefa árdua, sobretudo, se o objetivo for a formação de sujeitos políticos dotados de uma “consciência crítica e coletiva” tão imprescindíveis em tempo de bababárie.



Pintura: As marisqueiras – Ubi Maya. Fonte: Pinterest.

"Sempre estivemos dispostas a tudo. Mas agora, mais do que nunca, querem nos humilhar porque somos negros, porque somos pobres. Mas, ninguém escolhe a raça à qual pertence, tampouco não ter o que comer, ou ficar doente. Contudo, eu estou orgulhosa da minha raça e de ser *conchera*, porque é exatamente a minha raça que me fornece a força para lutar, para defender o que meus pais foram e pelo que meus filhos haverão de herdar; orgulhosa de ser *conchera* porque nunca roubei nada, nem nunca tirei o pão da boca de ninguém para saciar minha fome; porque jamais me arrastei diante de ninguém por dinheiro; e porque tenho vivido de cabeça e erguida. Agora, estamos defendendo algo que é nosso, nosso ecossistema; porque não somos ecologistas de profissão, mas somente gente que precisa continuar viva; porque se o manguezal desaparece, desaparece todo um povo [...] O que eu sei é que aqui morrerei defendendo o meu manguezal; mesmo que eu seja abatida, o meu mangue seguirá em pé e meus filhos estarão comigo; eu lutarei para oferecer-lhes uma vida melhor do que aquela que tenho desfrutado [...]."

(Depoimento de uma mulher, afrodescendente e *Conchera* da Província de Esmeralda no Equador. Cf: Alier, p. 125: 2007).

### 3 A RESISTÊNCIA QUE VEM DO MAR

A transformação dos espaços acontece mediante as mudanças societárias. Foi assim no início da civilização, quando surgiram às primeiras cidades junto ao Eufrates há 5.000 a.C.; nas fundações das cidades-Estados e na expansão comercial que impulsionou, ainda, na antiguidade, o desenvolvimento das cidades.

No poema de Bertold Brecht, “Pergunta de um operário que lê”<sup>70</sup>, o caráter histórico-social da construção das cidades, bem como o papel político-social exercido pelos indivíduos das classes subalternas é questionado por Brecht ao nos indagar sobre quem de fato foram os construtores da história e de tantas cidades.

“A grande Roma está cheia de arcos do triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem triunfaram os Césares? A decantada Bizâncio tinha somente palácios para os seus habitantes?(...)”

O jovem Alexandre conquistou a Índia. Sozinho? César bateu os gauleses. Não levava sequer um cozinheiro? Felipe da Espanha chorou quando sua armada naufragou. Ninguém mais chorou? (...) Cada página uma vitória. Quem cozinhou o banquete? A cada dez anos um grande homem. Quem pagava a conta? Tantas histórias, tantas questões”.

A configuração territorial é um conjunto de elementos naturais (rio, lago, desertos) e construídos (pontes, cidades, aquedutos). A cada nova técnica, um novo invento, uma nova possibilidade de desenvolvimento do indivíduo e do próprio espaço, fato este que vai (re)configurando o território (SANTOS, 1988).

Neste capítulo, analisaremos os sujeitos que trabalham e vivem do mar, evidenciando suas reivindicações, modo de viver, de trabalhar e particularidades que os caracterizam como populações tradicionais. Assim, apresentaremos os extrativistas marinhos: jangadeiros, marisqueiras e pescadores artesanais. A análise recaí sobre a desigualdade social e suas implicações no universo dessas populações, associada as relações sociais de gênero que também premeiam e dão o tom da opressão e formas de discriminação vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras do mar. Por fim, destacaremos, também, formas de resistência que

---

<sup>70</sup> Poesia: Perguntas de um operário que lê de Bertold Brecht.

configuram iniciativas de luta frente a violação de direitos e reivindicações por políticas sociais para estes segmentos.

### 3.1 O TERRITÓRIO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: ESPAÇO DE DISPUTA ECONÔMICA, POLÍTICA E IDEOLÓGICA

“É com esta luz mesmo, difusa e dolorida, que é preciso encontrar as cores certas para poder trabalhar a primavera” (Thiago de Mello)

No nosso estudo, o conceito de território é apreendido como território vivido, como construto das relações sociais e dos processos produtivos. Cada conquista territorial, cada rua, coliseu, aquedutos, arcos, acrópoles, palácios, castelos, casas, vilas operárias, vilas de pescadores/as foram construídos um a um, tijolo por tijolo por homens e mulheres, sujeitos de um espaço vivido e de um cotidiano histórico desigual em face de uma característica central da sociedade capitalista, que se refere ao fato da riqueza ser socialmente produzida pela classe trabalhadora em toda sua heterogeneidade e diversidade e sua apropriação constituir-se na forma privada e destinada aos segmentos economicamente detentores dos meios de produção<sup>71</sup>. É desse modo que a análise do território deve ser entendida historicamente e na totalidade da vida social. A apreensão do território exige, portanto, análise crítica do movimento da luta de classes em um dado momento histórico e não pode ser entendido de uma forma polissêmica e fragmentada.

Deste modo, ainda que não seja nosso objetivo entrar no debate sobre como as diversas perspectivas teóricas analisam o território tendo em vista que este conceito é fluido, e, para não correr o risco de ecletismo, nossa análise se fundamentará sob as bases do pensamento crítico, e ao fazê-lo explicitaremos elementos que possibilitam a reflexão sobre os limites da abordagem do território

---

<sup>71</sup> “A característica principal da organização social capitalista deveria ser buscada então no fato de que a vida econômica deixou de ser um instrumento para a função vital da sociedade e se colocou no centro: se converteu em fim em si mesmo, o objetivo de toda a atividade social. A primeira consequência, e a mais importante, é a transformação da vida social em uma grande relação de troca; a sociedade em seu conjunto tomou a forma de mercado. Nas distintas funções da vida, tal situação se expressa no fato de que cada produto da época capitalista, como também todas as energias dos produtores e dos criadores, reveste a forma de mercadoria.” LUKÁCS, George. Velha e Nova Cultura. <<http://www.marxists.org/port/lukacs/1920/cultura>>. Acesso em: 12/11/2008.

desprovida da historicidade e das contradições postas na realidade, que ocorre nas análises ancoradas na perspectiva pós-moderna.

Assim, partiremos do entendimento do território na sua historicidade, como elemento, também, ontológico (dada a relação indivíduo-natureza que se processa no território vivido); na sua dimensão dialética, considerando as determinações econômicas, políticas e culturais.

Uma das críticas realizadas ao conceito de território no campo da pós-modernidade é a afirmação de que por ser este herdado da modernidade tornou-se insuficiente em razão da complexidade da sociedade no momento contemporâneo. O pensamento cartesiano contribuiu, sem dúvida, para uma visão mecanicista das coisas, da natureza e dos objetos. Para Santos (1998), o território só pode ser utilizado como instrumento de análise social a partir do seu uso. Trata-se, portanto, de sua apreensão na história real e concreta dos indivíduos e das classes sociais.

Há inúmeros conceitos e entendimentos divergentes sobre território em todo processo histórico, passando de uma compreensão de ordem “prática” até por um entendimento do senso comum. Um de seus significados refere-se ao espaço físico-natural de um Estado-Nação que exerce, num dado território, sua soberania, sob o aspecto jurídico-político. Outros remetem a uma dimensão exclusivamente cultural e simbólica construída a partir da vivência meramente subjetiva dos indivíduos no território, como se a subjetividade pudesse ser apreendida sem a devida análise das condições objetivas. Para Santos (1998, p. 15):

o território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território”.

Do nosso ponto de vista, o território é o chão do pertencimento, da constituição das raízes culturais e do simbólico, da imaterialidade, da subjetividade e também, espaço de disputas ideológicas. Mas todas estas dimensões guardam relação de determinação com a totalidade da vida social. Isto implica que o entendimento do território vai além da formação de uma dada comunidade e da convivência subjetiva e cultural de grupos de indivíduos. Santos (1998) argumenta que a partir das transformações societárias no mundo capitalista há um novo

funcionamento do território, uma nova forma de pensá-lo e uma nova configuração do espaço.

O processo de mundialização capitalista acelerou as degradações do meio ambiente, aumentou o fosso social entre os países centrais e periféricos, tornando os espaços insustentáveis. Assim, a produção destrutiva do capital tem transformados os territórios das populações tradicionais em territórios de intensos conflitos socioambientais onde se disputa a terra, a água, os rios, os mangues, as dunas entre outras frações da natureza.

O território também é caracterizado como princípio gerador de identidades, raízes, “pertencimentos” de um grupo social em relação ao seu lugar. Esta acepção traduz uma concepção sociocultural do território, em que se resgata os simbolismos e as afetividades produzidas. Assim, o território não é algo destituído de vida, mas profundamente imbricado nas relações sociais que se formam no cotidiano historicamente vivido de homens e mulheres em suas singularidades e diferenças (SILVA, 2003). De acordo com Albagli (2004, p. 26),

as noções de espaço e de território são distintas. O espaço representa um nível elevado de abstração, enquanto que o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço. O território não se reduz então à sua dimensão material ou concreta; ele é, também, “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” que se projetam no espaço. É construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta. Daí que o território seja objeto de análise sob diferentes perspectivas – geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política, bioecológica –, que o percebem, cada qual, segundo suas abordagens específicas”.

Podemos, assim, dizer que as relações de poder estabelecidas num espaço específico, levando em consideração, as técnicas fortemente atreladas aos meios de produção e reprodução social e os componentes culturais e subjetivos que fazem parte da vida humana e do cotidiano vivido, definirão o território.

Marx, em sua obra, mesmo não tratando sobre “desterritorialização”, já o fazia no seu sentido “concreto”, quando tratava da expropriação da terra pelo capital como um processo que alijava a classe trabalhadora dos meios de produção.

Desse modo, ao explicar a origem do capital, Marx (2004, pp. 15-16) enfatizou que o ponto de partida para o desenvolvimento do capital e do processo de acumulação assentava-se na expropriação dos meios de produção dos cultivadores, das massas trabalhadoras do campo que foram “desterritorializados” de suas formas tradicionais de existência. Desde a gênese do capital ao seu momento contemporâneo de crise estrutural, os mecanismos “clássicos” de acumulação são mantidos, aprimorados e reconstruídos. É o que lembra Marx e Engels no *Manifesto Comunista* (1998, p. 08) quando afirmam que “a burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção – por conseguinte, as relações de produção e, ou isso, todas as relações sociais”. Acumular pressupõe expandir, conquistar territórios, expropriar e dominar. Nas palavras de Harvey (2005, p. 43),

a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos.

Na análise desenvolvida, ainda, do *Manifesto Comunista* (1998), Marx e Engels destacaram que o desenvolvimento das forças produtivas do capital avançaria por todo orbe, dissolveria as fronteiras nacionais em prol do mercado mundial, surgindo, o que os autores citados denominaram, de intercâmbio generalizado e estreita dependência entre as nações.

Podemos, então, considerar que o processo de mundialização do capital, no momento atual é a síntese concreta da análise de Marx e Engels sobre o avanço e domínio do capital no mundo para fins de acumulação. Harvey (2004, p. 40), seguindo a mesma trilha nos lembra de que o processo de acumulação se efetiva a partir da expansão geográfica, ou seja, da conquista de novos territórios para a produção. No entanto, há um elemento definidor da empreitada capitalista na busca de novos espaços para sua expansão: o desenvolvimento geográfico desigual.

Não há processo de acumulação de capital sem desigualdade, seja ela espacial, social e econômica. Assim, temos territórios antagônicos na sua dimensão política, territórios segregados pela via da estratificação social (CASTELL, 2000) e (re)apropriado para servir aos imperativos do capital. Para Menegat (2006, p. 105), a

segregação é um meio estratégico imposto de forma violenta às classes subalternas que garantem o usufruto de bens mediante a superexploração desses contingentes segregados. Harvey (2004, p. 115) afirma que

a globalização<sup>72</sup> envolve, por exemplo, um alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares. Ela torna populações inteiras seletivamente vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais. Ela põe em risco instituições políticas e legais existentes, bem como inteiras configurações culturais e modos de vida, e o faz numa variedade de escalas espaciais. A globalização faz tudo isso ao mesmo tempo que concentra riqueza e poder e promove oportunidades político-econômicas numa poucas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de uns poucos estratos restritos da população.

A estratégia utilizada pelas classes dominantes para a superação da crise do capital se desenvolve, na contemporaneidade, a partir do que Marx e Engels assinalaram ainda no Manifesto Comunista (1998, p. 12): “mediante a destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas, pela conquista de novos mercados e exploração mais intensa de mercados antigos”. Isso se faz limitando o uso comum da natureza, do território e subordinando-os aos interesses do processo sócio metabólico do capital. O que significa alijar os/as trabalhadores/as tradicionais de suas terras e dos meios de produção, assim como foi na gênese do capital.

A intensa transformação da natureza em mercadoria no processo histórico e, sobretudo, a partir da crise do capital e suas estratégias para manutenção de sua hegemonia alterou profundamente o modo de vida da classe trabalhadora, notadamente, dos povos tradicionais que vivem do extrativismo marinho. Isto devido ao empresariamento do extrativismo marinho e a introdução de novas técnicas no processo produtivo, a exemplo da carcinicultura e dos parques eólicos no litoral nordestino que necessitam de novos espaços para sua expansão.

Estas mudanças não apenas alteraram os processos de trabalho nos territórios dos povos tradicionais como também engendraram crises de valores na cultura local e nos indivíduos. A cultura, os saberes autóctones, os laços de

---

<sup>72</sup> A globalização será entendida nesse estudo à luz de Chesnais (1996, p. 17): “a expressão ‘mundialização do capital’ é a que corresponde mais exatamente a substância do termo inglês ‘globalização’, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta ‘globais’”.

solidariedade são minorados e/ou substituídos por outros (des)valores que advém na contemporaneidade da mundialização capitalista e imprimem um caráter de exterioridade entre o indivíduo e o seu lugar. Lugar entendido, aqui, como a senda do seu trabalho, fonte de subsistência, de sua morada como ser social.

A chegada das fazendas do camarão no litoral resultou na escassez dos pescados, na mortandade de caranguejos devido à destruição do ecossistema de mangue e a “ilusão” do trabalho assalariado propagado pela carcinicultura, fatos que contribuíram em larga medida para o “abandono dos manejos tradicionais”. Exemplo disto é a substituição dos barcos utilizados na pesca artesanal pela utilização dos barcos motorizados.

Talvez a grosso modo, esta troca pareça oportuna e necessária para melhorar a produção pesqueira e as condições de trabalho. No entanto, o que ocorre, na maioria das vezes, é o pescador deixar de trabalhar no seu barco como autônomo para trabalhar para o dono do barco à motor<sup>73</sup>. E, neste sentido, há uma substituição do trabalho “tradicional” a partir do incremento de técnicas e novas tecnologias para a pesca. Do ponto de vista da totalidade do processo de trabalho instaurado nestas novas condições, o que é bom para o aumento da produção e para o capital, seguramente não é bom para o/a trabalhador/a.

É possível afirmar que estes novos arranjos produtivos nos territórios costeiros provocam um processo de desterritorialização dos povos tradicionais. Mas do que se trata este processo?

A mesma heterogeneidade de pensamento e conceitos sobre território se coloca, também, presente na definição sobre desterritorialização que para Corrêa (2002, p. 252) é “entendida como perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território”.

Obviamente que não estamos apontando a integral desconstrução física, social e política do território. A partir do que analisamos sobre território vivido, podemos afirmar que não é possível a desconstrução física, social e política do território. O que vai existir, a partir das transformações macrosociais, com rebatimentos nas microesferas do cotidiano é uma nova reconfiguração do território, que no tempo presente é redefinido e organizado pela ordem metabólica do capital.

---

<sup>73</sup> Vamos debater sobre isto nos itens seguintes.

Haesbaert (2006) elucida várias questões a respeito da desterritorialização, dentre elas, o debate sobre o fim do território que seria substituído por um “território em rede”.

A discussão do fim do território segue a mesma trilha do pensamento pós-moderno que decretou o fim da história (Fukuyama), o fim da geografia e do território (HAESBAERT, 2006, p. 44). Acrescentamos, ainda, como pauta pretensa da pós-modernidade, o fim da centralidade do trabalho na vida social.

Destarte, podemos afirmar que os territórios não desaparecem em função de um possível espaço virtual do ciberespaço, negando a materialidade do território, ou, mediante o “pensamento” de correntes epistêmicas que retiram de suas análises a relação capital-trabalho; a luta de classes, a historicidade e perspectiva revolucionária da classe trabalhadora. Tornar-se-ia mais fácil pensar então o fim do território e subsumi-lo ao “mundo da rede” reduzindo a complexidade do mundo atual as benesses da globalização e da tecnologia.

No entanto, o território pensado como rede é uma nova realidade, porém, como bem argumenta Santos (2002, p. 16): “as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns”. Nota-se que este território em “redes” não é acessado por todos/as e mesmo se fosse não significaria o fim do território vivido no cotidiano. Imaginem as populações ribeirinhas, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, catadores/as de caranguejo, marisqueiras conectadas em rede. A realidade é mais densa. Muitas destas populações não têm as condições básicas, a exemplo de água encanada, redes de esgotos, energia elétrica e condições dignas de habitação.

No alvorecer da “globalização”, muito se foi propagado sobre o fim das fronteiras, da aproximação dos povos, da ideia de um mundo e de uma população cosmopolita, entretanto, tudo isto foi suplantado por sucessivos ataques das políticas neoliberais ao Estado Social na Europa e da desresponsabilização do Estado com as políticas sociais nos países de economia periférica.

Verifica-se na contramão de um “mundo em rede” e sem barreiras transnacionais, um mundo em que os países centrais reforçam cada vez mais suas fronteiras ao eminente perigo da imigração da população pobre e oprimida do mundo; têm-se na Europa e nos EUA o aumento exponencial do racismo e da

xenofobia, e, conseqüentemente, de uma política de ultradireita que impõe normas anticivilizatórias de convivências entre povos e nações. Contudo, estes fatos não retiram o êxito da mundialização do capital para manutenção das taxas de lucro e sua hegemonia.

Desse modo, a partir dos argumentos de Santos (2001, p. 40) sobre o mundo das fabulações criado pela “globalização”, fundou-se o mito da aldeia global, da conectividade, da velocidade da informação, do *just in time* da produção, da diminuição das distâncias. Para Santos (2001, p. 41),

aldeia global tanto quanto espaço-tempo contraído permitiram imaginar a realização do sonho de um mundo só, já que pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiros, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo de séculos houvessem sido todas esgarçadas. Tudo seria conduzido e, ao mesmo tempo, homogeneizado pelo mercado global regulador. Será todavia, esse mercado regulador? Será ele global? O fato é que apenas três praças, Nova Iorque, Londres e Tóquio concentram mais de metade de todas as transações e ações.

Desse modo, o entendimento de desterritorialização não se refere ao fim do território, mas é entendido como um processo de expropriação territorial, precarização e alijamentos contínuos da classe trabalhadora. De acordo com Haesbaert (2006, p. 67),

desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização<sup>74</sup>.

Assim, quanto maior os investimentos do capital em determinadas regiões e/ou territórios mais o processo de expropriação dos espaços, ampliando, o que Harvey (2004) vai denominar de “geografias desiguais”.

---

<sup>74</sup> Do meu ponto de vista considero de acordo com a perspectiva de totalidade na análise da vida social que o mais indicado é caracterizarmos os processos de desigualdade social e não de exclusão social, considerando que nenhum fenômeno escapa as determinações do sistema do capital.

Esta desigualdade geográfica operada, sobretudo, pelo processo metabólico do capital corrobora para entender as disputas territoriais que acontecem em todas as partes do mundo. E nesta guerra pelo território, historicamente, a classe trabalhadora vem perdendo sucessivas batalhas via expropriação do espaço, que muitos estudiosos/as conceituam como “desterritorialização”.

Faz-se necessário reiterar que no nosso estudo não há como analisar território, territorialidade e desterritorialização sem remeter tais conceitos à compreensão das contradições imanentes ao sistema do capital e as relações sociais que se complexificam e agudizam a questão socioambiental e atingem brutalmente as populações tradicionais do litoral nordestino.

Um aspecto do processo de expropriação do território que consideramos importante analisar é sobre o papel da hegemonia exercida pela classe dominante na sua territorialização. Hegemonia entendida no sentido gramsciano do termo, no qual o poder hegemônico se legitima por meio de mecanismos de dominação que se opõe ou não ao exercício da coerção. Hegemonia apreendida como construção, organização do poder e de um modo de pensar e agir em todas as dimensões da vida pela combinação do uso do consenso e da força. Gramsci (2000, v. 3 p. 95), ao analisar a ascensão da burguesia na França, considera que:

o exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas ao contrário, tentando fazer com que a força apareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, – são artificialmente multiplicados.

Na nossa pesquisa ficou evidente o papel da hegemonia dominante no processo que engendrou a reconfiguração do território das populações tradicionais. As entrevistas que fizemos com alguns sujeitos e a análise documental são reveladoras da construção de um consenso que permitiu configurar novos arranjos produtivos no litoral cooptando à população com a ilusão do desenvolvimento sustentável local. Para a marisqueira 1, moradora do Cumbe no Ceará quase toda comunidade apoiou a chegada da carcinicultura na região:

“A gente não sabia que ia se prejudicar, aí a gente num disse nada não, eles pagavam as pessoas para desmatarem o mangue, pagava por dia, começaram a cortar o mangue, pagavam para trabalhar cortando os mangues e fazendo os paredões (sic).”

O imediatismo presente na vida destes sujeitos suplanta a ideia de uma consciência ambiental como algo inerente às suas atividades tradicionais. Ter um manejo de baixo impacto não significa necessariamente ter uma consciência de preservação da natureza, isto, como foi observado na comunidade é um processo que implica tempo e entendimento adquirido a partir da organização política e da luta pelo território.

A história da produção de camarão no litoral do Nordeste é a história da expropriação do território das populações tradicionais e da reconfiguração deste território como lugar privado de produção e acumulação capitalista. Mas, a história da humanidade não é linear. Como já dissemos anteriormente, há um intenso conflito pelo uso do território. A resistência das populações tradicionais acontece mediante ao seu processo de desterritorialização. Há incorformismo, luta e organização dos povos tradicionais em quase todo o litoral nordestino.

Neste sentido, ao analisarmos a atividade da carcicultura como parte da produção destrutiva do capital identificamos a existência de um território em disputa com interesses de classe se explicitando na vida cotidiana. Interesses gerados pelos carcinicultores que transformaram de forma intensa a natureza em mercadoria, coisificando o território e impedindo o acesso das populações tradicionais ao seu espaço por onde desenvolviam suas atividades de trabalho, cultura e convivência familiar e social. Mas estas populações buscam formas de resistir e seguem como símbolo de luta em defesa da biodiversidade, do seu nicho de subsistência e de trabalho. São os/as trabalhadores/as do mar que na sua simbiose com o meio natural tramam o fio do direito ao território. Faz-se necessário, assim, conhecer as particularidades do cotidiano das populações tradicionais, o seu modo de vida e as condições de trabalho.

### 3.2 EXTRATIVISTAS MARINHOS E PESCADORES/AS ARTESANAIS: “OCUPAR, PESCAR E RESISTIR...”

#### **Pro-Labore**

Tenho orgulho dessa gente que trabalha  
que carrega  
nas costas, no ombro, no braço.  
Sacola, carro, carrinho,  
balde, pedras, latas,  
enxada, grãos, ancinho.  
Orgulho dessa gente  
que mama no seio da Terra e, sem patrão,  
constrói ninhos.  
Tenho orgulho dessa gente que trabalha em grupo  
(ou sozinho!)  
transpira, e logo logo  
onde não havia nada, brota.  
(Glória Horta)

O desenvolvimento acelerado da produção de camarão no litoral nordestino incentivou a luta e a resistência das populações que sobrevivem do extrativismo marinho na defesa dos seus territórios, do seu trabalho e da sua própria existência. Isto se explica, em parte, pelo caráter predatório e de insustentabilidade ambiental presente em diversas atividades econômicas predatórias, sobretudo, a carcinicultura.

São inúmeros os impactos socioambientais, como: perda de habitats, ocasionado pela destruição de áreas úmidas; salinização do solo; declínio dos estoques nativos que significa, entre outras consequências, perda de diversidade e insegurança alimentar; aumento de doenças e infecções das populações nativas; contaminação dos aquíferos subterrâneos e competição pelo uso da água.

Este processo que envolve a produção de camarão em cativeiro representa mudanças profundas na relação com a natureza e nas formas concretas de organização do trabalho, resultando no acirramento das desigualdades sociais, que mediante a extinção de áreas e postos de trabalhos, alijou trabalhadores/as da

terra e do mar dos seus habitats, do trabalho e da sua relação tradicional com a natureza. Ainda segundo Meireles e Vanini<sup>75</sup> (2005, p. 166),

vários impactos ambientais foram sendo desenvolvidos para a implantação dos viveiros e canais para carcinicultura no Estado do Ceará, tais como: ocupação de áreas de preservação permanente, descarte de efluentes sem tratamento diretamente em cursos d'água, conflitos com as comunidades locais, entre outros. Este fato é ainda mais relevante quando se observa que no Ceará boa parte dos empreendimentos onde se verificam tais problemas ambientais possuem algum tipo de licença ambiental emitida pela SEMACE, o que, entretanto, não impediu que ocorressem os impactos e infrações relatadas.

É nessa seara da desigualdade socioambiental e da luta pelo direito ao meio ambiente e ao território que centraremos nossa análise, ressaltando o caráter social, econômico e cultural da questão ambiental, dirimindo, assim, qualquer tentativa de circunscrevê-la e reduzi-la à dimensão biológica ou ao mero universo da inovação tecnológica. Trata-se de situá-la sob a perspectiva da agenda de luta das populações tradicionais. Como analisa Foladori (2001, p. 102):

[...] os problemas ambientais da sociedade humana surgem como resultado da sua organização econômica e social e [...] qualquer problema aparentemente externo se apresenta, primeiro, como um conflito no interior da sociedade humana [...].

A carcinicultura cria, então, um paradoxo típico da produção destrutiva: de um lado promove o desenvolvimento econômico e acúmulo de capital, por outro, engendra um processo de desterritorialização das comunidades tradicionais e reifica, nesses nichos, processos contínuos de injustiças ambientais e sociais. Justiça ambiental, portanto, implica assegurar as condições materiais de vida da população expressas em garantias econômicas, sociais e culturais para as populações subalternizadas.

---

<sup>75</sup> O relatório do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) de 2005, é na verdade um diagnóstico da atividade da carcinicultura no Estado do Ceará fruto de uma decisão do Ministério Público Federal que por meio de uma liminar exigiu um Estudo de Impacto Ambiental nas áreas costeiras e terrenos de Marinha pelo IBAMA cujo objetivo da pesquisa era subsidiar o MPF na tomada de decisão quanto a ação civil pública. Vale informar, que a ação do Ministério Público foi movida pela pressão dos Movimentos sociais e ONGs que atuam na defesa do Meio ambiente.

O conceito de justiça ambiental foi construído nos EUA na década de 1960, a partir da luta do movimento negro contra o que denominou de “racismo ambiental” (ALIER, 2007). Ainda conforme Alier (2007, pp. 230-231),

a justiça ambiental luta contra a distribuição desproporcional de dejetos tóxicos ou a exposição diante de diferentes formas de risco ambiental em áreas predominantemente povoadas por populações afro-americanas, latinas ou indígenas. O discurso empregado por esse movimento não é o das externalidades ambientais não compensadas, mas sim, o referente à discriminação racial, cuja repercussão política é muita poderosa nos Estados Unidos devido à larga tradição das lutas pelos direitos civis.

Nos países de economia periférica, o conceito de justiça ambiental ganhou outra conotação, pois a ênfase recai sobre o meio ambiente, ou melhor, referem-se às desigualdades socioambientais vividas pelos segmentos subalternizados. Assim, a concepção de “justiça ambiental” ganha o atributo de direito ao território e aos seus recursos naturais.

Podemos afirmar que são as classes subalternas que estão mais expostas à degradação socioambiental. A situação se agrava quando a referida população é desterritorializada do seu lugar. Os processos de degradação do meio ambiente e desterritorialização consistem indubitavelmente em ações de violação dos direitos, que ameaça a própria existência dos povos tradicionais.

É nesta ambiência que a carcinicultura representa a negação de direitos ao trabalho e a vida os/as ribeirinhos/as; marisqueiros/as; pescadores/as e catadores/as de caranguejo. Direito que diz respeito ao meio ambiente, à justiça social; ao acesso de bens e serviços coletivos; ao território, ao financiamento do Estado para suas atividades produtivas e de subsistência.

Importa considerar que as populações tradicionais estão espalhadas por todos os biomas brasileiros, mas somente os indígenas e os quilombolas têm seus territórios definidos (demarcados) e “assegurados” pela Constituição de 1988. Mesmo assim, na realidade de um país de capitalismo periférico com tradição de uma cultura política autoritária como o Brasil, área definida por lei não significa necessariamente o efetivo direito a posse da terra, ou melhor, a sua titulação que, pelo direito privado da terra, passa a se constituir o único dispositivo para conter a expulsão dos povos tradicionais de seus habitats.

A expropriação das terras dos povos tradicionais tem variadas determinações em face de inúmeros processos históricos que incluem: a industrialização, a modernização da agricultura pela Revolução Verde; o alargamento das fronteiras agrícolas na Amazônia e mais recentemente derivadas das atividades econômicas destrutivas que causam a migração dessas comunidades para as cidades. Neste processo migratório ocorre, na maioria das vezes, a redução do número das populações tradicionais no Brasil.

Faz-se mister, no âmbito das questões que envolvem as populações tradicionais, fazermos um recorte para centramos nossa análise nos sujeitos da pesquisa que são as populações litorâneas, mais particularmente os jangadeiros, as marisqueiras, catadores/as de caranguejos e pescadores/as artesanais. Este último grupo receberá um tratamento de destaque por reunir um número maior de trabalhadores envolvidos.

### **3.2.1 Jangadeiros: “minha jangada vai sair pro mar, vou trabalhar”**

Os jangadeiros são tradicionalmente trabalhadores que pescam com jangadas em alto-mar e utilizam como principais instrumentos de trabalho a sua jangada feita de tábua e seus saberes tradicionais na atividade pesqueira e na convivência com o mar (DIEGUES, 1999).

Esses trabalhadores, por meio da sua atividade laboral, chamam atenção para a importância da pesca e de suas particularidades na economia, na vida social, na política, na cultura e na arte do povo nordestino. Não é por acaso que a jangada está impressa no brasão das bandeiras do Estado do Ceará e do Rio Grande do Norte, do mesmo modo que o Estado de Alagoas imprimiu na sua bandeira a imagem de peixes. Prevalece nestes três casos apresentados o reconhecimento da atividade pesqueira e sua relevância como parte do acervo cultural de cada um desses Estados.

Ademais, os jangadeiros integram a memória popular do lugar onde residem e trabalham. São construtores históricos da identidade política e cultural com seu habitat. Cancioneiros populares, poetas, gênios literários e cientistas fizeram dos jangadeiros e de sua jangada fonte de inspiração em suas obras. Como

cantou o poeta do mar, Dorival Caymmi, “minha jangada vai sair pro mar, vou trabalhar meu bem querer, se Deus quiser quando eu voltar do mar um peixe bom eu vou trazer, meus companheiros também vão voltar e a Deus do céu vamos agradecer”<sup>76</sup>, ou como aparece na cantiga popular “eu sou filha de um pobre barqueiro que trabalha nas ondas do mar, o meu leito era a proa de uma barco que eu vivia a remar, a remar, a remar”<sup>77</sup> [...]”.

Luiz da Câmara Cascudo<sup>78</sup> publicou, em 1957, um estudo etnográfico sobre o cotidiano, o trabalho, a linguagem, credences e lendas sobre o modo de vida dos jangadeiros potiguares. Tipos populares que fazem parte da vida das pessoas que vivem nas franjas do litoral. Em toda a costa nordestina é possível avistar as jangadas repousando na praia ou levando os/as pescadores para a lida no mar, é possível vê-las, como diz Cascudo (2002), “cortando a espuma do mar”.

No Ceará, esta categoria de trabalhadores tradicionais é identificada como símbolo de resistência. Foi assim no passado, quando em 1879, o jangadeiro Francisco José do Nascimento, conhecido como “dragão do mar” ou Chico da Matilda foi nomeado para a função de Prático do Porto de Fortaleza e liderou um movimento de jangadeiros que se recusaram a fazer o transporte de escravos. O slogan do movimento era: “no Ceará não se embarcam mais escravos”<sup>79</sup>.

Nesse momento contemporâneo, a resistência é contra a pesca predatória, a especulação imobiliária e contra os empreendimentos da carcinicultura. Enfim, a resistência se faz contra a expropriação do território pela expansão do capital nessas áreas que ameaça as condições de vida e de trabalho das populações tradicionais. De acordo com Diegues (1999, p. 47),

essas comunidades de jangadeiros ainda são importantes em certas áreas, como o litoral do Ceará, onde pescam principalmente a lagosta, a costa do Rio Grande do Norte onde, além da lagosta, pescam outros peixes com a ajuda de redes. As comunidades de jangadeiros sofrem hoje a concorrência dos pescadores de botes motorizados e também os impactos do turismo, principalmente o de residência secundária. [...] os jangadeiros vem perdendo o acesso às praias, uma vez que suas posses nesses locais estão

---

<sup>76</sup> Composição de Dorival Caymmi “Canção da partida”.

<sup>77</sup> Cantiga de Domínio Público

<sup>78</sup> Luís da Câmara Cascudo foi historiador, folclorista, antropólogo, advogado e jornalista e é considerado internacionalmente o mais importante folclorista do Brasil. Escreveu mais de 31 livros sobre essa temática e publicou outros tantos sobre vários assuntos.

<sup>79</sup> Fonte: domínio público.

sendo comparadas ou expropriadas pelos veranistas que aí constroem suas residências secundárias.

Nos dias atuais, são muitos os desafios que os jangadeiros enfrentam em seu cotidiano. Isto porque o seu modo de vida encontra-se organicamente vinculado ao seu trabalho. Assim, a organização da vida passa, necessariamente, por condições de acesso com qualidade à atividade pesqueira, hoje bastante ameaçada, conforme vimos anteriormente.

### **3.2.2 “Da lama ao caos” do caos à luta: o protagonismo das mulheres na mariscagem**

A mariscagem torna-se cada vez mais uma atividade realizada por mulheres e se constitui como principal fonte de ocupação da força de trabalho feminina no litoral. Onde houver maré e um mangue rico em diversidade será considerado uma área propícia para a coleta de mariscos. A mariscagem, assim como outras atividades desenvolvidas pelas populações tradicionais, exige um conhecimento sobre o meio ambiente, conhecimento este que foi conquistado no passado e hoje é socializado para as novas gerações, como possibilidade de acesso ao trabalho, mas, também, como estratégia de preservação sociocultural de um modo de expressão da vida no ambiente litorâneo.

As marisqueiras são contumazes observadoras da natureza e sabem exatamente a hora apropriada para a coleta dos mariscos. São sabedoras da importância de respeitar o ciclo reprodutivo das espécies para evitar a extinção. São conhecedoras do fluxo das marés. De acordo com essas trabalhadoras, a coleta dos mariscos é melhor no período de lua cheia. A atividade caracteriza-se, também, pelas relações de parentesco e de trabalho em grupo, o que, para elas, fortalece a coletividade e a identidade com o “lugar”, entendido como espaço-tempo em que aprendem e expressam suas raízes culturais. A solidariedade presente nestas relações é engendrada, sobretudo, pela escassez das condições materiais mais básicas do indivíduo. Neste sentido, aprendem na convivência com a política da escassez a compartilhar o dia a dia de trabalho.

A produção do marisco está associada ao mercado informal, abastecendo o mercado interno e sendo comercializado em feiras livres ou para suprir os estabelecimentos comerciais locais (bares, restaurantes etc.).

Uma das principais questões colocadas pelas marisqueiras quando interrogadas sobre suas condições de vida e de trabalho refere-se à ausência de políticas públicas para o setor, com desenvolvimento e financiamento da atividade, considerando o fato da mariscagem não gerar lucro como outras atividades pesqueiras. A coleta de marisco é essencialmente uma atividade de subsistência que, no entanto, complementa a renda familiar e funciona como um dos atrativos turísticos do litoral.

Por ser uma atividade realizada basicamente por mulheres, a mariscagem remete a discussão do protagonismo das mulheres no ambiente marinho, território este, associado, predominantemente, a figura masculina: o pescador, o jangadeiro, o canoeiro, o mestre de pesca e o catador de caranguejo, dentre outros.

O trabalho das mulheres que sempre existiu ficava subsumido às relações sociais fortemente marcadas pelo patriarcado e pelo não reconhecimento e violação dos direitos das mulheres que subalterniza o trabalho e a importância da mulher para a economia, a política e a cultura seja no seio familiar, seja em nível da sua inserção local. No cotidiano da vida social, mesmo considerando todos os avanços políticos, culturais e legais conquistados, sobressai a tendência à reprodução do machismo e da desigualdade entre os gêneros, visto que as estruturas condensadas nas relações sociais de produção e reprodução capitalista reificam e reproduzem esta forma de opressão.

A luta pelo uso dos recursos naturais nas áreas litorâneas que estão sendo “cercadas” indistintamente pela chamada “expropriação capitalista dos espaços<sup>80</sup>” deu voz e vez ao trabalho das mulheres nas áreas pesqueiras e na sua atuação no movimento de resistência contra estratégias de expropriação do capital.

A organização em associações e o fortalecimento do engajamento coletivo das marisqueiras integra movimentos políticos e sociais que se fortaleceram

---

<sup>80</sup> A expropriação capitalista do espaço nada mais é do que fazer com que a propriedade do espaço, que aqui é entendido como espaço de uso comum das populações tradicionais, mude de mãos. Isto significa transformar o uso comum do espaço, para o uso e funções necessárias a contínua reprodução do capital. O espaço desse modo é privado para fins de acumulação (CARLOS, 2001, p. 24).

no final da década de 1990. Desse processo, resultou importante reivindicação que consiste em reconhecer as marisqueiras como trabalhadoras do mar, tanto por parte das colônias de pescadores, como, principalmente, pelo Estado, que deve garantir seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Um problema comum que é ressaltado pelas marisqueiras é a questão do seguro-desemprego que não é assegurado para a prática da mariscagem. Assim como na pesca do peixe e da lagosta existe o período de defeso, as marisqueiras argumentam que no período chuvoso os mariscos ficam impróprios para serem coletados e elas acabam não trabalhando durante este tempo.

As reivindicações destas trabalhadoras, longe de uma possível “romantização” que geralmente envolve o universo das populações tradicionais, estão situadas no âmbito da precarização do trabalho, pois elas emergem de condições aviltantes em decorrência dessa relação de trabalho incerta, precária e de baixíssima remuneração e que historicamente não garante nenhum direito.

De madrugada, as marisqueiras iniciam sua labuta, exposta ao sol causticante nordestino, à umidade e à lama. São mais de oito horas de trabalho divididos entre as trilhas percorridas pelo manguezal, a coleta dos mariscos, a limpeza do produto e sua comercialização. O valor obtido na venda não chega a R\$ 120,00 mensais. Desse modo, podemos dizer que “no tempo presente, na vida presente” das populações tradicionais, as marisqueiras são consideradas sujeitos políticos fundamentais na luta pelo território e pela própria sobrevivência. Assim, além da coleta dos mariscos, vão catando sonhos e os frutos das duras batalhas cotidianas por uma vida digna, com acesso aos direitos e às políticas sociais.

### **3.2.3 Pescadores/as artesanais: a insistência de ser um eterno aprendiz**

Pescadores artesanais estão situados ao longo de todo o litoral e realizam o seu trabalho no mar, em rios e lagos da região onde habitam. Praticam a pequena pesca em que parte da produção é comercializada e a outra é destinada para o consumo familiar. Trata-se, portanto, de uma atividade essencialmente de subsistência (DIEGUES, 1999, p. 58).

Assim, como outros segmentos analisados, os/as pescadores/as artesanais possuem características que lhe conferem essa condição de “população tradicional”, dentre elas, o manejo utilizado na pesca que aufere uma utilização dos recursos naturais de baixo impacto e os códigos de conduta na realização do trabalho e nas relações sociais que desenvolvem no âmbito da família e da comunidade pesqueira.

Segundo Diegues (1999, p. 19), para muitas populações tradicionais que trabalham “o meio marinho, o mar tem suas marcas de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos cuidadosamente pelo pescador artesanal”. Utilizado na pesca como um sistema complexo de triangulação estas marcas de posse podem ser visíveis e invisíveis e revelam o local onde se concentra um maior número de peixes. Esses “lugares” são chamados de pesqueiros. Tais pesqueiros são guardados em segredo e revelados de geração em geração nas suas relações de parentesco. Utilizam na atividade de pesca, instrumentos tradicionais como linhas, redes, covos e cercos para a captura do peixe.

A pesca é uma atividade de livre acesso<sup>81</sup> podendo ser praticada por qualquer pessoa, mas como todo trabalho, exige técnicas apropriadas para a sua realização. Os saberes autóctones da pesca artesanal são definidores dos meios de trabalho entre o indivíduo e a natureza e revelam na sua atividade com o meio natural um conhecimento aprofundado do território ou bioma a ser explorado; respeito aos ciclos de reprodução das espécies marinhas; a conservação cultural relacionada aos mitos e as lendas; a fabricação dos seus instrumentos de pesca e a conservação do meio ambiente.

A pesca artesanal é uma atividade predominantemente exercida pelos indivíduos do sexo masculino, porém, vem aumentando o número de mulheres pescadoras, apesar dos mitos existentes<sup>82</sup> que reforçam a desigualdade de gênero

---

<sup>81</sup> De acordo com Diegues (1983, p. 57), “há muito tempo vem se desenvolvendo o conceito de mar como propriedade comum, de livre acesso a todos. Esse livre acesso, tido como direito natural, seria responsável por uma exploração que levaria a uma depredação dos recursos do mar, dadas as dificuldades de controle sobre a captura. O que se passa na realidade é que nem todas as nações têm acesso real aos recursos marinhos – mesmo os que se encontram em suas águas territoriais-, pelas suas limitações tecnológicas e de capital”. As águas do território brasileiro são propriedades de uso comum, qualquer embarcação nacional e registrada num porto brasileiro pode circular por qualquer lugar e pescar a quantidade de peixe que desejar. Vale salientar que a fiscalização e ordenamento desse direito de uso comum não está sendo fiscalizado como deveria (CORDELL, 2001, p. 141).

<sup>82</sup> Segundo os mitos e crenças que envolvem os/as pescadores artesanais, a presença da mulher nos barcos traz má sorte, enseja mau agouro. Na mitologia amazônica, por exemplo, a presença da mulher na pescaria é

na atividade pesqueira. Geralmente o trabalho das mulheres se resumia nas tarefas domésticas e na confecção das redes de pesca. Atualmente, elas, também, são trabalhadoras do mar.

Uma das características principais dos/as pescadores artesanais são os laços de solidariedade que desenvolvem no exercício da sua atividade profissional e no âmbito da comunidade pesqueira que pertence. Há uma espécie de colaboração – mútua que se efetiva, notadamente, nos dias mais difíceis, determinado pela desigualdade social que vivenciam. Para Maldonado (1986), a solidariedade, é, pois, uma expressão essencial que particulariza o modo de vida dos/as pescadores/as artesanais. Já Cordell (2001, p. 143) analisa que

muitas adaptações positivas se desenvolveram nas comunidades de pescadores que, ao menos parcialmente, compensam as pressões da escassez e da exclusão social. Através de cadeias de relacionamentos pessoais e de parentescos, os pescadores apoiam-se mutuamente. Cooperações e reciprocidade combatem a escassez de alimentos, ajudam a construir as habitações, o provimento de remédios e de roupa, facilitam a necessidade constante de reparo nas embarcações.

Outra questão que merece destaque é a reivindicação dos/as pescadores/as para serem reconhecidos pelo Estado como uma categoria de trabalhadores/as. Para tal, devem inicialmente estar registrados nas colônias de pescadores que funcionam como uma espécie de sindicato da categoria. De acordo com o então presidente da Associação de pesca do Rio Grande do Norte, Abrão Lincoln Ferreira da Cruz, em entrevista ao jornal Tribuna do Norte<sup>83</sup>, comentou que a aprovação da Lei Complementar, que regula o art. 8 da constituição<sup>84</sup>, ao reconhecer as colônias de pescadores artesanais e suas federações como legítimos representantes da categoria, significou uma conquista importante, somada à luta por direitos dos/as pescadores/as.

---

sinônimo de “panema”, o que significa azar, pois quando estão menstruadas são consideradas “impuras”. Trata-se, portanto, de um mito que reproduz formas de opressão em relação a mulher.

<sup>83</sup> Cf. Tribuna do Norte, 21/06/08 – Colônia de Pescadores artesanais é reconhecida após 20 anos de luta.

<sup>84</sup> Trata-se da lei nº 11.699, sancionada pelo Presidente Luís Inácio da Silva em 13 de junho de 2008 “dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 e estabelece no Art. 1º que as Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal”.

É relevante destacar que nem todo pescador está inscrito nas colônias e como não tem registro, não é reconhecido como trabalhador e acaba como mais um segmento nas fileiras da informalidade, sem direitos trabalhistas e previdenciários e/ou sem proteção social.

Os direitos que conformam a seguridade social e que não são acessados por milhões de brasileiros, também, foge do horizonte dessa população tradicional: direito à aposentadoria por tempo de serviço, ao seguro-desemprego, a um salário regular e seguro acidente de trabalho integram a agenda de luta destes/as trabalhadores/as do mar.

Deste modo, não podemos compreender a pesca artesanal apenas como uma atividade pitoresca, de completa harmonia com a natureza, cheias de ritos sociais sagrados e míticos nem apreender o/a pescador/a como um sujeito “privilegiado” por habitar um território de belíssimas paisagens e ter o mar como o seu “chão de fábrica”, lugar da produção das espécies marinhas e da sua própria subsistência.

A pesca artesanal também se subordina aos mecanismos de produção e reprodução do capital e como atividade econômica se insere no processo de precarização que permeia o “mundo do trabalho”. Como afirma Cordell (2001), para as comunidades litorâneas, não existe trabalho fora da pesca, não há oportunidades no mercado de trabalho para se inserir em outro ramo de atividade. Ademais, é preciso considerar a dimensão subjetiva dos indivíduos que muitas vezes se identificam e desejam dar continuidade a este ofício, seguindo a trilha de outros membros da família.

Se por um lado, existe a concepção formada principalmente entre os mais idosos de que deve se manter a tradição familiar na pesca, por outro lado, a realidade impõe uma série de barreiras para a efetividade e continuidade da pesca artesanal, dentre elas, a própria escassez dos recursos pesqueiros que se configura como um sério problema socioambiental para os/as pescadores artesanais. Ao falar sobre as condições de vida e de trabalho dos pescadores da Bahia, Cordell (2001, p. 142) analisa:

não é necessariamente por respeito à tradição, profissionalismo ou amor ao mar que muitos pescadores da Bahia hoje trabalham nas canoas, vasculhando os mangues dia a dia, muitas vezes não tendo nada para comer a não ser a isca de caranguejo tirada de suas linhas e armadilhas. Viver nos mangues é a medida derradeira da exclusão social. [...] os moradores dos mangues representam o atraso que o governo finge não mais existir nessa parte do país.

Ainda assim, a pesca artesanal se constitui como alternativa de trabalho ao crescente desemprego e a total insegurança alimentar que ameaça os/as pescadores artesanais. E cabe, portanto, à esta população ser mais assistida pelo Estado por meio da promoção de políticas públicas voltadas aos indivíduos no desenvolvimento da atividade pesqueira. Segundo o Relatório do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE<sup>85</sup>,

a recuperação do setor deve ser assim, buscada a partir do aprimoramento dos instrumentos de gestão, ordenamento e fiscalização, no sentido de assegurar a sustentabilidade da atividade, além de iniciativas que permitam agregação de valor ao produto capturado, sem que haja necessariamente uma ampliação da produção, pois há grande depleção dos estoques e a biomassa de nossos recursos pesqueiros é diminuta. Dentre os problemas enfrentados pela pesca costeira, pode-se destacar: esforço de pesca excessivo e pesca predatória, causando a exaustão dos recursos; poluição agrícola, urbana e industrial e ocupação desordenada da faixa litorânea, que causa forte impacto antrópico, pela destruição de manguezais e estuários, especulação imobiliária e desestruturação das comunidades pesqueiras. Todos esses problemas têm como principal consequência a grave crise social enfrentada pelo setor pesqueiro artesanal.

Mas quantos são os pescadores artesanais espalhados pelo litoral Nordeste? Segundo dados do cadastramento (somente dos pescadores que sobrevivem diretamente da pesca) realizado em 2006 pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, o número de pescadores artesanais diminuiu de 500 mil para 390.761 em todo o país. O cadastro ainda mostra que o número de mulheres na atividade pesqueira cresceu. São aproximadamente 120 mil mulheres que vivem da pesca no Brasil.

Outro documento importante sobre a pesca artesanal é o Relatório Técnico sobre cadastramento das embarcações pesqueiras no litoral das regiões norte e nordeste do Brasil, que foi realizado em parceria com a SEAP, o IBAMA, a Fundação de Amparo à Pesquisa de Recursos Vivos na Zona Economicamente

---

<sup>85</sup> Cf. Relatório de 2005 do GT 2 (CONAPE). Acesso em: <http://abccam.com.br/>

Exclusiva e a Fundação-Prozee em 2005. De acordo com este relatório, o número de pescadores do Estado do Ceará é de 32 mil pescadores, distribuídos em 110 comunidades pesqueiras localizadas em vinte municípios do litoral cearense. No Ceará, existem aproximadamente uma frota de 7.122 embarcações, sendo 44,4% paquetes; 22,35% canoas; 12,8% lanchas; 8,3% botes a vela; 5,6% botes a remo; 4,3% jangadas; 1,4% lanchas industriais e 0,1% catamarã.

O Estado do Ceará destaca-se dos demais estados brasileiros na pesca da lagosta, contribuindo com 35,75% da produção total do país, já o Estado do Rio Grande do Norte é o segundo maior produtor com 15,9%.

No Rio Grande do Norte, segundo estimativa do projeto ESTATPESCA/IBAMA são 60 mil pessoas que vivem diretamente da pesca artesanal que se organizam em 28 Colônias de Pescadores. Mas ao considerar a estimativa feita pela Federação das Colônias de Pescadores, o número de pessoas aumenta significativamente, chegando a 150 mil pessoas que vivem da pesca artesanal, se calculado pela base do número de pescadores/as existentes no litoral que é de 30 mil, tendo uma média de 05 pessoas por família.

No litoral potiguar, destacam-se o município de Caiçara do Norte e o distrito de Diogo Lopes (Macau) por serem os portos mais importantes da pesca artesanal, concentrando a maior parte da produção do pescado e o maior número de embarcações.

Segundo o relatório (SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005), o Rio Grande do Norte possui uma frota de 3.428 unidades, sendo 32,4% constituído de canoas; 27,7% de paquetes; 24,9% botes a motor. Os barcos industriais representam apenas 1,0% da frota.

Ao analisarmos os dados dos relatórios anteriormente citados, podemos observar que, mesmo diante das inovações tecnológicas presentes neste século, os instrumentos de trabalho dos/as pescadores/as artesanais ainda são “rudimentares”, ou melhor, dizendo são “tradicionais”. Não porque queiram trabalhar ainda com jangadas ou barcos a vela, mas a mecanização de suas ferramentas de trabalho tem um preço que ainda não podem pagar.

Na pesca artesanal cujo objetivo primeiro é garantir a subsistência, os instrumentos de produção, mesmo rudimentares, pertencem aos/às pescadores/as e

esse importante requisito apesar das inúmeras contradições, fazem estes trabalhadores/as do mar se sentirem “autônomos/as”, pois conseguem garantir o direito de entrar e sair do mar.

No entanto, ainda, há trabalhadores/as que pescam utilizando barcos de terceiros<sup>86</sup> e, neste sentido, ter sua própria embarcação é garantia de “independência” e uma meta a ser alcançada por todo/a pescador/a.

Assim como toda atividade laboral, seja ela geradora de mais-valia ou não, a pesca está submetida ao componente de exploração, aspecto comum nas relações que envolvem o trabalho na sociedade capitalista e os/as pescadores/as artesanais perdem de forma intensa a capacidade de serem “autônomos”.

A pesca gera, também, certa submissão ao grande capital na medida que o/a pescador/a artesanal ou o trabalhador da pesca industrial (submetidos a lei de mercado) não mais atendem exclusivamente as suas necessidades mais básicas. O pescador de lagosta, do camarão de sete-barbas ou do chamado “peixe de primeira” dificilmente consomem esses produtos no seu dia a dia, dado o alto valor dessas mercadorias.

O trabalho empregado na pesca é exaustivo, demanda um profundo conhecimento de técnicas oriundas dos saberes tradicionais, requer dias e dias no mar, perícia, força física e intensiva. O resultado deste trabalho é um valor reduzido do pescado, é um valor que não paga o trabalho realizado e não cobre o custo da sua subsistência: “Quanto mais o valor o trabalhador cria, mais sem valor e mais desprezível se torna. Quanto mais refinado é o produto mais desfigurado é o trabalhador” (MARX, 2002, p. 112).

Para os/as pescadores/as não existe uma “ilusão” de garantia de lucro no seu trabalho, sabem que são explorados/as por atravessadores, pelos proprietários de embarcações, pelos comerciantes locais e até pelo Estado que se mostra ausente quanto à promoção de políticas efetivas para o setor e para o/a trabalhador/a; no entanto, se explicita no seio da comunidade pesqueira a ilusão de que são “trabalhadores/as livres”. A ideia de que seriam trabalhadores/as livres é uma construção ideológica operada pelas classes dominantes que obstaculiza a

---

<sup>86</sup> Proprietários de barcos geralmente “forasteiros” que vão morar na praia e veem na pesca uma oportunidade de lucro.

apreensão das reais condições de trabalho que vivenciam. Ademais, a distribuição do tempo e a moradia que se efetiva na proximidade com o mar formam os elementos ideológicos favoráveis ao ideário do trabalho livre mesmo quando efetivamente não se trata disso.

As inúmeras mudanças decorrentes do processo de produção destrutiva acirraram, sobretudo, as desigualdades socioambientais nesses nichos populacionais que sobrevivem da pesca artesanal. O estoque pesqueiro em todo o planeta tende a se exaurir em face da pesca predatória capitaneada em larga medida pelo produtivismo capitalista. As comunidades litorâneas já não encontram as espécies marinhas em abundância como décadas atrás. Conforme analisa Diegues (1983, p. 272), “confirmam-se, na pesca, as características da trajetória da expansão da produção capitalista em outros setores da produção social: ela se desenvolve esgotando as duas fontes de onde jorra a riqueza: o mar e os trabalhadores”.

Os ecossistemas costeiros da região nordeste constituem-se no lugar do trabalho e de moradia de milhares de pessoas que vivem do extrativismo marinho: catando caranguejo, moluscos, pescando peixes e lagostas, praticando a mariscagem, dentre outras atividades. São trabalhadores/as que no seu intercâmbio com a natureza extraem a própria história, fazem a sua história, sua cultura, constroem sua identidade de população tradicional.

Estão longe de serem figuras desprovidas de contradições em sua relação com a natureza e com os recursos naturais, mesmo sendo mitificadas e sacralizadas pelo “ambientalismo romântico”, são, antes de tudo, “sujeitos da desigualdade social” que tem uma vida marcada pela escassez, mas também, pela resistência à expropriação do seu território. Como analisa Diegues (2001, p. 97):

os sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comum (comunitários) existentes no Brasil não são formas do passado, congeladas no tempo ou em total desorganização frente ao avanço da propriedade privada. Ainda que muitos desses sistemas tenham-se desestruturado frente à expansão capitalista, existem exemplos recentes que mostram a capacidade dos “comunitários” não só em reagir, mas também em organizar-se, recriando modos de vida e territórios de uso comum.

Esta reorganização política que unifica as demandas dessas populações por direitos sociais, pela preservação do meio ambiente e uso dos recursos naturais se configura numa estratégia de resistência frente às constantes ameaças de desapropriação de seus habitats e da degradação do meio ambiente em sua totalidade.

É sabido que este processo de intensa degradação ambiental atinge todas as classes sociais e avança em todas as partes do mundo. No entanto, são as classes subalternas que estão mais vulneráveis a esta insustentabilidade ambiental. Por exemplo, as mudanças climáticas (provocadas, substancialmente, pelo aquecimento global) que ocorrem no planeta, segundo estudos da ONU incidirão na produção de alimentos no mundo, afetando, sobretudo, as camadas mais pobres da população.

Ao tornarem visíveis e explicitarem a sua condição de populações tradicionais, os/as trabalhadores/as que vivem do ambiente costeiro estão na verdade agregando nas suas lutas cotidianas, o complexo sistema de valores e de técnicas tradicionais, focando a preservação do meio ambiente como prática essencial frente ao uso predatório da natureza. O objetivo central é a busca pelo direito ao trabalho e a vida, considerando a biodiversidade e a permanência no território.

Os jangadeiros, as marisqueiras e os/as pescadores/as artesanais em suas lutas mais imediatas pela garantia da sobrevivência, extrapolam o imediatismo presente no cotidiano e que orienta as suas ações e imprime numa agenda de luta comum, a defesa e o direito ao território, o que amplia o caráter de suas lutas.

As populações tradicionais que vivem do extrativismo marinho e da pesca artesanal encontram-se desprotegidos social e juridicamente, não tem territórios demarcados e protegidos que garantam a sua sobrevivência. Em toda a costa da região Nordeste, existe apenas duas reservas extrativistas localizadas no estado da Bahia, a RESEX Marinha da Baía do Iguape e a Resex da Ponta do Curumbau no município do Prado. Existem áreas em estudo para criação de outras reservas: Resex Marinha do batoque localizado no município de Aquiraz-CE; Resex do Delta do Parnaíba entre o Estado do Piauí e Maranhão; Resex da Mata Norte, no município de Goiana em Pernambuco e a Resex de Alcobaça na Bahia.

O IBAMA disponibiliza um roteiro para criação e legalização das reservas extrativistas que deve ser solicitada pelos moradores da região e pelos movimentos sociais que os representam/assessoram. Podem ser anexadas cartas de apoio de autoridades locais. De acordo com o site do IBAMA<sup>87</sup>,

ao pedido devem ser anexadas as seguintes informações: a) Número de extrativistas residentes na área; b) Quantidade de produtos de origem extrativista por safra ou por ano; c) Linhas de comercialização dos produtos e preços; d) Limites propostos para a reserva (acidentes geográficos, municípios, distritos); e) Manifestação dos moradores das intenções de utilização dos recursos naturais. O pedido é encaminhado à Representação Estadual do CNPT/IBAMA que deverá abrir um processo para criação da reserva. Caso não exista representação estadual, o pedido vai à Coordenação Nacional do CNPT/IBAMA.

É necessário afirmar que a criação de Unidades de Conservação – Ucs e de Reservas Extrativistas – RESSEX nos territórios habitados pelas populações tradicionais não garantem o fim do conflito pela terra e pelo uso dos recursos naturais.

Em muitos casos, fruto de uma acepção conservacionista equivocada, as unidades de conservação são construídas excluindo as populações tradicionais de seus lugares e violando direitos constitucionais. Vale lembrar, o caso da comunidade dos remanescentes quilombolas de Trombetas que após a criação da unidade de conservação foi impedida, no sentido literal do termo, de viver, tendo a anuência do Estado de direito, sob a fiscalização “eficiente e constante” do IBAMA (SANTILLI, 2005).

Em muitas regiões do Brasil, os conflitos pela disputa de terra e uso do território aumentaram consideravelmente nos últimos anos. A disputa por territórios se transforma numa crônica de violência diária entre as populações tradicionais e o modelo de desenvolvimento hegemônico predatório. No litoral do Nordeste, especificamente, nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará há um mapa de conflitos socioambientais que envolvem a indústria camaroneira e as populações tradicionais.

---

<sup>87</sup> Cf. [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br). Acesso em: 20/01/2009.

Para Acselrad (2004), os conflitos socioambientais envolvem comunidades que possuem uso diferenciado do território, como por exemplo, as populações tradicionais que vivem do extrativismo marinho e que entram em conflito, quando a base de seu sustento, que é a natureza, encontra-se ameaçada e degradada. A luta pelo direito ao território e pela demarcação de suas reservas está relacionada com as estratégias de permanência no lugar.

Desse modo, podemos afirmar que há em torno da carcinicultura uma disputa por territórios que são indicadores da luta de classes no marco da sociabilidade do capital.

### 3.3 A (RE)EXPROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS NO AMBIENTE COSTEIRO: O CASO DO CUMBE

“Somos todos irmãos não porque tenhamos o mesmo berço, o mesmo sobrenome: temos um mesmo trajeto de sanha e fome.” (Ferreira Gullar)

A pesquisa científica tem uma objetividade, e, no âmbito da teoria crítica, o seu método nos coloca na busca para análise do real, do descortinamento de suas determinações para superar simplificações e embustes. Assim, como bem lembra Antunes (2006), só podemos ter uma análise, ainda que de modo preliminar, do processo de reestruturação produtiva do capital e de seus efeitos no Brasil contemporâneo, a partir de pesquisas concretas e de uma visão crítica acerca destes processos que continuam em constantes mutações.

As transformações ocorridas na base produtiva da economia acompanhada pela mundialização, transnacionalização e financeirização do capital imprimiu uma “nova” sociabilidade, tanto na totalidade da vida social, como na microesfera do cotidiano, pois “a vida cotidiana está no centro do acontecer histórico” (HELLER, 1989, p. 20).

Iniciamos esta pesquisa sem saber muito do mar ou quase nada, sem saber o que este bioma pode nos prover, (re)produzir e nos envolver. O fato é que sabemos muito pouco, principalmente quando nos propomos analisar o intercâmbio

do mar com a população que (sobre)vive de sua subsistência. Ou seja, pouco conhecemos das relações sociais que se inserem os/as trabalhadores/as do mar que mediados pelo trabalho realizam o que Marx denominou de “metabolismo social”.

É neste contexto que analisaremos a imbricada relação “intercâmbio do mar” com a “população que (sobre)vive de sua subsistência”. E, para tal, importa reforçarmos que a exploração do capital expõe no momento contemporâneo a sua face destrutiva da natureza de forma mais explícita e estrutural.

O “tempo e o espaço” da exploração do capital para fins de acumulação é vasto: da expropriação e transformação da terra em mercadoria à coisificação do próprio ser humano; do assalariamento dos/as trabalhadores até a sua exaustão nos chãos de fábricas aos territórios da natureza coisificado pela lógica da acumulação. Nesta sociabilidade capitalista em que tudo vira mercadoria nos deparamos com um outro “chão” expropriado e transformado pelo capital em produto mercantilizado: o mar e seus/suas trabalhadores/as.

Ao adentrarmos nas particularidades e no cotidiano que imprime as condições sociais, econômicas, políticas e culturais das populações tradicionais que vivem do ambiente marinho (pescadores artesanais; marisqueiras e catadores de caranguejos) vem como referência à obra de Victor Hugo (1802-1885), *Os trabalhadores do mar*.

O livro tem por ambiência a Ilha de Guernesey, na Normandia (Canal da Mancha), local onde Victor Hugo se expatriou. Ainda que o conteúdo tenha como narrativa “as coisas do coração”, o mesmo está emoldurado pelo embate do homem contra as forças da natureza, descrevendo com metáforas as formas de transformação da sociabilidade da vida do pequeno povo do mar da velha Normandia, no início do século XIX. Reproduzo aqui a apresentação feita por Machado de Assis, tradutor desta obra, que brilhantemente sintetiza as profundezas do que Victor Hugo estava buscando quando escreveu *Os Trabalhadores do Mar*:

a religião, a sociedade, a natureza: tais são as três lutas do homem. Estas três lutas são ao mesmo tempo as suas três necessidades; precisa crer, daí o templo; precisa criar, daí a cidade; precisa viver, daí a charrua e o navio. Mas há três guerras nestas três soluções. Sai de todas a misteriosa dificuldade da vida. O homem tem de lutar com o obstáculo sob a forma

superstição, sob a forma preconceito e sob a forma elemento. Tríplíce ananke\* pesa sobre nós, o ananke dos dogmas, o ananke das leis, o ananke das coisas. Na Notre-Dame de Paris, o autor denunciou o primeiro; nos Miseráveis, mostrou o segundo; neste livro indica o terceiro. A estas três fatalidades que envolvem o homem, junta-se a fatalidade interior, o ananke supremo, o coração humano". \**ananke* = *fatalidade em grego*.

Nesta obra, Victor Hugo sintetiza as lutas dos/as homens e mulheres<sup>88</sup>, as lutas das suas necessidades – crer, criar e viver. E, para além de ser uma “fatalidade” é antes de tudo uma construção histórica que arquiteta a contraditória relação do capital e do trabalho. Para não ficar envolta de um preâmbulo literário do livro em cena, explicitaremos aqui, fragmentos das entrevistas realizadas nesta pesquisa que expressam a luta diária pela-realização das necessidades de “crer, criar e viver”. Necessidades ontológicas da humanidade e que, no caso, estão mediadas pela lógica do trabalho sob o capital.

O primeiro fragmento correspondente à fala de uma das entrevistadas, verificamos sua crença neste novo “templo de satisfação”; na segunda, a necessidade de criar as adequações, submetendo-se aos novos tempos e a terceira, a vida agora mediada pela ação do Estado para o capital:

“Quando chegou esses tanques por aqui, o povo daqui mesmo foi chamado para derrubar o mangue e fazer os muros. A gente não sabia que ia prejudicar a gente. Ficou tudo muito ruim quando estes tanques chegaram cercaram tudo, a gente ia pegar os mariscos na gamboa bem pertinho e agora a gente tem que dar uma volta grande.” (*sic*) (Marisqueira 2)

“Antes dos viveiros de camarão, a gente pegava muito peixe por ali. Hoje é quase nada. Onde o tal do ‘meta’ passa, mata o que tiver pela frente. Antigamente, pescava quase no quintal de casa, agora tenho que ir longe.” (*sic*) (Pescador 3)

“Com a chuva vocês estão vendo os carcinicultores tudo chorando e pedindo mais dinheiro ao governo que prometeu mais investimento para eles e para as comunidades que não têm nada.” (*sic*) (Pescador 1)

Desse modo, podemos afirmar pela própria fala dos sujeitos que a lógica da produção destrutiva do capital no âmbito da degradação do meio ambiente incide visceralmente no cotidiano da população que vive no e do ambiente marinho. Na microesfera do cotidiano é que se experimenta a fragmentação do território e a

---

<sup>88</sup> Grifo nosso.

insegurança alimentar. É nesta seara que se vivencia os rebatimentos provocados pelas transformações substanciais na esfera do trabalho a partir do produtivismo.

É ainda no cotidiano que se tece a resistência, é lá no barracão de pescadores costurando tarrafas e organizando a lida que se constrói a luta pela melhoria das condições de vida e trabalho; é na roda de limpeza dos mariscos que mulheres combinam as reuniões na comunidade. Mesmo sabendo que essa ação de resistência não representa uma homogeneidade de pensamento e de atitudes de todos os indivíduos que compõem a comunidade, pois ela é parte da heterogeneidade que circunda o universo do cotidiano onde se desenvolvem ações de resistência e de apassivação.

Os sujeitos, a depender de um conjunto de mediações econômicas, políticas e culturais, poderão se fortalecer enquanto ser genérico como também poderão se fragmentar cada vez mais a partir de seu processo de alienação e de manipulação próprio da sociabilidade capitalista: “O desenvolvimento do indivíduo é antes de mais nada – mas de nenhum modo exclusivamente – função de sua liberdade fática ou de suas possibilidades de liberdade” (HELLER, 1989, p. 22).

O ambiente costeiro é um lugar onde estão presentes variadas atividades produtivas – o turismo; a pesca; mariscagem; a especulação imobiliária –, todavia é, também, o lócus de convivência dos interesses das classes subalternas e do capital. É um ambiente contraditório e diverso, tenso e complexo que deve ser analisado a partir da totalidade e suas particularidades na esfera do cotidiano.

Na análise acerca da vida cotidiana, muitas vezes, o cotidiano é apreendido como expressão dos indivíduos em sua singularidade; como cenário para a resistência; para o desenvolvimento local; espaço possível para sinergias centradas no indivíduo, que por meio de sua ação coletiva será capaz de enfrentar as degradações socioambientais inerentes ao desenvolvimento desordenado das cidades. No entanto, é relevante enfatizar a complexidade da vida cotidiana numa sociabilidade que se rege pela desigualdade social (SILVA, 2003).

Assim, o cotidiano não pode ser entendido tão somente a partir da singularidade dos indivíduos e de sua capacidade de resistência. O cotidiano se reproduz em sintonia com a totalidade da vida social. Desconectá-lo da totalidade social é desprezar as determinações sócio históricas: “[...] Não há nenhum homem,

por mais “insubstancial” que seja, que viva tão – somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente” (HELLER, 1989, p. 20).

A absorção de elementos intrínsecos da cotidianidade, entre eles o processo de alienação dos indivíduos, aparta a população do entendimento das determinações sócio históricas que atravessa as suas vidas em todas as dimensões, inclusive no seu intercâmbio com a natureza mediatizado pelo trabalho.

Neste sentido, a defesa do meio ambiente está diretamente relacionada com a estratégia de permanecer no lugar e resistir às diferentes formas de degradação que ameaçam principalmente os meios de subsistência: degradação do ecossistema costeiro; mangues, rios, assoreamento de lagoas; turismo predatório; entre outras formas de degradação.

### **3.3.1 As condições de vida e de trabalho das populações tradicionais da Comunidade do Cumbe/Aracati-CE**

É no município de Aracati que se encontra a maioria das fazendas de camarão no Ceará, tanto no que diz respeito a produção que representa 12% de todo camarão produzido no país como, também, pela extensão da área ocupada para esta atividade. Segundo Meireles e Vanini<sup>89</sup> (2005), o município de Aracati possui 31,4% dos empreendimentos de carcinicultura no Ceará e a maior parte se espriam pela Bacia do Rio Jaguaribe.

Dentre as comunidades envolvidas e que sofrem as consequências do uso predatório da natureza que particulariza a carcinicultura, está a comunidade do Cumbe. Ainda de acordo com Meireles e Vanini (2005, p. 143):

algumas áreas como o Cumbe, em Aracati, a ocupação de áreas de mangue ocorreu intensamente e de forma quase generalizada, isso sem considerar a ocupação de áreas apicum/salgado. Desmatamento de mangue (arbóreo) recentes e de grandes proporções foram observadas durante as vistorias a esta localidade.

---

<sup>89</sup> Relatório Síntese, GT “Carcinicultura. Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados”. Relator Deputado Federal João Alfredo. Fortaleza: Câmara dos Deputados Federais, 2005.

O Cumbe está localizado no município de Aracati, litoral leste do Ceará. São 12 quilômetros que separa a comunidade da sede do município. De acordo com um dos líderes da comunidade são quase 750 pessoas vivendo no Cumbe. O acesso ao Cumbe se dá por uma estrada carroçável que no período de chuva fica intransitável e isola toda a população devido aos alagamentos que se formam<sup>90</sup>.

A flora é bem representativa da vegetação litorânea nordestina que são preenchidas por coqueirais e carnaúbas. Podemos observar, também, a vegetação do ecossistema de manguezal que completa a paisagem local. Em contraste com a beleza natural, os tanques de camarão em cativeiro modificam substancialmente não só a paisagem local, mas as condições de vida e trabalho das populações tradicionais que vivem na comunidade supracitada.

Cumbe é uma palavra de origem africana e significa “quilombo”. A história de resistência da população inicia pelo nome da comunidade. As estratégias de acumulação capitalista e sua produção destrutiva imprime um caráter de exterioridade entre o indivíduo e o seu lugar por meio da apropriação do território para fins de acumulação, expropriando o/a trabalhador/a do seu trabalho, do seu habitat, do lazer, da cultura. O indivíduo foi privado do seu ambiente natural e social por vários eventos que engendraram a fragmentação do seu território “específico”: o *lugar*. Os *lugares* sob a hegemonia capitalista são espaços onde habita a produção técnica e a acumulação de riquezas, mas, também, são, o lócus de realização das ações políticas dos sujeitos (SILVA, 2003).

A primeira constatação que se tem quando se chega ao Cumbe é a identificação nítida quanto à ausência do Estado. A outra ação instantânea refere-se à necessidade imperativa de fazermos vários questionamentos: onde está o desenvolvimento local sustentável propalado pelos empresários da carcinicultura e pelo Estado - que é o maior financiador da atividade? Onde estão às estradas pavimentadas, as escolas, os empregos com carteira assinada? Onde está a melhoria da comunidade prometida pelo desenvolvimento da carcinicultura?

A maioria das casas do Cumbe são simples (algumas são ainda de taipa). As ruas são de areia batida, não tem saneamento, só tem uma escola (conforme

---

<sup>90</sup> É importante informar como registro de pesquisa que tivemos muitas dificuldades de chegar até o Cumbe. Os transportes que fazem o trajeto do centro de Aracati para o Cumbe (moto-taxi; vans; táxi) se recusam a transportarem as pessoas quando chove. Perguntando a um dos entrevistados se não havia alternativas para se chegar a comunidade ele informou que poderia ser “pelas dunas, pelas areias de beirada por Canoa Quebrada”.

disseram os/as entrevistados), não tem creche, não existe linha de ônibus regular, não há praças e/ou área de lazer. Não fosse a beleza imponente das dunas e do mar poderíamos afirmar que o Cumbe seria mais uma comunidade esquecida pelo poder público igual a centenas de distritos pobres e carentes de infraestrutura, de direitos e políticas públicas existentes no país.

Mas é importante dizer que a referida comunidade resguarda uma rica e abundante natureza, porém, o mangue, o mar, os lençóis de dunas que deveriam ser de usufruto coletivo, que historicamente pertenceu a população tradicional que sobrevive do manejo desses ecossistemas foram expropriados para o uso privado, que, sob a lógica do capital, ocorre a transmutação do espaço de valor de uso para valor de troca, que faz de um determinado “pedaço” uma valiosa mercadoria para fins de acumulação. Primeiramente pela carcinicultura e recentemente pela “indústria limpa” dos parques eólicos.

O Cumbe e sua população sofrem o processo constante e intenso de degradação socioambiental que provocou entre outras consequências: conflito social pelo acesso ao território, insegurança alimentar, inserção precarizada na atividade produtiva da carcinicultura, entre outros.

Faz-se necessário reiterar que o Cumbe é composto, em sua maioria, por uma população tradicional que luta cotidianamente pelo seu território e contra a violação dos seus direitos, porém, os conflitos socioambientais nesta comunidade ficaram mais evidentes a partir da década de 1990 com a chegada da carcinicultura e a partir de 2009 com a instalação dos parques eólicos.

Desse modo, tornar-se-á importante retomar o debate acerca dos conflitos socioambientais que incidem diretamente nas condições de vida e de trabalho das populações tradicionais que vivem no Cumbe. Para Acselrad (2004, p.26), os conflitos ambientais correspondem:

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

O Cumbe, neste sentido, está solapado por inúmeros projetos produtivos que impactam de forma destrutiva o meio ambiente com a anuência do Estado, a exemplo da carcinicultura.

No mapa dos conflitos socioambientais, os grupos populacionais mais atingidos são: agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos, marisqueiras, pescadores artesanais, quebradeiras de cocô, caiçaras, trabalhadores rurais sem-terra, entre outros.

Os conflitos socioambientais, são, sobretudo, disputas por território e pelo uso da natureza e constitutivos da luta de classe. O acirramento da questão socioambiental provocou uma atualização na análise acerca do processo de expansão do capital mediante sua crise que lança estratégias para fins de acumulação que são predatórias para o gênero humano e a natureza. Tais estratégias são (re)inventadas, dentre elas, a chamada espoliação capitalista que no Cumbe se revela na expropriação do espaço. De acordo com Harvey (2004, p. 121):

a expulsão de população camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual).

O processo de expropriação espacial consiste em uma estratégia de mercantilizar a natureza e reorganizar o espaço para a produção capitalista, o que imprime transformações radicais no modo de vida das populações tradicionais.

Desse modo, podemos dizer que a história das expropriações capitalistas no Cumbe que presenciamos no momento contemporâneo é constitutivo do processo histórico que se iniciou a partir da acumulação primitiva e conseqüentemente da privatização da terra e do alijamento dos/as camponeses/as dos seus territórios e que se (re)inicia violentamente no tempo presente por meio da acumulação por espoliação que conta com o apoio decisivo do Estado para este fim (HARVEY, 2004).

A história do Cumbe, da sua população, de suas lutas e tragédias se repetem. Não é a única comunidade do litoral cearense a enfrentar a violência da ofensiva do capital através de novos mecanismos para expropriar os meios de subsistência, de cultura, identidades, dos recursos naturais das populações tradicionais que vivem do ecossistema marinho.

A carcinicultura, como vimos nos capítulos anteriores, deixou um rastro de destruição na comunidade supracitada: desmatamento do manguezal; da mata ciliar e do carnaubal; contaminação da água por efluentes dos viveiros; salinização do aquífero; redução de habitats de numerosas espécies e diminuição da biodiversidade; extinção de áreas tradicionalmente utilizadas para a mariscagem; pesca e captura de caranguejos; expulsão de marisqueiras, pescadores e catadores de caranguejo de suas áreas de trabalho.

O dia a dia da comunidade do Cumbe revela a vida dura que se desenrola em meio a paisagem exuberante do litoral. São trabalhos exaustivos, que têm uma maior incidência no verão, caracterizado, também, por extensa jornada, em que os/as trabalhadores/as em sua maioria, são desprovidos dos direitos trabalhistas e sobrevivem com uma renda mensal insuficiente. Um dos entrevistados relatou que no auge da produção de camarão nos anos 2000, a poluição por Metabissulfito<sup>91</sup> causou a mortandade dos caranguejos e mariscos, e catadores e marisqueiras ficaram quase três anos sem ter o que “catar”. Assim, houve uma diminuição drástica na renda familiar das populações tradicionais, mesmo tendo algumas famílias cadastradas nos programas sociais do governo federal, como Bolsa Escola e Fome Zero.

Nesta comunidade, uma das marcas mais significativas da sociedade capitalista, se evidencia de maneira explícita nas inúmeras cercas que delimitam as fazendas de camarão e áreas de uso comuns “expropriadas” pelos carcinicultores. Cercas que destoam da paisagem natural e representam concretamente o impedimento da população ao meio ambiente. Em uma das entrevistas houve um relato sobre o “cercamento” do território. Um catador de caranguejo nos contou que

---

<sup>91</sup> O metabissulfito é um agente oxidante utilizado na conservação dos camarões quando eles são retirados dos viveiros e prontos para comercialização, este processo é denominado de “Despesca”. Trabalhar na despesca do camarão além da inserção precária apresenta um grave risco à saúde do/a trabalhador/a. Há registros no mundo inteiro de trabalhadores que morreram por asfixia ao manipular o metabissulfito nas fazendas de camarão. No Brasil, o relatório do GT da Câmara Federal sobre carcinicultura apresenta registro de mortes na Delegacia Regional do Trabalho – Ceará, decorrentes da contaminação por esse produto (Meireles, 2005).

um carcinicultor demarcou uma área como de sua propriedade que incluía parte do terreno em que se localiza o cemitério da comunidade impedindo à população de entrar na área demarcada. O que gerou uma revolta e uma ação de resistência da população, que derrubou a cerca para liberar o acesso ao cemitério. Há também relatos de outros cercamentos que impedem até o uso do manguezal. Destacamos, no fragmento de uma entrevista, este fato:

“Um carcinicultor comprou uma área que fica próximo ao cemitério, que é a passagem do cemitério. Com a instalação da fazenda ele tranca o portão, deixa passar só quem ele quer, se for alguém que fale mal dele não passa. Então o único caminho agora é pelas dunas, que faz um percurso bem maior. E aí de repente nós fomos surpreendidos por um, cara que cortou umas estacas de mangue e começou a fazer uma cerca pelo outro lado do cemitério. Aí a comunidade se reuniu: “vamos derrubar a cerca”. “Aí eu disse: ‘ah eu não vou não, mas se vocês quiserem ir, podem ir que dou todo o apoio”. Aí foram de noite escondido, derrubaram a cerca, cortaram tudo (sic).”

Assim, a destruição dos ecossistemas costeiros por vários empreendimentos predatórios como a carcinicultura e a privatização do seu espaço, ameaçam o modo de vida das populações tradicionais que causa o que Alier (2007) definiu como a “catástrofe dos cercamentos” ao se referir à implantação dos viveiros de camarão em áreas de manguezais. O “cercamento” nada mais é do que privar um determinado território de uso comum (como o mar e o mangue) para fins de uso privado. Alier (2007, p. 120) analisa que

os manguezais são habitados por uma população pobre que vive de modo sustentável em meio a essa vegetação ou próxima a ela, coletando, consumindo e vendendo caranguejos e conchas, além de pescar, empregando a madeira dos mangues para produzir carvão e consumi-la como material de construção. Os mangues são geralmente terras públicas por estarem localizados na zona de marés. No entanto, os governos outorgam concessões privadas para o cultivo de camarão, provocando o cercamento dessas áreas e sua apropriação pelos camaroneiros. Isso acontece, apesar da existência de leis ambientais específicas e de decisões judiciais que protegem os mangues, considerados ecossistemas valiosos.

As populações tradicionais vivem “ilhadas”, “cercadas” e expropriadas no seu próprio habitat. Sem respostas efetivas do Estado para suas demandas, privadas do usufruto da natureza que deveria ser um bem coletivo, são impedidas de realizar o próprio trabalho que, apesar de todas as contradições existentes, é por

meio dessa atividade que constroem suas condições materiais e subjetivas de vida. A sua cultura, tradições, a vida em comunidade, se desenvolve a partir dessa relação simbiótica entre a natureza e o trabalho.

A tragédia dos cercamentos (ALIER, 2007) é tomada na nossa análise como produto da desigualdade socioespacial, do acirramento da questão socioambiental e como mecanismo de (re)expropriação capitalista que continua expulsando e separando a classe trabalhadora da terra, da natureza em sua totalidade no momento da crise estrutural do capital.

Um elemento que merece destaque também é a relação conflituosa entre as populações tradicionais e a Colônia de Pescadores de Aracati devido a divergência de interesses. De acordo com os entrevistados, a colônia de pescadores não tem como ação primaz a defesa dos interesses dos trabalhadores do mar, mas defende principalmente interesses privados.

Em tom quase de denúncia, soubemos durante as entrevistas que muitos catadores de caranguejo se cadastram na Colônia como pescadores de Lagosta para terem direito ao seguro no período de defeso. Para isso, é cobrada uma taxa “ilegal” ao catador de caranguejo que não é associado da Colônia. De certa forma, há uma indisposição e até mesmo desconfiança por parte das populações tradicionais do Cumbe sobre as ações da Colônia de Pescadores de Aracati.

O processo de degradação do meio ambiente provocado substancialmente pela carcinicultura no Cumbe e os novos empreendimentos do capital na região (como os parques eólicos e o turismo predatório), impulsionou a luta e organização política da comunidade em torno da preservação e usufruto do ecossistema costeiro para sua própria sobrevivência. Sobre a criação da Associação:

“Foi a partir de uma necessidade que se teve a ideia de se criar uma associação. Então assim, houve uma divisão, e nessa divisão da comunidade, entre aqueles que trabalhavam na carcinicultura e aqueles que não trabalhavam na carcinicultura. Então às vezes era de cinco, de seis, às vezes tinha quatro e às vezes tinha dois., era desse jeito. Então eu tomei a frente. No ano que fizeram eleição eu fui eleito presidente e aí começou a surgir as dificuldades. Uma associação não faz com uma, duas, tem que ter todos, um grupo de pessoas. Aí passou o meu período de mandato e durante esse período ia fazer uma outra eleição e ninguém quis assumir, porque era uma coisa muito séria, e tinha a questão das ameaças. É o que

eu sempre coloco: o sistema já nos coloca essa série de dificuldades que é para no primeiro obstáculo as pessoas desistir e não continuar” (*sic*).

A organização política da comunidade não é tarefa fácil, pois se constrói na aridez de uma realidade prenhe de retrocessos no âmbito dos direitos das populações tradicionais, frente as estratégias de acumulação capitalista que conta com o Estado para realização de empreendimentos predatórios no litoral cearense e, também, e se desenvolve no palco da imediatividade, da urgência em garantir o sustento familiar.

As resistências acontecem no imediatismo do cotidiano que necessita de resposta rápidas para sujeitos políticos ainda imersos num processo de alienação do seu trabalho e de sua identidade como classe trabalhadora. Para Konder (2002, p. 241),

o campo da cotidianidade, em seu conservadorismo básico, constitui um desafio essencial para os que se empenham em promover transformações históricas revolucionárias. A maior dificuldade está não em reconhecer a existência das limitações conservadoras da consciência cotidiana, mas em saber encaminhar as mudanças mais profundas que puderem ser realizadas, distinguindo, no plano da reflexão e da consciência crítica, entre o que a ação deve conservar e o que ela precisa, efetivamente, superar.

Assim, observamos na vida cotidiana no Cumbe, uma ausência do Estado em relação as políticas sociais, impedindo a população de acessá-las. Falta investimentos infraestruturais tanto da Prefeitura de Aracati como dos carcinicultores que prometeram desenvolvimento local sustentável para a comunidade.

Há também uma noção de pertencimento com o lugar, os saberes tradicionais mesmo que mitigado pela falta de perspectiva em tempo de carcinicultura ainda é valorizado. O trabalho de fato é passado de geração em geração. A solidariedade, a camaradagem, “o cuidar de si e do outro” fazem parte das relações na vida comunitária do Cumbe. Estes traços intercambiais que aparecem nas comunidades costeiras ajudam na compreensão de que a luta é o melhor caminho na defesa do seu trabalho e de melhores condições de vida. A fala do entrevistado sintetiza o significado da territorialidade no Cumbe, a necessidade do intercâmbio com a natureza dos povos tradicionais e o imperativo de luta e resistência:

“Quando eu penso que estamos livres da carcinicultura aí vem mais... até lá no Fórum Social Mundial, onde estive presente, quando fui falar da energia eólica, todo mundo começou a me xingar, “porque é uma fonte de energia limpa”, para nós com certeza, o que nós questionamos é a forma de produzir, como ela está se instalando. Que não tem estudo de impacto ambiental... é em áreas de dunas, é destruindo sítios arqueológicos. E nessa região aqui do Cumbe foi encontrado um dos maiores sítios arqueológicos do Brasil, e o IPHAM pouca importância deu para isso. E liberou assim mesmo os projetos. “ah é porque é uma obra do PAC”, é projeto do crescimento e aquela coisa toda. (...) não me arrependo em momento algum de entrar nessa luta, pelo contrário, foi de muita importância, até pela nossa resistência hoje, se nós ainda estamos aqui, como para os catadores, se vocês ainda catam caranguejo no mangue, que hoje está mais escasso, que com a mortandade ficou mais pouco, não voltou com a mesma quantidade, foi graças ao grupinho de pessoas que eram poucos mas resistentes, que resistiram. Porque se não, nem isso. Porque nós brigando, lutando ainda estamos nessa situação, avalie se não tivéssemos brigado? Então é isso mesmo” (*sic*).

A defesa do território enquanto defesa dos próprios meios de subsistência precisa ser entendida como resistência ao processo de expropriação dos espaços para atender aos interesses de reprodução do capital no mundo inteiro, seja no Cumbe ou na Tanzânia. Ou seja, as lutas particulares dos povos tradicionais e suas demandas precisam de uma conexão com as lutas unificadas da classe trabalhadora.



Van Gogh, "Barcos de pescas na praia no Saintes-Maries-de-la-Mer".

Dormem na praia os barcos pescadores  
Imóveis mas abrindo  
Os seus olhos de estátua  
E a curva do seu bico  
Rói a solidão.  
(Sophia de Mello Breyner Andresen)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Há coisas encerradas dentro dos muros que, se saíssem de repente para a rua e gritassem, encheriam o mundo.” (Federico García Lorca)

No Brasil, no contexto de crise estrutural do capital, a década de 1990 do século XX foi emblemática, em complexificar a renovada objetivação da apropriação social da natureza em benefício dos imperativos da ordem do capital. Ou seja, a histórica forma originária de acumulação capitalista passa a ser constituída pela produção cada vez mais destrutiva da natureza agora moldada pela “industrialização” de bens primários, por atividades produtivas destrutivas para o gênero humano e para a natureza, mas que contribuem para a acumulação capitalista. Este processo se opera na esteira do desaquecimento da exportação de bens manufatureiros e o aumento de demanda mundial por *commodities* que elevou os preços das matérias-primas provenientes de recursos naturais dos investimentos em exportação de bens primários.

É nesta ambiência que desenvolvemos nosso estudo que teve por centralidade a dinâmica produtiva do agronegócio da carcinicultura na Região Nordeste e, em particular, no Estado do Rio Grande do Norte e Ceará e as formas que as populações tradicionais, que sobrevivem do extrativismo marinho, enfrentam à degradação socioambiental do seu território e dos seus modos de trabalhar e viver.

O cotejamento analítico da pesquisa permite apontar que os oligopólios, o agronegócio, as fusões e a entrada das multinacionais expressam a hegemonia do capital financeiro e o pacto de atendimento do Estado brasileiro às demandas do capital nacional e internacional, que permitiu uma “guinada” política e econômica nos processos de ampliação das taxas de acumulação capitalista.

Este mesmo movimento foi possível observar no Rio Grande do Norte e no Ceará cujas últimas décadas do século XX foram marcadas por diversas transformações na estrutura produtiva, processo esse intrínseco à reestruturação produtiva do capital em escala global. É neste contexto que se desenvolve a

produção de camarões em cativeiros e sua industrialização voltada especialmente para exportação.

Ficou evidenciado na nossa pesquisa que a carcinicultura acirra a desigualdade social ao promover a desterritorialização das comunidades tradicionais deixando um rastro permanente de destruição da natureza. A rentabilidade patrocinada pelo Banco Mundial justificou a existência de uma atividade com este potencial destrutivo para o meio ambiente. No início dos anos 2000, a exportação de camarão em cativeiro gerou um faturamento na ordem de 10 bilhões de dólares ao ano (ALIER, p. 121), cifra esta que acelerou a construção de fazendas camaroneiras no nordeste brasileiro neste período.

A carcinicultura no mundo inteiro retirou o direito consuetudinário das populações tradicionais de retirarem dos mangues, rios e do mar o seu sustento. O que era antes território “livre” para o manejo de baixo-impacto e de subsistência tornou-se área privatizada, e, também degradada.

Contraditoriamente, a lenta e ineficaz ação do Estado frente à degradação do meio ambiente e dilapidação da cultura dos povos tradicionais aliada ao desenvolvimento e proliferação da carcinicultura deram vazão ao movimento de luta e resistência das populações tradicionais. Lutas construídas mediante a exploração e degradação que produziu também, o elemento de resistência. Faz-se necessário afirmar que o Estado sempre foi célere para atender as demandas do capital. Todos os grandes empreendimentos da carcinicultura são licenciados, e muitas vezes recebem financiamento estatal. Para Mézáros (2002, p. 122):

[...] o Estado é o complemento perfeito das exigências internas desse sistema de controle sociometabólico antagonicamente estruturado. Como fiador geral do modo de reprodução insanavelmente autoritário do capital (sua “tirania nos locais de trabalho” não apenas sob o capitalismo, mas também sob o sistema do capital de tipo soviético), o Estado reforça a dualidade entre produção e controle e também a divisão hierárquico/estrutural do trabalho, de que ele próprio é uma clara manifestação.

Assim, ao analisar a degradação do meio ambiente em face da produção destrutiva do capital no litoral nordestino não foi somente se deparar com inúmeros impactos na natureza, a exemplo da erosão; do desaparecimento de espécies;

assorimento dos rios e lagoas; da desertificação entre outros, foi, sobretudo, encontrar uma região com intenso conflito socioambiental para uso e defesa do território comum: a natureza.

Ao particularizar a produção de camarão em cativeiro como atividade produtiva destrutiva, podemos aferir, à luz de Marx no 18 de Brumário (2011), que “a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”. As promessas do empresariado da carcinicultura de geração de emprego e renda; desenvolvimento local sustentável e melhoria das condições de vida da população se revelaram como farça: os/as trabalhadores/as quando eram contratados/as nas fazendas de camarão tinham uma inserção precária, temporária e baixa remuneração. A tragédia começa pela destruição do ecossistema de manguezal e se efetiva em uma escala crescente de destruição ambiental que inside na vida social, exaurindo o indivíduo e a natureza. Desse modo, podemos dizer que a tragédia e a farça se combinam nos territórios degradados pela carcinicultura.

Na esteira da conclusão da nossa pesquisa, ficou evidente que o modo de vida e de trabalho das populações tradicionais que vivem nos territórios dominados pela carcinicultura foram drasticamente modificados, reorganizados, a partir da reapropriação dos espaços pelo capital. Há uma nova configuração e organização do território que interfere na sua ocupação. Quanto mais o capital tecnifica, especializa o uso do território, expropria a terra do/a trabalhador/ora e impõe uma “nova” divisão territorial do trabalho aumenta as perdas materiais e subjetivas para as populações tradicionais.

Neste sentido, foi possível aferir que há uma “guerra” pelo território entre o capital representado por empresas de diversos setores que passam a explorar o território das comunidades tradicionais e subordiná-las aos imperativos capitalistas e entre os/as extrativistas. Porém, essa “espoliação” não acontece passivamente, sem conflitos, há na verdade o que Santos vai denominar como “guerra de lugares” e nesta “guerra” quem impulsiona o conflito na primeira instância é o capital que se valoriza e especializa mediante seus interesses. O lugar diz respeito tanto à estrutura material quanto imaterial, é a dimensão espacial do cotidiano (SANTOS, 1996).

Assim, compreendemos o lugar como um componente indispensável das territorialidades, criado a partir da apropriação *efetiva* e/ou *afetiva* de um dado

território. É o espaço de resistência e de acomodação que abriga o caleidoscópio complexo do cotidiano; é onde se cria a hibridez do território; é onde as relações de poder se desenvolvem numa guerra cotidiana, entre as ações governamentais e as estratégias do mercado para a manutenção do seu território (SILVA, 2002).

O fetiche do dinheiro, do mercado e do consumo criou uma outra sociabilidade que começa a sepultar os elementos simbólicos e de pertencimentos tão comuns entre as populações tradicionais. Os saberes autóctones se perdem em meio aos novos arranjos produtivos e tecnificados. O sujeito e o seu trabalho passam cada vez mais pelo processo de alienação e de mercantilização.

Desse modo, ao analisar o cotidiano das populações tradicionais e o “lugar” como “dimensão espacial deste cotidiano” foi importante para entender o acontecer da vida no território que passa pelo projeto de dominação e reprodução do capital à resistência da comunidade que brota na luta pela sobrevivência e permanência no território. O cotidiano, também, revela as respostas imediatas e o pragmatismo da classe trabalhadora frente a sua exploração e desigualdades sociais. Portanto, compreendemos que o “lugar”, assim como o cotidiano é cheio de contradições, com movimentos do ativismo comunitário e de passivização, de rebeldia e aceitação.

É neste cotidiano que as populações tradicionais discutem, se reúnem e (re)criam possibilidades para a resistência contra as investidas dos grandes empresários que adentram o litoral em busca de nicho de mercado. Mas, se faz necessário que essas “possibilidades” estejam conectadas a uma perspectiva anti-capitalista, é fundamental pensar em propostas que (re)orientem a vida cotidiana, que historicamente está subsumida ao plano da imediatividade, e, que possa sinalizar para um projeto alternativo à ordem do capital.

Mas como pensar num projeto alternativo à sociabilidade do capital quando se tem que dar respostas rápidas à emergência das necessidades materiais? Como se pode pensar em propostas e ações coletivas numa sociabilidade que particulariza, fragmenta e singulariza os sujeitos? O cotidiano é a vida do indivíduo, e é, por meio deste, como ser particular e ser genérico que esta cotidianidade se manifesta. É na esfera da particularidade que se expressa o ser “individual”, em que as necessidades humanas são postas para esse “indivíduo”

como necessidades do “eu”, no qual tudo se orienta e se volta para o indivíduo (HELLER, 1988, p. 21).

Hoje mais do que nunca presenciamos a exaltação desse “eu” negativamente; convivemos com uma orientação voltada para a singularidade no qual se sobressai o individualismo, exacerbado, entre outros fatores, pelo receituário ídeo-político neoliberal que desintegra cada vez mais o humano-genérico. Esse é sem dúvida o império do individualismo, do indivíduo centrado no “eu”, na busca de satisfação das necessidades materiais que entra em choque, mesmo de forma inconsciente com o humano-genérico.

Ao fazermos essas considerações acerca do cotidiano, afirmamos a concretude da sobreposição da singularidade ao humano-genérico, causados, substancialmente, pelas determinações estruturais que incide sobre a vida cotidiana e que influi diretamente no indivíduo, de modo que esse sujeito, só se percebe como ser singular. Assim, é possível afirmar que o indivíduo que contém tanto a particularidade, quanto à dimensão humano-genérica, também, se dilui, se fragmenta, assim como o seu território, o cotidiano e a vida social sob a égide do capital.

Nada há o que se estranhar nessa polaridade entre a “consciência coletiva” e o individualismo, no cotidiano destes sujeitos que vivenciam histórias individuais e coletivas e no processo histórico oscilam entre a sua singularidade e a dimensão humano-genérica quando se coletivizam e se organizam na luta e resistência contra inúmeras formas de violação dos direitos. O que analisamos na nossa pesquisa e que se explicita na fala dos/as entrevistados/as e nos documentos é a perda de identidade, da memória histórica, das práticas de manejo sustentável. As falas fazem referência à degradação do meio ambiente e indicam o esfacelamento das territorialidades constitutivas destas populações tradicionais ocasionadas, inexoravelmente, por territórios cada vez mais mercadorizados, “reservados” ao valor de troca, o que impede o seu uso pelos trabalhadores/as do mar.

A carcinicultura apresenta-se, então, como mais uma atividade que efetiva a reapropriação social da natureza em benefício dos imperativos da ordem do capital constitutiva da produção destrutiva. Neste sentido, verificamos no nosso

estudo que as populações tradicionais estão sendo expropriadas em todas as dimensões da vida.

Assim, “a força da grana que ergue e destrói coisas belas” se constitui numa rima que se tornou usual nas comunidades litorâneas do nordeste. Desse modo, o processo de produção destrutiva com o acirramento da questão socioambiental constitui-se numa expressão contemporânea da questão social que é imanente a ordem do capital. Analisar a carcinicultura e seus rebatimentos predatórios nas condições de vida das populações tradicionais permitiu um recorte das variadas formas de destruição do meio ambiente no Brasil, engendrada, sobretudo, pelas estratégias de acumulação capitalista para superação de sua própria crise. Em todo Brasil eclodem conflitos socioambientais.

Neste momento histórico, desencadeiam-se várias expressões de barbárie produzidas, substancialmente, pelas tedências destrutivas do capital, materializadas em aliança com o Estado Brasileiro que expõe de forma crua a avidez do lucro das empresas nacionais e multinacionais que degradam o meio ambiente impunemente e com aval do Estado, como ficou evidenciado com a carcinicultura e que se desenha agora com os parques eólicos, atividade considerada predatória pelos ambientalistas e por boa parte da população.

Neste sentido, podemos afirmar que em todo o litoral nordestino existe de fato uma disputa permante pelo uso da natureza seja pela carcinicultura, pela indústria do turismo, os parque eólicos, ou pela especulação imobiliária. Foi isto que vimos e analisamos nos territórios das populações tradicionais que vivem do extrativismo marinho, a concretude de que o capitalismo invade territórios, expropria e deagrada o meio ambiente em sua totalidade.

A nossa conclusão é de que o cenário mundial é de barbárie. A sociabilidade, sob a égide do capital, parece quase inabalável pela insuficiência de respostas político-estruturais protagonizadas pela classes trabalhadora, embora tenha resistância e a luta de classe acontecendo em cada lugar, em cada território. Do litoral nordestino ao norte do país há um movimento de resistencia que vem das populações tradicionais, de uma militancia politica crescente na defesa intransigente dos direitos humanos e das politicas sociais. Há um questionamento, um movimento que constrói estratégias problematizando a forma hegemônica da sociabilidade capitalista que promove e acirra a desigualdade social. O fortalecimento das lutas

sociais em direção emancipatória é uma necessidade histórica primordial. Assim, temos concordância com Mészáros (2002, p. 21) ao defender uma saída estrutural e radical para as crises do capital:

vivemos numa época de crise histórica sem precedentes que afeta todas as formas do sistema do capital, e não apenas o capitalismo. Portanto, é compreensível que somente uma alternativa socialista radical ao modo de controle metabólico social tenha condições de oferecer uma solução viável para as contradições que surgem à nossa frente. Uma alternativa hegemônica que, por não depender do objeto que nega, não se deixe restringir pela ordem existente, como sempre sucedeu no passado. Apesar de termos de estar alertas para os imensos perigos que surgem no horizonte, não basta negá-los para enfrentá-los com todos os meios ao nosso alcance. É também necessário definir uma alternativa positiva, corporificada num movimento socialista radicalmente reconstituído. Pois a meta escolhida da ação transformadora tem importância fundamental para o sucesso de qualquer alternativa que vá além do capital, que não se satisfaça com a simples superação dele.

Analisar as condições de vida e trabalho das populações tradicionais revelou mais do que resistência, nos mostrou o sentido da luta e da construção da identidade no território vivido; do metabolismo real e significativo entre sujeito e natureza; das suas respostas imediatas e urgentes num contexto de crise estrutural e evidenciam, sobretudo, a aridez da realidade em que vivem. E neste sentido é preciso direcionar a luta de todos/as trabalhadores da terra, do mar, das fábricas para uma luta de fato emancipatória buscando uma alternativa ao capital.



Tela: P. Carvalho.

“Assim que anoiteceu, saiu para pescar.

Peixes não, estrelas.

Afastou-se da casa, atravessou um campo até o seu limite.

Na linha do horizonte, sentado à beira do céu,

abriu a caixa das frases poéticas que havia trazido como iscas.

Escolheu a mais sonora, prendeu-a firmemente na rebarba luzidia.

Depois, pondo-se de cabeça para baixo, lançou a linha no imenso azul,  
deixando desenrolar todo o molinete.

E, paciente, enquanto a Lua avançava sem mover ondas,

começou a longa espera de que uma estrela  
viesse morder o seu anzol”

(Marina Colasanti)

## REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinicius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Brasília, DF: SEBRAE, 2004.
- ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. (Pensamento Crítico; v. 10)
- ACSELRAD, H.; PADUA, J. A.; HERCULANO, S. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- \_\_\_\_\_. A lógica destrutiva na era do extremo irracionalismo. In: **Margem esquerda – ensaios marxistas nº 01**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ARCARY, Valério. **As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista**. São Paulo: Xamã, 2004.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- BALIBAR, Étienne. **A filosofia de Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- BARROCO, Lúcia. **Ontologia Social e reflexão ética**. Tese de Doutorado apresentada a PUC-SP. São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_. & BRITES, Cristina M. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (PUC-SP). In: **Revista Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano 3, nº 5 Brasília: ABEPSS, 2002.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reformas: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa (O movimento operário europeu em crise)**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social e projeto ético-político do serviço social: que direitos para qual cidadania? In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 79. São Paulo: Cortez, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 87. São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social na América Latina. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.) *et alli*. **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o Projeto ético político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 78. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. O PAC e o Serviço social: crescimento para quê e para quem? – os setenta anos da profissão e os seus desafios conjunturais. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 91. São Paulo: Cortez, 2007.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARNEIRO, E. J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, A.; LASHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo horizonte: Autêntica, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo : Xamã, 1996.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: **Crítica marxista**, nº 16. São Paulo: Boitempo, 2003.

COELHO JÚNIOR, C.; SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Considerações Teóricas e Práticas sobre o Impacto da Carcinicultura nos Ecossistemas Costeiros, com ênfase no Ecossistema manguezal**, 2000. Disponível em: <<http://www.redmanglar.org/ebols/docs/impactosmanguezal.doc>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

COGGIOLA, Osvaldo. **O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea**. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2002.

CORDELL, John. Marginalidade Social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. (Orgs.) **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras – NUPAUB, USP, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: Santos Milton (Org.) *et alli*. **Território, globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

DAVID, Burnie. **Fique por dentro da ecologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

DIAS, Edmundo Fernandes. Cidadania e racionalidade de classe. **Teoria e Debate**. Ano IV, Nº 11, 1996.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **Ecologia Humana e planejamento em áreas costeiras**. 2. ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras – NUPAUB, USP, 2001.

\_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras – NUPAUB, USP, 2004.

\_\_\_\_\_. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. (Orgs.) **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras – NUPAUB, USP, 2001.

\_\_\_\_\_; ARRUDA, R. S. V. (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do meio Ambiente. São Paulo: USP, 1999.

FERNANDES, Bernado Mançano. Sobre a Tipologia de território. In: SAQUET, Marcos Aurelio; Sposito, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da Unicamp: Imprensa Oficial, 2001.

\_\_\_\_\_. A questão ambiental em Marx. In: **Crítica Marxista**, nº 04. São Paulo: Xamã, 1997.

FOLADORI, G.; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana**, 2004, vol. 10, nº 02, P. 323-348.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Difel, 1975.

\_\_\_\_\_. **O Brasil Pós-Milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Vol. 5, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social em tempos de globalização. In: **Inscrita**, Ano 2, nº3. Brasília: CFESS, Graflume, 1998.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. Nação: província da sociedade global? In: Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton (Org.) *et alli*. **Território, globalização e fragmentação**. 5. Ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEIS, H. R. A. **Modernidade Insustentável**. As Críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

LEROY, Jean-Pierre. Por uma reforma agrária sustentável: a primeira página do Gênesis a escrever. In: **O desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

LESSA, Sérgio. **Sociabilidade e individuação**. Maceió: EDUFAL, 1995.

\_\_\_\_\_. **A ontologia de Lukács**. Maceió: EDUFAL, 1997.

\_\_\_\_\_. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. rev. amp. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007 (Coleção Filosofia; 19).

\_\_\_\_\_. A emancipação política e a defesa de direitos. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 90. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Marxismo e Ética. In: **Revista Marxista**, nº 14. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.) *et alli*. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

LÖVY, Michael. De Marx ao ecossocialismo. In: **Pós-Neoliberalismo II – Que Estado para que democracia?** RJ: Vozes, 1999.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, Mônica Dias (Org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Moraes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista**. Prólogo de José Paulo Neto. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. **O capital**. Vol 1, livro 1, tomo 1, 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_. **A origem do capital**. A acumulação primitiva. Tradução de Klaus Von Puchen. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MEIRELES, J.; VANINI, S. **Relatório Síntese**, GT – Carcinicultura. Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, Relator Deputado Federal João Alfredo. Fortaleza: Câmara dos Deputados Federais, 2005.

MEIRELLES, Jeová; QUEIROZ, Luciana de Souza. **Certificação da carcinicultura no Brasil: o manto verde da destruição**, 2007. Disponível em: <[www.vivamanguezal.org.br](http://www.vivamanguezal.org.br)>. Acesso em: 12 jun. 2017.

MENEGAT, Marildo. **O olho da barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MÉSZÁROS, István. Ir além do capital. In: **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico: socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana. Restruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo; FALCÃO, Maria do Carmo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. O controle do Capital: uma impossibilidade objetiva. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº 64. São Paulo: Cortez, 2000.

ROCHA, Itamar. Panorama mundial da produção e exportações de pescado: realidade e perspectiva para o Brasil. **Revista Aquicultura e Pesca**, Ano 3, nº 30, Nov/Dez, 2007.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ROUSSET, Pierre. O ecológico e o Social: combates, problemas, marxismos. Texto apresentado no Congresso Internacional dos 150 anos do Manifesto Comunista, em Paris, em 1998. In: **Cadernos em Tempo**, nº 333. Fev. 2000.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Milton (Org.). **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço e tempo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **O Retorno do Território**. Território: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Silvana. Direitos, desigualdade e diversidade. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.) *et alli*. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Andréa Lima. **“A morada do/a teimoso/a”**: as práticas socioambientais de resistência dos/as moradores/as de Mãe Luiza/Natal – um território(in)sustentável. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. UFPE. Recife: Mimeo, 2003.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Lugar-hábitat e lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio dos cerrados. In: ZHOURI, A.; LASHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Org.) **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, M. R. da. **Povos da Terra e Água: A comunidade Pesqueira Canto do Mangue, Canguaretana - RN – Brasil**. Dissertação de Mestrado. ESALQ/USP. Piracicaba, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais rurais e o meio ambiente. In: **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

STÉDILE, João Pedro. Sem terra contra o corporativismo. In: **Praga – Estudos marxistas**, nº 4, Dez, 1997.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

TAHIM, Eida Fontinele. **Inovação e meio ambiente: o desafio dos arranjos produtivos de cultivo de camarão em cativeiro no Estado do Ceará**. Tese Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2008.

TOURAINÉ, Alain. **O pós-socialismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Marília: Mimeo (Tese de Doutorado), 2001.

VARGAS, Paulo Rogério. O insustentável discurso da sustentabilidade. In: BECKER, D. F. (Org.) **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 4. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas:** populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Orgs.). **Em defesa da história:** marxismo e pós-modernismo. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

## DOCUMENTOS

ABCC. **Projeto executivo para apoio político ao desenvolvimento do camarão marinho cultivado.** Recife, 2004. Disponível em: <<http://www.abcc.com.br>>. Acesso em: **dia mês** 2017.

\_\_\_\_\_. **Censo da carcinicultura 2004.** Disponível em: <<http://www.abcc.com.br>>. Acesso em: **dia mês** 2017.

\_\_\_\_\_. **Impactos socioeconômicos e ambientais da carcinicultura brasileira:** mitos e verdades, 2007. Disponível em: <<http://www.abcc.com.br>>. Acesso em: **dia mês** 2017.

**AUTOR.** **Análise dos impactos sociais, do arcabouço institucional e legal, e dos conflitos socioambientais da carcinicultura.** SEAP-PR/UFC/LOBOMAR: Ceará, 2007.

\_\_\_\_\_. **Avaliação dos Conflitos entre as Atividades Aquícolas e Pesqueiras e as Comunidades Pesqueiras Artesanais.** CONAPE, 2005. Disponível em: <<http://www.abcc.com.br>>. Acesso em: **dia mês** 2017.

\_\_\_\_\_. **Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros.** Brasília: MMA/SBF, 2002.

\_\_\_\_\_. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Relatório da Delegação Brasileira.** Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1993.

**INSTITUTO Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA.** **Diagnóstico da carcinicultura no Ceará.** 2005.

\_\_\_\_\_. **Monitoramento da atividade pesqueira no litoral do Brasil.** Relatório Técnico Final. SEAP/IBAMA/PROZEE: Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Relatório técnico do projeto de cadastramento das embarcações pesqueiras no litoral das regiões norte e nordeste do Brasil.**

SEAP/IBAMA/PROZEE: Brasília, 2005.

**AUTOR.** **Princípios Internacionais para a Carcinicultura Responsável.**

FAO/NACA/UNEP/WB/WWF: Bangkok, Tailândia, 2006.

## **PERIÓDICOS**

**AUTOR.** PESCADORES temem a impunidade. Tribuna do Norte, Natal, 12 de ago. 2007. p. 7.

# ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**N° da entrevista:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_

**A) IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A):**

Nome do entrevistado:

Idade:

Residência:

Associação a qual pertence:

Município:

1) Você está:

( ) Solteiro      ( ) Casado

( ) Viúvo      ( ) Outro, especificar: \_\_\_\_\_

2) Quantas pessoas moram na sua casa? \_\_\_\_\_

3) Quantas trabalham? \_\_\_\_\_

5) Há quanto tempo? \_\_\_\_\_

6) Qual é a sua escolaridade? \_\_\_\_\_

7) A casa onde mora é:

( ) própria    ( ) alugada    ( ) aguarda regulamentação    ( ) cedida

( ) outros, especificar: \_\_\_\_\_

8) O terreno de sua casa é:

( ) resultado de ocupação      ( ) comprado      ( ) outro,

especificar: \_\_\_\_\_

**B) CONDIÇÕES DE TRABALHO**

1) Há quanto tempo você realiza este trabalho?

- 2) Quanto ganha em média?
- 3) Quantas horas trabalha?
- 4) Recebe algum benefício do Estado (Bolsa família; Seguro-Desemprego; subsídios para compra de equipamentos para a pesca etc.)?
- 5) Você acha que seu trabalho tem uma relação com uma atividade tradicional?
- 6) Você é o único da família que trabalha numa atividade tradicional?
- 7) No período de defeso, você recebe o seguro-desemprego?
- 8) Você tem alguma informação sobre o processo de aposentadoria para pescadores artesanais/jangadeiros/marisqueiras?

### **C) DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE**

- 1) Há quanto tempo você mora aqui?
- 2) Na sua opinião, quais são os principais problemas da comunidade?
- 3) Como anda o funcionamento infraestrutural da comunidade, ou seja, os serviços de abastecimento de água, luz, saneamento, coleta de lixo, posto de saúde, escola?

### **D) SOBRE OS CONFLITOS COM A CARCINICULTURA**

- 1) Como foi a chegada dos primeiros viveiros de camarão aqui na região?
- 2) A carcinicultura oferece muitos empregos para quem mora na comunidade?
- 3) Houve melhorias infraestruturais no município com a carcinicultura?
- 4) Houve mudanças na sua atividade (trabalho) tradicional com a chegada da carcinicultura?

**E) CONSIDERAÇÕES SOBRE O MEIO AMBIENTE**

- 1) O que você mais valoriza na sua comunidade?
- 2) Do que você não gosta na comunidade?
- 3) o que significa o mar para você?
- 4) O que é o mangue para você?
- 5) Você consegue identificar quais os maiores problemas ambientais da região?
- 6) Existem práticas de destruição do meio ambiente na sua região?
- 7) Qual a sua opinião sobre os desmatamentos nas áreas de manguezais?
- 8) Você acha que a comunidade preserva o meio ambiente? De que forma?

**F) ESTRÁTEGIAS COLETIVAS DE ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS**

- 1) Como vocês fazem para chamar atenção do poder público para os problemas na comunidade?
- 2) Quais as estratégias/ações utilizadas pela associação para mobilizar a comunidade para enfrentar os problemas socioambientais?
- 3) Você acha que a população se envolve com os problemas da comunidade? Como se dá este envolvimento e/ou participação?

**A Briga Pelos Ventos**

(literatura de cordel - João do  
Cumbe - CF: Blog do Cumbe)

Caro amigo leitor  
Peço um pouco de atenção  
Para ouvir esta história  
De cortar o coração  
A briga pelos ventos  
Na nossa região  
Aqui eles chegaram  
Com muita educação  
Prometendo muita coisa  
E melhorar a situação  
Do povo do Cumbe  
E de toda região  
O povo acreditou  
Em tudo que prometeu  
Queria emprego e renda  
Mais não foi que aconteceu  
Surgiram vários problemas  
Cada um do jeito seu  
A coisa foi mudando  
Na nossa comunidade  
Muita gente reclamando  
Das próprias autoridades  
Que não faziam nada  
Para mudar a realidade  
Acabou nosso sossego  
Tiraram a tranqüilidade  
Poeira, caçamba e lama

Era a realidade  
Desse projeto eólico  
Que vinha da cidade  
Começou o destroço  
Por toda comunidade  
Rachaduras nas casas  
Acabando com a tranquilidade  
Vieram outros problemas  
Do povo da cidade  
Começamos a questionar  
Esta cruel situação  
Sem entender de verdade  
A grande dimensão  
Desse projeto eólico  
Na nossa região  
Estradas foram abertas  
Para as máquinas chegar  
Trazendo equipamentos  
Mudando nosso lugar  
Era o tal do progresso  
Que vinha para ficar  
Teve até audiência  
Para o povo falar  
A mentira foi tão grande  
Que dava para chorar  
O povo batia palma  
Entregando nosso lugar  
Vieram várias pessoas  
Para se solidarizar  
Com o povo do Cumbe  
Que estava a questionar

## **Carta de Fortaleza dos Povos das Águas**

Os 15 estados brasileiros representados por 166 participantes do “Seminário Manguezal e Vida Comunitária: os impactos socioambientais da carcinicultura”, reunidos em Fortaleza no período de 21 a 24 de agosto de 2006, representando organizações comunitárias de base, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pescadores e pescadoras, o Movimento Nacional dos Pescadores/as (MONAPE), pastorais sociais, escolas de pesca, pesquisadores e organizações não governamentais locais, estaduais, nacionais e internacionais, dirigimos-nos à sociedade para dizer que:

1. Afirmamos que ocorre de forma acelerada a destruição dos manguezais no Brasil, e de maneira predominante pela atividade de carcinicultura ou cultivo de camarão, com privatização sem precedentes de água e de terras públicas e indígenas, expulsão das populações locais, desmatamento de manguezais, salinização de água doce, poluição de rios, gamboas e estuários, diminuição crescente do pescado (mariscos, crustáceos e peixes) e empobrecimento dos Povos das Águas. Essa destruição dos manguezais e de outros ecossistemas costeiros segue avançando e a ela se soma uma violação sistemática dos direitos humanos e ambientais dos Povos do Mar, dos Mangues e dos Rios;
2. A atividade da carcinicultura, a despeito de sua trajetória histórica de destruição social e ambiental, segue sua expansão de maneira impune em nosso país, sobretudo no Nordeste brasileiro;
3. Denunciamos que a atividade de carcinicultura tem manifestado uma ação violenta dirigida a comunidades locais, lideranças, entidades, utilizando para tanto de intimidação, constrangimento e violência física com registro de vários assassinatos (casos ocorridos no RN, BA, PI), o que a configura como agente violador de direitos humanos e ambientais;
4. Reclamamos das corregedorias estaduais e federais uma atuação para evitar a recorrente ação das polícias nos estados (civil e militar) que têm assumido o papel de segurança privada nas fazendas de camarão, inclusive usando a estrutura estatal (fardamento, viatura, munição) e que, sem deixar dúvida, vem agindo com violência contra as populações locais;

5. Denunciamos que as legislações de nossos estados estão sendo revisadas para permitir a expansão de atividades destrutivas dos carcinicultores em áreas caracterizadas como ecossistemas costeiros. Rechaçamos qualquer modificação de sistemas legais com o objetivo de diminuir a proteção e permitir a apropriação dos espaços marinho-costeiros e suas áreas de influência;

6. As instituições públicas de financiamento (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) têm financiado a atividade de carcinicultura (que se desenvolve de maneira insustentável), exercendo, assim, um papel determinante na expansão do cultivo de camarão e no quadro de degradação e de pobreza que cresce na Zona Costeira e áreas ribeirinhas;

7. Denunciamos que se acentua em nosso país um modelo de desenvolvimento primário-exportador, orientado pelo agronegócio e hidronegócio e direcionado à produção de bens para a exportação (como no caso da carcinicultura) às custas de nossos ricos ecossistemas e de populações cada vez mais pobres. O projeto de transposição das águas do Rio São Francisco responde às demandas do empresariado brasileiro, dentre os quais o da carcinicultura, mostrando-se inaceitável sua concretização pelo estado brasileiro. Reclamamos políticas sustentáveis que satisfaçam as necessidades das populações locais e que garantam direito e acesso aos recursos naturais (pescado, água, terra...);

8. Reclamamos das Delegacias Regionais de Trabalho a ação efetiva para coibir a exploração dos trabalhadores nas fazendas de carcinicultura (ausência de carteira assinada e de equipamentos de proteção individual, jornadas abusivas de trabalho, trabalho infantil, trabalho escravo) e problemas relativos à saúde do trabalhador (doenças de pele, intoxicação por metabissulfito de sódio);

9. Denunciamos que os governos estaduais, de modo especial, sustentam e animam a expansão da carcinicultura em bases insustentáveis, na medida em que desenvolvem legislações que abrem as portas para a degradação dos manguezais e dos ecossistemas costeiros. Incentivam ainda atividades de grande impacto (carcinicultura, turismo de massa, pesca industrial) que não guardam relação alguma com as necessidades das populações costeiras e ribeirinhas em prol da garantia de qualidade de vida, da saúde e da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos;

10. Denunciamos que se está substituindo as atividades tradicionais por novas atividades econômicas eleitas pelos governos estaduais e federal como alternativa à crise econômica atual. Estas alternativas seguem concentrando a riqueza em mãos

de uma minoria e diminuindo a qualidade de vida da grande maioria da população local. Reclamamos a elaboração de políticas públicas que fortaleçam as atividades produtivas tradicionais da nossa Zona Costeira . Estas políticas devem garantir a soberania e os direitos concernentes à cidadania e à vida;

11. Exigimos ação preventiva e corretiva dos governos estaduais e federal para determinar que a recuperação das fazendas de carcinicultura abandonadas ocorra por parte dos degradadores e que haja uma reversão da posse e/ou titularidade dessas áreas para a integração ao patrimônio público;

12. Observamos que parte das atividades de pesquisa e gestão de nossos ecossistemas segue orientada para satisfazer necessidades contrárias às das nossas comunidades, firmando, assim, a base para a degradação dos meios de vida e da cultura de nossos povos, através da expansão de atividades destrutivas e insustentáveis;

13. Reafirmamos nossa intenção firme e determinada em resistir aos processos de privatização e destruição dos recursos naturais das zonas marinho-costeiras em nossos estados;

14. Expressamos nossa solidariedade e apoio aos Povos do Mar do Extremo Sul da Bahia e solicitamos a criação imediata da RESEX de Cassurubá pelo governo Federal;

15. Exigimos do Ministério da Justiça e da Secretaria Especial de Direitos Humanos a proteção de moradores das localidades de Cumbe, Porto do Céu, Cabreiro, Tabuleiro e Volta em Aracati (CE), São José e Buriti em Itapipoca (CE), Camondongo, Passagem Rasa em Itarema (CE), Salinas da Margarida, Canavieiras, Praia do Guaibim em Valença (BA), Logradouro em Porto do Mangue e (RN), Porto do Carão em Pendências (RN);

Finalmente :

1. Posicionamo-nos contrários à expansão da carcinicultura no Brasil, ao mesmo tempo em que exigimos a não concessão de novas licenças e de financiamento à atividade de cultivo de camarão, bem como o embargo das fazendas instaladas e recuperação de áreas degradadas;

2. Exigimos um posicionamento claro da SEAP, MMA, IBAMA, FUNAI, INCRA, CDDPH, SPU e GRPUs, Instituições financeiras e Governos estaduais, sobre o

cenário apresentado nesta carta, bem como uma plataforma de ação destas instituições frente à problemática;

3. Reclamamos a urgência na implantação de políticas públicas que garantam que os responsáveis por esta destruição (Instituições de crédito, governos federal, estaduais e municipais, industriais, especuladores e carcinicultores) recuperem os ecossistemas degradados na zona costeira brasileira.

**Assinam esta carta:**

1. Povo Indígena Tremembé (Icapuí/CE)
2. Associação de Moradores de Caetanos de Cima (Amontada/CE)
3. Associação de Moradores de Porto do Céu (Aracati/CE)
4. Associação de Catadores e Marisqueiras do Sítio Cumbe (Aracati/CE)
5. Associação de Moradores de Capim-Açu (Paraipaba/CE)
6. Associação de Pescadores e Marisqueiras de Curral Velho (Acaráú/CE)
7. Associação de Moradores de Tabuleiro de Cabresto/CE
8. Fórum dos Pescadores/as do Litoral Cearense/FPPLC
9. Associação de Moradores da Prainha do canto Verde (Beberibe/CE)
10. Associação de Pescadores da Vila da Volta (Aracati/CE)
11. Associação de Moradores de Aranaú (Acaráú/CE)
12. Fórum em Defesa da Zona Costeira Cearense/FDZZC
13. Conselho Pastoral dos Pescadores/CE
14. Instituto Terramar/CE
15. JANUS/CE
16. CPP/PA
17. MOPEPA/PA
18. ASPAJUB/PA
19. Quilombola/PA
20. COPEBI/MA
21. CAPPAM/MA
22. CEDRAL/MA
23. TAPECURU/MA
24. Sindicato dos Pescadores/MA
25. Reserva Extrativista de Cururupu/MA
26. CPP/PE
27. Colônia Z-10/PE
28. Colônia Z-6/PE
29. Colônia Z-7/PE

30. Colônia Z-8/PE
31. Ilha de Deus/PE
32. AMUPESCA/PE
33. Colônia Z-5/PE
34. Colônia Z-17/PE
35. Colônia Z-11/PE
36. Tamandaré/PE
37. Porto do Mangue/RN
38. CJP/ CPP/RN
39. PEDEMA/RN
40. Porto Carão/RN
41. Colônia Z-12/AL
42. Colônia Z-4/AL
43. FEPEAL/AL
44. Colônia Z-19/AL
45. Colônia Z-1/AL
46. Colônia Z-27/AL
47. Articulação das Mulheres/PB
48. Associação de Marisqueiras/PB
49. Colônia Z-2/PB
50. Associação de Marisqueiras de Acaú/PB
51. APAC/PB
52. CPP São Francisco/SE
52. Colônia de Pescadores/SE
53. Reizinha/SE
54. Brejo Grande/SE
55. SINDIPESCA/PI
56. CPP Nacional/BA
57. CPP Bahia/BA
58. CPP Nordeste/PE
59. Colônia Z-4 de Cabo Frio/RJ
60. APÉLT/ Colônia Z-10/RJ
61. CPP/SC
62. MPPA/RS
63. União dos Catadores de Caranguejo de Vitória/ES
64. Escola de Pesca/BA
65. Salinas da Margarida/BA
66. Resex de Canavieira/BA

67. Maragogipe/BA
68. Ilha de Maré/BA
69. Acupe/BA
70. Arte Manha - Carevelas/BA
71. Pesqueira/BA
72. CPP Juazeiro/BA
73. Sobradinho/BA
74. Valença/BA
75. MAP (Mangrove Action Project)
76. Coalização Bahia
77. Associação Missão Tremembé
78. CPT

## HINO DO CUMBE

Letra: Paulo Sérgio Gonzaga e João do Cumbe  
Música: Joseneide Sousa

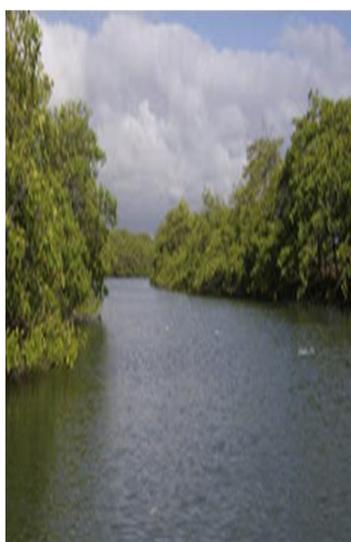
Terra de beleza rara  
Guardo no meu coração  
Dunas brancas, águas claras  
É pura fascinação

Cumbe pedaço da história  
Que a natureza criou  
Trago na minha memória  
O que o tempo me ensinou

Refrão  
Os teus braços nosso abrigo  
O teu povo é tão gentil  
Essa gente hospitaleira  
Pedacinho do Brasil

Que Deus proteja essa terra  
Livre de tanta ambição  
É nosso grito de guerra  
Contra a destruição

Cumbe terra dos engenhos  
Das florestas manguezais  
Onde a beleza se mostra  
Abrigo dos animais



Fotos: João do Cumbe.  
Imagens: praia do Cumbe; panorâmica do  
Cumbe; oásis; Gamboa do Cumbe.  
CF: quilombodocumbe.blogspot.com.br